

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

26

Neste número:

Infância e Sociedade no Brasil

**A Ford e a Finep
no Financiamento das Ciências Sociais**

**Editores, Editoras
e Coleções Brasileiras**



O BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Aspásia Camargo, Presidente (Cpdoc-FGV)
Charles Pessanha (IUPERJ)
Claudia Fonseca (UFRGS)
Luiz Antonio Castro Santos (Cebrap)
Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)
Nadya Araujo Castro (UFBA)

Secretária

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Ciências Sociais
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 — Botafogo
22.260 — Rio de Janeiro — RJ

Direitos reservados para esta edição
Vértice / ANPOCS

Publicação e comercialização
Editora Revista dos Tribunais Ltda.
EDIÇÕES VÉRTICE
Rua Conde do Pinhal, 78 - Tel. (011) 37-2433
01501 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil



Sumário

Resenha Bibliográfica

- Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura
Maria Rosilene Barbosa Alvim
Licia do Prado Valladares 3

Problemas do Ensino e da Pesquisa

- O Financiamento das Ciências Sociais: A Estratégia de Fomento
da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985
Marcus Faria Figueiredo 38

Fontes de Pesquisa

- Retratos do Brasil: um Estudo dos Editores, das Editoras
e das "Coleções Brasileiras", nas Décadas de 1930, 40 e 50
Heloisa Pontes 56

- Teses e Dissertações** 91

Colaboram neste número:

Heloisa Pontes é Professora do Conjunto de Antropologia da Universidade de Campinas-UNICAMP e Pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo-IDESP.

Licia do Prado Valladares é Professora adjunta e Coordenadora da área de Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ.

Marcus Faria Figueiredo é pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo-IDESP.

Maria Rosilene Barbosa Alvim é Professora adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância-NEPI, da UFRJ.

Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura *

Maria Rosilene Barbosa Alvim

Licia do Prado Valladares

Introdução

A presença marcante de crianças e jovens no atual cenário das grandes cidades brasileiras se faz acompanhar da proliferação de textos sobre a questão do menor, levando à suposição de que se estaria diante de um fenômeno recente, seguido de perto pelo olhar arguto do cientista social.

Um exame cauteloso e detalhado da produção intelectual voltada para a análise da infância sugere, no entanto, tratar-se de tema presente desde o século XIX, tanto no Brasil como no exterior, em texto de médicos, juristas, políticos, cronistas, jornalistas e escritores em geral, preocupados com o exame e as possíveis intervenções sobre a chamada "questão social".

Um olhar para o passado revela que a questão da infância foi um fenômeno recorrente em contextos de rápida industrialização e desenvolvimento urbano acelerado. Na França e na Inglaterra do século XIX as crianças faziam parte da reflexão

sobre as condições de vida das camadas populares¹ no contexto do capitalismo emergente. Tanto se falava das crianças exploradas pelo trabalho industrial como de crianças abandonadas, vadias, mendigas, que integravam o universo cruel da grande cidade e que foram retratadas com grande realismo por escritores famosos da época.²

A preocupação da sociedade com a infância pobre também vem do século passado. São inúmeras as referências às múltiplas ações e propostas provenientes do Estado, do patronato, da Igreja, de filantropos, médicos e juristas, sobretudo no caso francês. O debate sobre a "conservação das crianças" (Donzelot, 1980) já se fazia presente desde os meados do século XVIII quando, junto aos asilos para menores abandonados, instituiu-se o "sistema da roda" que perdurou por quase um século.³ De igual modo, temas como o sistema de nutrizes (amas de leite), os conventos industriais (*working houses*) e a necessidade de familiarização das camadas

* Este trabalho integra o primeiro capítulo do relatório de pesquisa A Infância Pobre no Brasil: uma Análise da Literatura, da Ação e das Estatísticas, de autoria de Licia do Prado Valladares (Coordenadora), Maria Rosilene Barbosa Alvim, Rosa Maria Ribeiro da Silva, Irene Rizzini, Lilibeth M. C. Roballo Ferreira, Elisa Lustosa Caillaux e Flávio Braune Wiik. IUPERJ/FORD, Março, 1988, 267 pp. As autoras desta resenha bibliográfica agradecem a colaboração de Anapaula Andrade Rocha (NEPI — UFRJ) que atuou como assistente de pesquisa.

populares integram o debate da época (Sandrin, 1982).

Malgrado diferenças de interpretação e de posição, todos se preocupam com os altos índices de abandono, vadiagem e mendicância constatados nas grandes cidades europeias. O diagnóstico coincide: a pauperização e a miséria se associam na geração do abandono; a criança nascida de relações ilegítimas, num quadro de péssimas condições de habitação, num ambiente onde a promiscuidade e o vício predominam, tem como destino “natural” o mundo dos despossuídos, dos desordeiros, onde a “desordem floresce na mesma proporção que as doenças” (Chesney, 1982: 99). Em oposição a este mundo da desorganização social e como a tábua possível de “salvação” da infância da classe trabalhadora, é apresentado o universo fabril, simbolizando o trabalho, a disciplina e a ordem. Os empresários se juntam a setores da Igreja e aos reformadores sociais na veiculação de uma concepção onde o trabalho é a via de condução à cidadania da classe trabalhadora.

Esta literatura sobre o século XIX expressa claramente a idéia de duas realidades possíveis. A primeira é pautada por duas instituições básicas — a família e a fábrica, principais responsáveis pela socialização das classes trabalhadoras. Paralelo ao primeiro, um “segundo” mundo teria sua ordenação pautada pelo crime, pela recusa à disciplina necessária ao trabalho industrial e onde a família enquanto célula básica se fazia ausente. Como parte deste mundo, a rua aparece como o principal agente de socialização dos supostos personagens da desordem.

Os temas do trabalho, da família e da rua são parte da discussão sobre a infância das classes populares na literatura internacional e serão considerados nas páginas a seguir, ao se tentar fazer um tipo de reflexão semelhante para o Brasil.

A Descoberta da Infância Pobre no Brasil

No Brasil a infância pobre vem sendo objeto de discussão desde o final do século XIX, integrando a preocupação maior com a emergência de uma nova ordem social que então se delineava com o advento da República. É no bojo de uma situação urbana

marcada pelo crescimento acelerado de duas metrópoles, pela Abolição da Escravatura e a conseqüente criação de uma força de trabalho livre urbana — também constituída por contingentes de imigrantes estrangeiros — que a infância pauperizada surge como parte da questão social.⁴

Era uma época em que o Rio de Janeiro e São Paulo já funcionavam como pólos de atração para o resto do país e conviviam com diversos problemas advindos de um processo de urbanização acelerado: insalubridade, alta taxa de mortalidade infantil, epidemias diversas e dizimadoras, pauperização de amplos segmentos da população que não conseguiam se inserir no mercado formal de trabalho. Em paralelo corriam a violência, a criminalidade, a mendicância e a vadiagem (Kowarick, 1987; Fausto, 1985; J. M. Carvalho, 1987).

Os diversos autores que vêm se dedicando a reconstruir o Rio de Janeiro da virada do século transmitem a imagem sintética de uma cidade que passou, durante a primeira década republicana, pela fase turbulenta de sua existência representando um verdadeiro “inferno social” (Carvalho, 1987: 15). Grande parte da população estava reduzida à situação de vadios compulsórios, revezando-se nas únicas práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade, os expedientes eventuais e incertos. Isso quando a penúria e o desespero não os arrastavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio (Sevcenko, 1983: 59).

No bojo desse quadro social está presente a infância abandonada, cuja situação de miséria e risco é tema de indignação geral, preocupando desde cronistas e jornalistas até médicos, políticos e juristas. Assim é que já em 1899 registra-se a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho, fruto de sua própria iniciativa. Seus objetivos eram múltiplos e amplos: exercer a proteção sobre as crianças pobres, doentes, moralmente abandonadas; regulamentar a lactação mercenária; difundir entre famílias proletárias noções elementares de higiene infantil, incluindo a necessidade de vacinação; regulamentar o trabalho da mulher e da criança na indústria; exercer tutela sobre meninos maltratados ou em perigo moral (Russo, 1985-66-67).

Tais preocupações expressam o despertar de uma consciência da especificidade da infância e da necessidade de separá-la do mundo dos adultos, pleno de vícios e propícios à formação de novas gerações de indivíduos vadios, indisciplinados, incapazes para o exercício do trabalho. Rago (1985), examinando a ação de Moncorvo Filho, sugere que seus projetos, além da higienização, tinham como objetivo a disciplinarização da cultura popular via a redefinição de alguns dos hábitos cotidianos das famílias pobres.

A reforma do serviço policial do Distrito Federal em 1902, propondo a criação de colônias correccionais para a reabilitação, pelo trabalho e instrução, dos mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos, demonstra preocupação semelhante: os riscos de uma reprodução social via a mendicância e a criminalidade.

O reconhecimento da infância das classes populares como uma questão social já está delineado na primeira década do século. Em 1906 é apresentado na Câmara Federal o primeiro projeto de criação de um Juízo de Menores que, apesar de rejeitado na época, já expressava a necessidade de uma esfera do Judiciário para lidar com o universo crescente da então chamada "infância desvalida". Com efeito, no âmbito do problema mais geral do caos urbano do Rio de Janeiro, "o que mais chamava a atenção dos políticos, jornalistas e intelectuais era o crescimento vertiginoso da delinqüência infantil e juvenil" (Sevcenko, 1983: 62). As palavras do cronista João do Rio, em 1908, constituem verdadeira descrição etnográfica desse universo diferenciado:

"Há no Rio um número considerável de pobrezinhos sacrificados, petizes que andam a guiar senhoras falsamente cegas, punguistas sem proteção, paralíticos, amputados, escrofulosos, gatunos de sacola, apanhadores de pontas de cigarros, crias de famílias necessitadas, simples vagabundos à espera de complacências escabrosas, um mundo vario, o olhar de crime, o broto das árvores que irão obumbrar as galerias da Detenção, todo um exército de desabrigados e de bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata do pão para os exploradores. In-

terrogados, mentem a princípio, negando; depois exageram as falcatruas e acabam a chorar, contando que são o sustento de uma súcia de criminosos que a polícia não persegue" (João do Rio, 1952: 175).

Tal descrição, produzida em 1908 a partir de conversas com 96 garotos, estrangeiros, negros, mulatos (João do Rio, 1952: 179), revela um discurso que é antes de tudo de denúncia: as crianças são vistas em primeiro lugar como vítimas de adultos inescrupulosos, que as exploram das mais variadas formas (a indústria de esmola, por exemplo), induzindo-as ao mundo da mendicância e do crime. A própria família é muitas vezes responsável pela indução a práticas indesejáveis, supondo-se desta forma uma certa hereditariedade no comportamento desviante dos filhos. Por fim, a denúncia se volta de forma contundente contra a rua, espaço mor de socialização da criança "em perigo moral". A veemência das palavras do Senador Lopes Trovão, já em 1896, denota o significado perverso dos espaços públicos representados pelas ruas e praças:

"É nesse meio peçonhento para o corpo e para a alma, que boa parte da nossa infância vive às soltas, em liberdade incondicional, ao abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os crimes" (Lopes Trovão *apud* Moncorvo Filho, 1926: 128).

Um estudo realizado a partir de uma coluna do *Jornal do Brasil* intitulada "Queixas do Povo" (Silva, 1988) sugere que a cidade se indignava com os "meninos desocupados que proferiam palavrões e apedrejavam pessoas". Em 1910, várias das queixas registradas no referido jornal falavam de "maltas de menores desocupados que cometiam toda sorte de desatinos", tanto no Centro como na Zona Norte do Rio. Crianças e jovens eram caracterizados como "vagabundos" que se reuniam para promover desordens e desrespeitar a moralidade das famílias.

Pensada em oposição ao espaço familiar, privado, a rua é entendida como *locus* de não-subordinação à família e ao trabalho. Habitada por uma população marginal que

rompe com os valores da moral e dos costumes, a rua se opõe ao espaço disciplinado da família e da fábrica, lugares de socialização legítimos por excelência.

“Os maus exemplos que a criança aprende no convívio da multidão anônima são germes desmoralizadores que trabalhando hoje como motivo passageiro de perturbação atuarão amanhã como causa permanente de dissolução das famílias” (Lopes Trovão *apud* Moncorvo Filho, 1926: 132).

Na década de 20, a questão da infância pobre se torna objeto da alçada jurídica. Dando seqüência a um conjunto de leis voltadas para a regulamentação do trabalho do menor,⁵ os juristas vão se voltar para os meninos não absorvidos pelo ramo industrial que constituíam um desafio à sociedade urbana emergente quando “vadiando” pelas ruas. Assim, em 1921, a Lei 4.242 modifica o Código Civil, determinando que se considere “abandonado” o menor sem habitação certa ou meios de subsistência, órfão ou com responsável julgado incapaz de sua guarda. Tentando por esta via pressionar as famílias pobres a exercer controle sobre seus filhos, os juristas conseguem também pressionar o Estado a criar, em 1923, o Juízo de Menores do Distrito Federal, 17 anos após a proposta frustrada de Alcindo Guanabara. A criação do Juízo segue-se, em 1927, o primeiro Código de Menores (Decreto n. 17.943-A), cujo objetivo é “consolidar as leis de assistência e proteção a menores”. O espírito do Código se expressa logo no seu 1.º Capítulo, quando diz que o objetivo e fim da lei é “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinqüente, que tiver menos de 18 anos de idade”.

A partir de então a palavra “menor” passa ao vocabulário corrente, tornando-se uma categoria classificatória da infância pobre. O Código distingue dois tipos de menores, os abandonados e os delinqüentes, como que reconhecendo duas variantes possíveis no universo da pobreza. Visto no seu todo, o Código expressa a necessidade de leis particulares para os filhos das camadas populares, a serem protegidos e “julgados” por um Direito e uma Justiça específicos. Como se a sociedade necessitasse e acatasse duas leis e duas justças,

separando a infância pobre da infância dos demais segmentos sociais.⁶

“Já estão presentes, nesta primeira lei que regulamenta a assistência ao menor, os temas em torno dos quais girará, mais tarde, todo o Direito do Menor: a distinção entre menor abandonado e delinqüente, a dupla definição de abandono (moral e físico), a necessidade de determinar salubridade (moral e física) do meio de onde provinha a criança, a restrição do pátrio poder” (Russo, 1985: 64).⁷

Dirigido durante quase dez anos por Cândido de Mello Mattos, o Juízo de Menores do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, teria para além da ação jurídica uma prática social claramente definida, representando a primeira intervenção direta e sistemática do Estado na questão da infância pobre no país. Recém-criado, o Juízo de Menores toma a si a iniciativa de criar os primeiros estabelecimentos oficiais de proteção à infância: o chamado Abrigo de Menores, a Casa Maternal Mello Mattos, a Escola de Reforma João Luiz Alves, o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes e a Casa das Mãezinhas.

Atuando em duas frentes, a ação desse Juízo expressa uma dupla preocupação: de um lado, proteger a mão-de-obra infantil largamente utilizada na época pelas fábricas; de outro, combater o mal-estar social provocado pela mendicância e criminalidade, isolando em instituições especializadas os menores abandonados e delinqüentes.

Tal perspectiva intervencionista muito se aproximava da proposta do médico Moncorvo Filho, que em 1926 publicava o livro *Histórico da Proteção à Infância no Brasil — 1500-1922*, onde após criticar as ações das instituições religiosas e filantrópicas (do século XV ao XIX), sugere que os “poderes públicos atuem em convergência com o trabalho dos institutos já existentes” (Moncorvo Filho, 1926: 363).

De grande impacto na época, o livro denunciava sobretudo a precariedade da assistência até então oferecida à infância — criticada como não-científica por não empregar padrões da puericultura e da pediatria. Por outro lado, conclamava que para o caso da “infância moralmente abandona-

da e delinqüente (...) a resolução cabe ao governo pela orientação dos competentes na ciência do direito" (Moncorvo Filho, 1926: 308).

As palavras de Moncorvo Filho como que resumiam o pensamento dominante da época, expresso através da imprensa, dos políticos e da aliança que se estabelecera entre juristas e médicos no diagnóstico da questão. O intervencionismo proposto vai se manifestar, nos Anos 30, através da criação de estabelecimentos assistenciais oficiais e de práticas variadas. Assim é que o Juízo de Menores faz realizar nada menos que três Inquéritos Estatísticos, que se fazem seguir da repressão à vadiagem, à mendicância e à frequência de menores nas zonas de baixo meretrício, além da fiscalização do trabalho de menores nas indústrias, no comércio e nas vias públicas (Gusmão, 1944: 16-17).

O livro *O Problema dos Menores*, de autoria do Juiz de Menores do Distrito Federal, Saul de Gusmão, faz referência a alguns dos dados provenientes dos Inquéritos, realizados junto a crianças que passavam pelo Juízo de Menores. As crianças são classificadas em "quatro classes, numa escala crescente de gravidade do desajustamento social: 'Desprotegidos', 'abandonados', 'pré-delinqüentes' (ou seja, aqueles em situação propícia à eclosão do crime) e 'delinqüentes' ". Segundo a mesma fonte, a grande maioria (67%) se encontraria na classe dos "desprotegidos", tendo procurado o Juízo por iniciativa própria, em busca de autorização para "assentar praça" (serviço militar), requerer carteira de identidade, atestado de conduta e licença para trabalhar (Gusmão, 1944: 52).

A criação da Casa do Pequeno Jornaleiro em 1938 vem de encontro a esse universo de "desprotegidos" onde já se reconhece a presença de meninos que trabalham na rua, exercendo atividades remuneradas. A idéia principal, qual seja, a de organizar o trabalho já tradicional de garotos que vendiam jornais (vide fotografias de Marc Ferrez), reflete a mesma idéia de intervenção: o trabalho na rua é permitido desde que institucionalizado, controlado. De iniciativa da primeira dama do país, D. Darcy Vargas, a Casa do Pequeno Jornaleiro traduz a preocupação com a dimensão que já ganhara a presença de crianças nas ruas das grandes cidades do Brasil:

a recém-criada instituição é de âmbito nacional.

Um ano antes, saíra o primeiro romance publicado no país inspirado justamente nas crianças vivendo nas ruas. *Capitães de Areia* de Jorge Amado, editado em 1937, constitui um verdadeiro "documento de época", pois mostra que em uma cidade como Salvador o problema era encarado como de calamidade pública, mobilizando a imprensa, o Juizado de Menores, a polícia. A intensa campanha promovida pelo *Jornal da Tarde* (e utilizada no romance) é elucidativa, a começar pelas suas manchetes: "Crianças Ladronas", "A Cidade Infestada por Crianças que Vivem do Furto", "Urge uma Providência do Juiz de Menores e do Chefe de Polícia".

"Esse bando que vive da rapina se compõe (...) de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os oito anos aos 16 anos. Crianças, que naturalmente, devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregam no verdor dos anos a uma vida criminosa. São chamados de 'Capitães da Areia' porque o cais é o seu quartel-general (...). O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do Juizado de Menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reforma de crianças ou às prisões" (Amado, 1961: 1).

Tentando reverter esta imagem clichê, Jorge Amado redime os Capitães da Areia através da descrição do seu modo de vida, da denúncia dos reformatórios, mostrando a rua como espaço de formação de uma consciência libertária. Seu personagem central, Pedro Bala, de chefe de bando dos meninos do cais se transforma, na idade adulta, em militante proletário organizador de greves (Amado, 1961: 300).

Publicado em pleno Estado Novo, a primeira edição do livro — não por acaso — foi apreendida e queimada em praça pública. Na realidade Jorge Amado fizera uma dupla constatação, Ressaltando, por um lado, um problema social de amplo

reconhecimento, chamara, por outro, a atenção para a rua como espaço de vadiagem e de socialização política, podendo levar à contestação do sistema vigente.

A criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) em 1940 representaria o ápice de um processo de intervenção, lentamente gestado a partir da década de 20 “em prol da solução do grande problema nacional” (Gusmão, 1944: 55). Sua subordinação ao Ministério da Justiça aponta para a preocupação com o combate e prevenção à criminalidade infanto-juvenil, como também para a prevenção contra formas “autônomas” de existência entre jovens das camadas populares. Por trás da idéia do SAM estão presentes representações amplamente aceitas e discutidas: a imagem da criança pobre enquanto abandonada física e moralmente; uma concepção da infância enquanto uma idade que exige cuidados e proteção específicos; as grandes cidades como *locus* da vadiagem, criminalidade e mendicância; os espaços públicos (ruas, praças etc.) como espaços de socialização da marginalidade. Por fim, a idéia de que cabe a instituições especializadas a “recuperação” e a formação de uma infância “moralizada”. Recuperando a “infância desvalida”, o Estado contribuiria para a formação de indivíduos úteis à sociedade, futuros bons trabalhadores.

Não enfatizado no discurso oficial, mas nem por isto ausente, estaria ainda o temor da rua como espaço possível de contestação e revolta. Tal possibilidade fora confirmada pelas revoltas populares do Rio na Primeira República e sugerida de forma romanceada por Jorge Amado. Com efeito, o medo do descontentamento das massas está presente no proclamar a “função social ampla de assistência do Estado à infância e à juventude [que] tem que encarar todos os problemas que, de perto, influem na formação das gerações futuras para prever os desajustamentos das massas populares cujos maiores coeficientes se encontram nas camadas proletárias” (Gusmão, 1944: 112).

De 1940 em diante, em seqüência ao próprio SAM, são criadas inúmeras instituições voltadas para atender de diferentes formas as crianças e jovens das camadas populares. Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), inicialmente voltada para os filhos dos integrantes da FEB (Força Expedicionária Brasileira) que lutaram na Itália, mas logo se tornando um

centro de assistência a mães e crianças na primeira infância. Também em 1942, por iniciativa e com financiamento do empresariado industrial, surge o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), cujo objetivo é formar jovens com qualificação para diferentes ramos industriais. Seguem-se, inspiradas no modelo Senai, instituições semelhantes como o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Sesc (Serviço Social do Comércio), ambos criados em 1946, além do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) surgido em 1946.

Este conjunto de instituições, oriundas da iniciativa privada, vai ajudar a compor uma política social que começara a se solidificar durante o regime de Vargas.⁸ Expressa também uma preocupação particular com a população maior de 18 anos. Dentro de uma estratégia tida como de controle social (Allen, 1985), a população alvo seria atingida sob múltiplos ângulos: formação para o trabalho (Senai e Senac); assistência à saúde (LBA); assistência e recuperação dos “abandonados e delinqüentes” (SAM). A lei orgânica do ensino primário (1946), que representou a regulamentação deste último pela União, seria outro elemento básico para compor tal estratégia de política social, uma vez que estaria na origem da extensão do ensino primário público às camadas populares.

A Eclosão da Questão do Menor

O aparato institucional gradualmente montado nos Anos 40, do qual o SAM era o “carro chefe”, é sem dúvida um indicador de que a questão do menor saíra dos textos jurídicos para se tornar uma preocupação nacional. No pós-guerra, o Estado e a iniciativa privada vão traçar uma estratégia de combate à criminalidade infanto-juvenil, seja através de instituições para proteção e recuperação das crianças pobres (orfanatos, institutos e casas de reforma), seja através de instituições de formação para o trabalho (Senai, Senac etc.).

Um olhar sobre as estatísticas provenientes da série histórica dos censos demográficos sugere que o próprio perfil demográfico do país também estaria na base dessa crescente preocupação e atuação sobre a infância, sobretudo dado o fato de que grande parte desta população sempre fez parte dos segmentos mais pobres do país.

TABELA 1

Brasil — População Residente de Zero a 19 Anos de Idade

Censo	População	% População Total	Diferença em números absolutos	
1872	4.561.686	45,9%		
1890	7.300.053	50,9%	1872-90	2.738.367
1900	9.475.849	50,3%	1890-1900	2.175.796
1920	17.296.240	56,5%	1900-20	7.820.391
1940	21.970.469	53,3%	1920-40	4.674.219
1950	27.175.049	52,4%	1940-50	5.240.580
1960	37.024.746	52,8%	1950-60	9.849.697
1970	49.383.716	53,0%	1960-70	12.358.970
1980	59.036.734	49,6%	1970-80	9.653.918

Fonte: Censos Demográficos — IBGE.

Mantendo por um período de quase cem anos um percentual muito elevado da população jovem (acima de 50%), o país viu sua população de zero a 19 anos crescer consideravelmente em todos os períodos intercensitários. Chama especialmente a atenção o crescimento verificado entre 1950-60 (9 milhões a mais, o que representa um aumento relativo de 36,2%) se confrontado com o da década anterior, 1940-50 (5 milhões, o que representa um aumento relativo de 23,9%). Tais aumentos constituem em si um desafio que desde os Anos 40-50 tanto o Estado como a iniciativa privada procuravam enfrentar.

O fato do UNICEF ter iniciado sua atuação no Brasil em 1948, apenas dois anos após a sua criação, na qualidade de instituição internacional,⁹ indica o reconhecimento da questão da infância como uma questão premente, que se agravaria nas décadas seguintes. Com efeito, paralelamente ao processo de modernização e industrialização que o país conheceu a partir dos Anos 50, assistiu-se a uma urbanização acelerada, concentrada, que apesar de apresentar um relativo dinamismo do emprego industrial, geraria acentuados níveis de desigualdade e pobreza.¹⁰ Os índices assustadores a que se chegou na década de 60-70 — na área urbana, em 1970, 53% das famílias tinham renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (Abranches, 1985: 32) — indicam o quadro de condições de vida em que se insere um grande número de crianças e jovens no país. Alimentadas por um processo de desenvolvimento desigual, importantes diferenças regionais, sobretudo entre as regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, também condicionariam a trajetória de grande parte da população jovem: com uma taxa mais ele-

vada de fecundidade, que se faz acompanhar de uma alta taxa de mortalidade infantil e de uma expectativa de vida relativamente curta, as crianças e jovens do Nordeste se encontravam em uma situação de desvantagem social¹¹ em relação às suas congêneres do Sul e Sudeste (Ribeiro da Silva, 1987).

É dentro desse contexto que em meados dos Anos 60 o Estado intervém na questão do menor, em novos moldes. Dentro de uma perspectiva modernizadora, expressa também em outros setores da política social (habitação e previdência social), é criada a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). Idealizada para substituir o SAM — denunciado pela imprensa como uma verdadeira “escola de crime”¹² e objeto de inquéritos durante o Governo Jânio Quadros —, a Funabem teria como objetivo imediato “sanear” a atuação até então desenvolvida pelo governo.¹³ Era como que o reconhecimento oficial da falência da ação das agências governamentais: destinado a tirar as crianças da rua, o SAM as havia internado para ressocializá-las na marginalidade, “formando” vários dos bandidos da época.¹³

A contraproposta da Funabem se basearia numa nova concepção de reeducação do menor, não pautada exclusivamente na internação, mas no apoio à família e à comunidade (Passetti, 1982). Por outro lado, partia-se de uma nova concepção organizacional: uma fundação nacional e várias fundações estaduais. A Funabem seria o órgão central encarregado muito mais de ditar uma política nacional do que de executá-la diretamente. Adotando-se o modelo de fundação, a execução da política seria mais flexível desde que a carga das fundações estaduais.

Menciona-se ainda (Passetti, 1982; Melo, 1986) a relação entre o surgimento da Funabem e o Estado autoritário, numa leitura da questão do menor como de “segurança nacional”. Nesse sentido caberia à Funabem “exercer vigilância sobre os menores, principalmente a partir de sua condição de carenciados, isto é, próximos a uma situação de marginalização social”. Tal concepção parece ter o estado presente nas reuniões da Escola Superior de Guerra, onde se teria cogitado da criação da Funabem (Costa, 1987: 75).

Apesar da relação que se pode estabelecer entre a criação da Funabem e a Revolução de 1964, é importante lembrar que a idéia de um novo órgão para substituir o SAM já vinha sendo cogitada desde o final dos Anos 50, o que permite supor que, independentemente do regime autoritário, ocorreria de fato uma mudança na política do Estado frente ao menor. Cabe entretanto assinalar que é característica dos Anos 60 a ampliação da presença do Estado na política social em todos os seus níveis. Nesse sentido vale a associação entre a criação da Funabem e o novo regime que perduraria no país por mais de 20 anos.

Paralelamente à preocupação do Estado em intervir de forma global, assiste-se nos Anos 70 a uma série de outras iniciativas advindas de setores da sociedade também preocupados com a situação a que chegaram a infância e a pobreza no Brasil. Destaca-se sobretudo a preocupação dos juristas que, associando o aumento da criminalidade infanto-juvenil à pobreza, passam a organizar com regularidade, através do Tribunal de Justiça de São Paulo, Semanas de Estudos do Problema do Menor. Por ocasião da X Semana, em 1971, foi sugerida a realização de uma pesquisa sociológica sobre o menor abandonado e infrator em São Paulo, posteriormente desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap e publicada com o título de *A Criança, o Adolescente, a Cidade*. O interesse em conhecer a situação social do menor marginalizado na maior metrópole do país tinha antes de tudo um sentido prático, desde que os resultados da pesquisa deveriam servir para orientar a ação dos juristas em seu trabalho nos Juizados de Menores. Com intenção semelhante encomenda-se no mesmo período, no Rio, então Estado da Guanabara, a primeira pesquisa sobre delinqüência juvenil, publicada em 1975 sob o título *Delinqüência Juvenil na Guanabara*. Realizadas em am-

bos os casos por sociólogos, tais pesquisas constituem os primeiros estudos sistemáticos que se conhece sobre a problemática da infância, marcando de certa forma a entrada das ciências sociais no tratamento do tema.

Também é dos Anos 70 a Pastoral do Menor, que marca uma preocupação especial da Igreja com a população jovem e pobre do país. Precedida por iniciativas de religiosos que em diversas cidades criaram instituições e programas alternativos àqueles das fundações estaduais (como é o caso, por exemplo, da República do Pequeno Vendedor, de Belém, e do CESAM, de Belo Horizonte), a Pastoral do Menor só se institui enquanto tal em 1978, em São Paulo. A questão do menor é colocada como prioritária para a Arquidiocese, que se engaja em programas oficiais existentes.¹⁴ Dentro de uma preocupação prática, a Comissão de Centro de Estudos de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo encomenda em 1978 ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea — Cedec uma pesquisa sobre as crianças e jovens que vivem nas ruas da capital paulista, cujos resultados aparecem no livro *Meninos de Rua*.

Com efeito, em meados dos Anos 70 a questão do menor já ganhara as ruas. Assístia-se “à invasão dos grandes centros urbanos brasileiros por um contingente, cada vez mais numeroso, de crianças e jovens que transformavam os espaços públicos em locais de produção de renda”, apropriando-se das ruas e das praças como espaço de trabalho e também de moradia (Ribeiro, 1987: 29).

A imprensa tornou-se mais contundente na denúncia do problema, associando insistentemente a criminalidade infanto-juvenil à vida nas ruas das grandes metrópoles. Denominadas agora “pivetes” e “trombadinhas”, as crianças têm sua presença na rua cada vez mais condenada, verificando-se uma pressão sobre os juizes para o seu recolhimento nas instituições especializadas.¹⁵

Multiplicam-se as estimativas de “menores abandonados” e “delinqüentes”, sem que nenhuma, entretanto, permita aferir com exatidão a dimensão do problema. A título de exemplo, para o Rio, calculou-se que só em 1975 passaram 10 mil menores pelas Delegacias de Menores (Cavallieri, 1978: 58). Em São Paulo, em 1986, a Secretaria de Justiça registrou em todo o Estado 28.519 processos de menores aban-

donados e infratores e, no mesmo período, 15.942 casos na Capital (Fischer, 1979: 54).

Sub ou superestimados, os números não deixavam de traduzir a existência de uma realidade que tendia a se agravar, colocando em situação "de risco" a infância pauperizada. É em tal contexto que em 1976 a Câmara dos Deputados instaura uma Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI do Menor —, traduzindo assim a importância atribuída à questão ao nível do Legislativo e dos poderes constituídos, preocupados com os altos índices de infração penal praticada por menores pobres. Resultando no documento *A Realidade Brasileira do Menor*, a CPI pode ser entendida como um marco, em duplo sentido. É o reconhecimento que a chamada "questão do menor" tornara-se prioritária e que o Código de Menores de 1927 já estaria defasado¹⁶ por não instituir mecanismos "eficazes" no tratamento do chamado "menor infrator". Por outro lado, o documento resultante da CPI tornou-se "o diagnóstico" da situação do menor pobre no país e os dados que produziu se revestiram de tal legitimidade que se tornaram citação obrigatória em todos os documentos oficiais e referência importante em todas as pesquisas sobre o tema. A CPI do Menor revelava a existência, em 1976, de 13.542.508 menores em situação de carência (aqueles cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas) e 1.909.570 abandonados (não têm pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas). Informava também que, em 1975, 11.812 delitos haviam sido praticados por menores, com maior incidência no Sudeste (44,17%) e no Nordeste (37,98%). E ainda, segundo estimativas baseadas em indicadores sócio-econômicos, seria de 25 milhões o número de menores carentes e abandonados.¹⁷

No final da década, com a celebração do Ano Internacional da Criança e a ampliação da atuação do UNICEF no Brasil (que gradativamente passara de uma função puramente assistencial para o apoio direto às comunidades carentes através de suas próprias organizações), assiste-se a uma mobilização geral que ultrapassa os órgãos voltados para o atendimento do menor. São Paulo lidera na criação do Movimento em Defesa do Menor em 1979, cuja atuação se destaca, numa primeira etapa, em denúncias de maus-tratos e violências cometidas *contra as crianças de São Paulo*, principalmente pela polícia e pela Febem — Fun-

ção Estadual do Bem-Estar do Menor (Junqueira, 1986).

Coincidindo com a criação do Movimento em Defesa do Menor, o novo Código de Menores é aprovado em 1979, meia década após a primeira consolidação de leis relativas à infância pobre. Contrariamente ao Código de Mello Mattos de 1927, que dera especial ênfase ao trabalho do menor, regulando as condições do seu exercício,¹⁸ o Código de 1979 vai se preocupar com os menores "em situação irregular". Insistindo na penalização, exemplificada pelo dispositivo da prisão cautelar¹⁸ (para menores infratores), o Código atual se volta muito mais para o menor infrator do que para o menor trabalhador, cujos direitos e deveres, desde 1943, passaram a ser regidos pela CLT.

A breve análise aqui realizada permite sugerir que nos 50 anos em que a questão do menor foi gradativamente se constituindo, a sociedade brasileira, fazendo uso de instituições, práticas sociais e instrumentos jurídicos diversos, buscou antes de tudo resguardar-se de uma realidade que fugia cada vez mais ao seu controle. Se foram várias as respostas oferecidas ao problema, todas elas basearam-se numa mesma concepção da infância pobre como necessariamente perigosa e conseqüentemente ameaçadora. A integração à ordem estabelecida sempre se colocou como necessária, mas os menores, por permanecerem à margem (da lei e dos benefícios da sociedade), sempre foram excluídos de um projeto nacional. O novo Código de Menores é promulgado num momento em que a questão do menor ameaçava fugir totalmente ao controle da sociedade, seja pelo aumento assustador do número de crianças e jovens carentes ("pequenos bandidos" em potencial), seja pelo aumento considerável da própria delinquência juvenil no país. Procurando "acompanhar" esta realidade, o aparato jurídico reforçou seus dispositivos, exacerbando com o novo Código a punição sobre o *infrator pobre*.

A Infância Pobre Vista pelas Ciências Sociais

Na década de 70, quando a questão do menor já fora identificada como um grave problema social, cientistas sociais são convocados a pesquisar o tema, visando fornecer subsídios para a ação daqueles que lidavam diretamente com a infância e a adolescência pobre (mais especificamente

os menores abandonados e infratores). Encomendados respectivamente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e pelo Juizado de Menores da Guanabara, os Trabalhos do Cebrap (1973) e de Misse *et alii* (1973) podem ser considerados como pioneiros, por usarem pela primeira vez instrumentos de pesquisa sociológica para revelar a situação em que se encontravam os menores abandonados e infratores das duas grandes cidades. O estudo realizado em São Paulo cobriu os menores internados em 1971 em todas as instituições públicas e privadas do Município de São Paulo, combinando o uso do questionário com a entrevista, a história de vida, o estudo de caso e a observação direta. No caso do Rio, a pesquisa centrou-se na delinqüência juvenil e baseou-se fundamentalmente em fontes secundárias como os "autos de investigação" do Juizado de Menores (período 1970/71), buscando infratores dentro de cada área de infração.

Tais estudos marcaram a entrada das ciências humanas numa problemática que a partir de 1970 passa a ser tratada com grande ênfase principalmente por assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, pedagogos e sociólogos.

Para realizar uma análise dessa produção diversificada, optou-se pela estratégia a seguir. Em primeiro lugar, um levantamento bibliográfico que desse conta da produção dos últimos 20 anos, oriunda sobretudo das áreas de Sociologia, Psicologia, Antropologia e Serviço Social. Também considerou-se no levantamento, embora com menor ênfase, os trabalhos oriundos da Pedagogia voltados para a questão da educação pré-escolar e primária. De igual maneira, levantou-se a produção jurídica sobre o tema do menor, considerando-se, no caso, textos que vêm desde a década de 40, momento em que os juristas já haviam marcado sua presença na reflexão sobre o tema. O recorte incluiu tam-

bém um ou outro tipo de literatura constituída por relatos autobiográficos e romances, e ainda a produção jornalística publicada em livros. No que se refere à produção das agências oficiais — notadamente a Funabem —, considerou-se exclusivamente os textos resultantes de pesquisas efetuadas ou encomendadas por esta instituição. Ficaram conseqüentemente excluídos documentos oficiais tais como discursos publicados, propostas de atuação, montagem de projetos etc.

Para a realização de tal levantamento consultou-se um conjunto de bibliotecas existentes no Rio de Janeiro: a do IUPERJ, do NEPI (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Infância — IFCS/UFRJ), da Cesme (Coordenação de Estudos sobre o Menor — Universidade Santa Úrsula), das Faculdades de Psicologia, Comunicação, Educação e Serviço Social da UFRJ, e ainda as bibliotecas da PUC/RJ, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento — IBRADES e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE, além da própria Biblioteca Nacional e a biblioteca do Fórum do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a localização das bibliotecas consultadas, o levantamento cobriu mais extensivamente a produção do Rio de Janeiro e de São Paulo, deixando certamente de fora alguns trabalhos que integram a vasta produção nacional. Tentou-se superar tais ausências através da consulta às bibliografias contidas nos próprios textos levantados. Acredita-se assim que a bibliografia apresentada neste trabalho, apesar de não exaustiva, cubra o que há de mais relevante na literatura sobre a infância pobre no Brasil, publicada a partir dos Anos 60.

Perfazendo um total de 212 títulos, o conjunto da produção pode ser classificado numa primeira instância segundo o tipo de publicação.¹⁹

QUADRO 1

Distribuição da Literatura por Tipo de Publicação

Artigos em revistas especializadas	59
Livros (circuito comercial)	46
Publicações oficiais (Funabem, IBGE, UNICEF)	36
Relatórios de pesquisa	29
Teses	25
Comunicações em congressos	17
Total	212

Considerando que a literatura levantada refere-se a uma produção que não tem mais que 25 anos, chama a atenção o número de trabalhos publicados sob a forma de livros (46 ou 22%). Trata-se de teses e relatórios de pesquisa ou textos de origem jornalística e literária marcados fortemente por um tom de denúncia, que vieram se juntar à produção de origem mais acadêmica. O grande número de livros editados denota tanto o interesse das editoras em relação a este tema emergente quanto o espaço criado no âmbito das várias áreas do conhecimento (Psicologia, Sociologia, Antropologia) para a análise

dos fenômenos relativos à criança pobre brasileira.

Não é nada desprezível o número de artigos em revistas especializadas e teses não publicadas (25) — o que mais uma vez expressa a legitimidade do tema para a academia. O alto número de publicações oriundas da Funabem, IBGE e UNICEF (36) revela a preocupação oficial em conhecer, para melhor formular políticas sociais para o menor.

O conjunto da literatura aqui analisada também pode ser considerado em relação às diversas áreas do país onde o menor e a criança têm sido estudados.

QUADRO 2

Distribuição da Literatura por Região de Referência

São Paulo	42
Rio de Janeiro	30
Nordeste	11
Rio Grande do Sul	10
Minas e Brasília	5
Região Norte	2
Brasil (país)	112
Total	212

Muito embora o tema da criança venha sendo objeto de estudo do norte ao sul do país, a maior parte da produção se refere ao eixo São Paulo-Rio (72 títulos). Nestes grandes centros a questão do menor assumiu maior visibilidade, tanto política quanto socialmente. Ali se concentra a maioria das instituições de ensino e pesquisa do país. É no Rio que se localiza a Funabem, de onde partem as linhas de atuação para uma política nacional de bem-estar do menor. É no Rio e em São Paulo que a imprensa vem exercendo continuamente um papel de denúncia face a um "problema" que vem se configurando desde o início do século. É finalmente nas duas maiores metrópoles que a sociedade (via Igreja, profissionais do Direito etc.) vem se mobilizando com mais vigor para enfrentar tal situação.

Com o agravamento do fenômeno fora do eixo Rio-São Paulo, começaram também a surgir estudos sobre a problemática da infância pobre em outras regiões metropolitanas do país. Tal produção é ainda esparsa mas já importante. Aparecem trabalhos sobre Manaus (Araújo, 1965) e Belém (Gonçalves, 1979). Há onze trabalhos

sobre várias capitais do Nordeste, dentre os quais alguns se destacam. Sobre Salvador: Machado Neto, 1979, 1980; sobre o Grande Recife: Ribeiro, 1982; Alvim, 1985; Vainsencher, 1987; sobre Fortaleza: Ferreira, 1980; Iplance, 1980; Ceará, 1982. Aparecem ainda textos sobre a criança em Brasília (Rodrigues, 1979) e Minas (UCMG, 1984; Renault, 1974).

Contrastando com os estudos sobre a infância em áreas geograficamente delimitadas (100 trabalhos de um total de 212), aparece um outro conjunto de trabalhos (112 de um total de 212) que têm como referência a questão da criança no Brasil num sentido mais global. Tais títulos referem-se menos a pesquisas e mais a análises gerais feitas freqüentemente a partir de estatísticas e indicadores (IBGE, 1981, 1982, 1985; Calsing *et alii*, 1986).

Nos últimos 25 anos, quais têm sido os temas explorados pela literatura que vem se dedicando ao estudo do menor e da infância pobre no Brasil? O Quadro 3 reúne a bibliografia levantada segundo temas e períodos.

QUADRO 3

Distribuição da Literatura por Temas e Períodos

Temas	Períodos	Década de 70		Década de 80 (até 87)	TOTAL
		Década de 60	1970/74 1975/79		
Delinqüência, Violência e Criminalidade		3	4 5	24	36
Trabalho do Menor		5	5 8	23	41
Legislação sobre o Menor		—	— 3	5	8
O Menor Institucionalizado		1	2 8	17	28
Educação		—	— 7	14	21
Criança e Família		—	— 2	13	15
Características Sócio-Econômicas da Criança Pobre		1	2 —	17	20
História da Infância Pobre		—	— 3	9	12
Meninos de Rua		—	— 2	7	9
Política Social para o Menor		1	4 7	10	22
Total		11	17 45	139	212

Conforme o Quadro 3, cada trabalho foi classificado segundo o seu tema principal e os dez temas que aparecem se referem a recortes privilegiados pelos autores em suas análises. Cabe assinalar que muitos textos poderiam ter sido classificados em mais de um tema, a medida que efetivamente tratam de mais de um aspecto da questão. No entanto, numa primeira aproximação optou-se pela classificação única, com o objetivo de melhor qualificar o conjunto da produção.²⁰

Relacionando temas e períodos observa-se que, no momento de surgimento da produção, ou seja, na década de 60, os temas que se destacam são: a) o trabalho do menor; b) a delinqüência, a violência e a criminalidade. Interessando-se pelo tema, as ciências humanas nada mais fazem do que se juntar ao pensamento e às preocupações daqueles que "tradicionalmente" lidavam com a infância pobre, elegendo como objeto de estudo a criança pobre enquanto delinqüente e trabalhadora.

A década de 70 inaugura definitivamente a área de estudos sobre o menor, fruto do aparecimento de inúmeros estudos e pesquisas. Multiplicam-se os temas de interesse, que passam agora a incluir, além da delinqüência e do trabalho, os seguintes

assuntos: o menor institucionalizado, ou seja, aquele vivendo dentro das múltiplas instituições de educação, proteção e recuperação de menores; a política social para o menor implementada pelas agências governamentais e paragovernamentais; a educação primária no que concerne aos problemas enfrentados pela criança pobre (evasão e repetências).²¹

Vale assinalar que é na segunda metade dos Anos 70 que se configura mais fortemente a composição deste campo temático, que vê na década de 80 novos temas se afirmarem. Passa-se a dar ênfase a estudos e levantamentos sobre as características sócio-econômicas do universo infantil do país; de igual maneira elege-se agora como objeto de estudo as relações entre a criança pobre e sua família; estudiosos se debruçam sobre a história da infância pobre no Brasil, bem como sobre a legislação que lhe é pertinente. Finalmente é lançado com projeção, pelos meios de comunicação de massa, o tema do menino de rua que vai imprimir marca à produção mais atual.

Vista em seu conjunto, constata-se que tal evolução temática se articula de forma muito direta com a própria realidade da infância pobre do país, tal qual ela foi

se configurando ao longo das últimas décadas. É deste modo que pode ser entendida a passagem do estudo da criança pobre enquanto delinqüente para a análise do menor na instituição e mais recentemente sua abordagem enquanto menino de rua.

Tal configuração temática também decorre de interesses disciplinares específicos dos produtores de conhecimento do campo, como indica o Quadro 4, que expressa a relação entre os vários temas pesquisados e a origem da produção.

Um primeiro olhar sobre o Quadro 4 mostra que um conjunto grande e diversificado de especialistas tem se voltado para a análise da criança, sempre buscando perceber aspectos de seu interesse específico. Assim, psicólogos e assistentes sociais elegeram como temas prioritários aqueles que têm a ver com questões de sua prática profissional: a delinqüência e a reintegração psicossocial de infratores (Holla Hender, 1978), o enquadramento institucional de menores (Guirardo, 1980, 1986; Campos, 1984; Rizzini, 1985), os processos disciplinares nos internatos (Violante, 1982; Altoé, 1985). Constatou-se que mais da metade desta produção, tanto da área da Psicologia quanto da área do Serviço Social, enquadra-se precisamente nos temas da Delinqüência e do Menor Institucionalizado.

De igual modo é grande a aproximação entre prática profissional e tema de pesquisa encontrada entre os educadores e pedagogos. Estes vão concentrar sua atenção na análise de fenômenos como a marginalização das crianças pobres e seus efeitos sobre a aprendizagem (Duarte, 1978) ou o estudo da reflexão entre escola e comunidade (Girardi, 1978), ou ainda questões relativas à formação de professores para o ensino nas escolas públicas (Brandão, 1982). No mesmo quadro, mais da metade dos trabalhos oriundos das áreas de Educação e Psicologia aparece classificada no tema Educação.

Uma convergência também é encontrada ao nível da produção oficial, que define como temas prioritários a caracterização sócio-econômica da criança carente (Cal-sing *et alii*, 1986; BGE, 1981, 1982, 1985) e a política social para o menor, apresentada através de diagnósticos (Funabem, 1973, 1987). Cabe ressaltar que grande parte desta produção que se denominou de "oficial" foi realizada por técnicos de formação variada (economistas, demógrafos,

sociólogos). Sua inserção no Quadro 4 como produção oficial se deve à sua origem (são pesquisas encomendadas por órgãos públicos ou internacionais voltadas para a ação).

Um terço da produção aqui analisada é oriunda das áreas de Sociologia e Antropologia, como indica o mesmo quadro. Tal produção se caracteriza por uma diversidade temática que a distingue das demais disciplinas. Antropólogos e sociólogos tanto estudam a delinqüência (Misse *et alii*, 1973; Arruda, 1983; Queiroz, 1984), o menor institucionalizado (Cebrap, 1973; Araújo, 1979; Sader *et alii*, 1987) e a política de atendimento do menor (Pasetti, 1982), como outros temas que aparecem no quadro. O tema do trabalho, por exemplo, é objeto privilegiado de cientistas sociais, que ressaltam a participação do trabalho do menor no conjunto da força de trabalho (Silva *et alii*, 1982; Alvim, 1984; Spindel, 1985, 1987) ou estudam o trabalho infantil enquanto estratégia de sobrevivência (Machado Neto, 1979, 1980; Medeiros, 1985). A discussão da criança em sua relação com a família é outra temática importante lançada pelos trabalhos de Antropologia e Sociologia que ressaltam, seja o processo de socialização de crianças na família e na comunidade (Fonseca, 1982, 1985, 1986; Zaluar, 1983, 1985; Valladares, 1986), seja a articulação entre o trabalho infantil e a família da classe trabalhadora (Alvim, 1985). De igual modo a legislação sobre o menor e a história da infância pobre no Brasil (temas tradicionalmente tratados por advogados na literatura jurídica) começam a ser repensados à luz da Sociologia e da Antropologia (Correa, 1982; Araújo, 1984; Gonçalves, 1987; Alvarez, 1987; Simões, 1987).

O menino de rua é outro tema lançado pelas ciências sociais com grande ênfase, tendo penetrado como objeto de pesquisa entre as demais disciplinas. O livro de Fisher Ferreira (1979) aparecia em São Paulo no mesmo ano que o de Gonçalves (1979) no Pará e ambos consagraram a expressão pela qual a sociedade passou a se referir à criança pobre.

Para finalizar a análise do Quadro 4, cabe uma referência à produção que se denominou jornalística/literária. Originando-se fora da academia, mas ocupando uma posição importante na discussão do lugar da criança pobre na sociedade atual, tal produção vem revestida de um forte tom de denúncia. São livros e depoimentos

QUADRO 4

Distribuição da Literatura por Temas e Origem da Produção

Temas	Origem	Psicologia	Serviço Social	Sociologia e Antropologia	Educação e Pedagogia	Economia	Medicina	História	Produção Oficial	Produção Jornalistica Literária	(Igreja)	Não-Identificada	TOTAL
Delinqüência, Violência e Criminalidade		5	3	7	1	—	2	—	3	5	3	7	36
Trabalho do Menor		—	—	24	—	3	—	—	10	—	—	4	41
Legislação sobre o Menor		—	—	5	—	—	—	—	—	—	1	2	8
O Menor Institucionalizado		12	2	8	3	—	—	—	2	1	—	—	28
Educação		—	—	5	13	—	—	—	1	—	—	2	21
Criança e Família		2	—	9	—	1	—	—	—	2	—	1	15
Características Sócio-Econômicas da Criança Pobre		—	—	2	2	—	—	—	15	—	—	1	20
História da Infância Pobre		2	—	5	1	—	1	2	—	—	—	1	12
Meninos de Rua		1	1	3	3	—	—	—	—	1	—	—	9
Política Social para o Menor		—	2	3	—	—	—	—	17	—	—	—	22
Total		22	8	71	25	4	3	2	48	9	4	18	212

escritos por jornalistas (como *A Tragédia de Edmilson, um Menor Abandonado*) ou pelos próprios menores (Herzer, 1982; Collen, 1987), ou ainda romances (Louzeiro, 1977; Maciel, 1983) que já chegaram mesmo a se transformar em filmes,²² dado o seu impacto junto ao grande público. Oferecendo uma visão do mundo do adolescente a partir do menor adolescente, tal literatura privilegia temas presentes nas análises dos especialistas anteriormente referidos — como a delinqüência e a violência —, só que enfatizando com mais vigor a violência da sociedade sobre o menor.²³

a) *As Diferentes Categorias Utilizadas pela Literatura ou a Transformação das "Crianças" em "Menores"*

Do início do século, quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. Da "santa infância", "expostos", "órfãos", "infância desvalida", "infância abandonada", "petizes", "peraltas", "menores viciosos", "infância em perigo moral", "pobrezinhos sacrificados", "vadios", "capoeiras", passou-se a uma categoria dominante — *menor*. Muito embora nas constituições do século XIX já se falasse em *menoridade civil* e *criminal*, o termo "menor" só aparece como categoria classificatória da infância pobre com o primeiro Código de Menores de 1927. Desde então os qualificativos só têm se multiplicado: "menor abandonado", "menor delinqüente", "menor de conduta anti-social", "menor assistido", "menor desassistido", "menor em perigo moral", "menor carente", "menor em situação de risco", "menor institucionalizado".

Tal mudança terminológica, de procedência jurídica, acabou por ser absorvida pela academia que, muito tendo escrito sobre a infância das classes populares, pouco refletiu sobre o próprio conceito de "menor". Apenas três trabalhos (Correa, 1982; Araújo, 1984; Jasmin, 1985) pensam especificamente seu próprio conteúdo jurídico e ideológico e o fazem a partir de uma análise histórica da legislação brasileira. Existe ainda um outro trabalho, do jurista Cavallieri (1978), que analisa o uso social da categoria "menor" e suas implicações.

Araújo (1984: 42) lembra que a palavra "menor" não se confunde com outras designações aplicáveis aos não-adultos como

as palavras "jovem", "menino", "criança". O termo "menor" é jurídico e invocaria sobretudo a "anormalidade", a "irregularidade", como estados em que certas pessoas até 18 anos pudessem se encontrar. Cavallieri (1978: 15) lembra, muito apropriadamente, que no interior das famílias existem crianças, garotos, brotinhos. Diz-se "o meu filho", "o meu garoto" — jamais "o meu menor". "Dir-se-ia que menor é o filho dos outros" (Cavallieri, 1986: 3). Ambos os autores chamam portanto a atenção para a natureza distinta das denominações utilizadas: os termos "menino", "garoto", "criança", fazem parte de um universo afetivo, familiar, privado; o termo "menor" aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. Refere-se a uma pessoa cuja idade a coloca em posição distinta das demais, perante as leis (Cavallieri, 1986: 2).

Um outro autor (Correa, 1982) observou com argúcia que o próprio termo sofreu uma transformação ao longo do tempo. Utilizado inicialmente como adjetivo para qualificar uma faixa etária da população (o trabalhador menor), transformou-se num substantivo ao qual são atribuídos qualificativos diversos (menor abandonado, menor infrator, menor carente etc.). Tal inversão possibilitou que o termo "menor" se tornasse uma categoria, fornecendo base a todo um sistema classificatório, de múltiplas variantes. Enquanto categoria socialmente construída, a palavra "menor" detém hoje um significado uno no qual estão embutidas as noções de pobreza e delinqüência.

O uso cada vez mais corrente do termo, inclusive pelas ciências sociais, fez com que as pesquisas também contribuíssem na geração de uma imagem quase que universal da criança pobre brasileira enquanto menor abandonado e delinqüente potencial. O título de vários dos livros publicados nos últimos anos expressa claramente a contribuição dada para o reforço de tal imagem: *Pequenos Bandidos* (Arruda, 1983), *O Mundo do Menor Infrator* (Queiroz et alii, 1984), *Abandonados* (Junqueira, 1986), *Trapaceiros e Trapaceados* (Chéniaux, 1986), *O Dilema do Decente Malandro* (Violante, 1983), *O Menor Institucionalizado* (Campos, 1984).

Certamente por estarem sobretudo preocupados em denunciar as formas como a criança pobre brasileira vem sendo vitimizada pela sociedade, pelas instituições de assistência, pela política e pela lei, é que

os vários autores não rompem com a categoria "menor". Ao contrário, contribuem para a própria construção deste sistema classificatório. Vale lembrar que é a partir das denominações "menor abandonado" e "menor delinqüente" (cunhadas pelo Código de Menores de 1927) ou ainda "menor em situação irregular" (lançada pelo Código de 1979) que surgem novas expressões: menor marginalizado, menor institucionalizado, menor perambulante, menor trabalhador etc.

Muito embora a maioria dos autores brasileiros trabalhe com a categoria "menor", deve-se assinalar que na área dos estudos sobre o trabalho aparecem outras denominações tais como "menino(a)s trabalhadora(s)", "trabalhador infantil", "força de trabalho infantil", "infância operária" ou "infância das classes trabalhadoras". Tal opção decorre da ênfase que tais estudos dão à criança e ao jovem enquanto parte da força de trabalho que atua na reprodução social das classes populares (Machado Neto, 1979, 1980; Alvim, 1984, 1985; Spindel, 1985, 1986). Convém ressaltar que, nesta literatura, o tema da marginalidade não ocupa um lugar central, já que se discute a população infantil sob a ótica do trabalho e da família. Sem privilegiar uma análise da inserção da criança na pobreza e na miséria, opta-se por uma perspectiva que considera a inserção das classes trabalhadoras e de seus filhos no mercado de trabalho.

A literatura mais recente viu surgir também a categoria "menino de rua". Gestado a partir de pesquisas sociológicas (Fischer Ferreira, 1979; Gonçalves, 1979), o termo refere-se explicitamente às crianças marginalizadas que não se encontram internadas em instituições e vivem seu cotidiano nas ruas das grandes cidades. Caracterizados como no limiar da delinqüência e como provenientes de famílias pauperizadas pelo processo de acumulação capitalista, os meninos de rua teriam uma trajetória comum: o abandono da família e da escola em troca de uma vida em "bandos" no espaço público das ruas e das praças.

Contrariamente ao termo "menor", que se expandiu na sociedade a partir do seu uso jurídico, a expressão "menino de rua", gerada na academia, acabou por ser incorporada à linguagem corrente, ganhando rapidamente os círculos da Igreja. Enquanto categoria foi também apropriada pelo aparato oficial que, a partir dos Anos 80, começa a oferecer no âmbito da própria

Funabem projetos alternativos para tais grupos de crianças.²⁴ O reconhecimento desta "nova" categoria até mesmo pelos órgãos governamentais indica a constatação da diversidade presente no universo de crianças e jovens oriundos de famílias pobres e que, até o final dos Anos 70, eram reconhecidos no país exclusivamente como "menores".²⁵

b) *A Realidade Revelada pelas Pesquisas*

Na literatura contemporânea sobre o "menor", a *família* é um tema de referência importante, aparecendo segundo um modelo geral explicativo da realidade social em que se encontram as crianças e jovens da pobreza. Tal modelo revela uma família "desorganizada", "desestruturada" e "pobre", marcada pela ausência paterna e geralmente chefiada pela mãe:

"As famílias são, em geral, desorganizadas, principalmente pela ausência do pai — sobretudo por falecimento ou alcoolismo, abandono, prisão, uso de tóxico; ou pela ausência da mãe — por abandono, falecimento, prostituição, psicose, prisão; ou ambos — pelas mesmas razões ou combinações entre elas" (Violante, 1983; 44).

"Meninos de rua", "institucionalizados", "infratores", compartilhariam todos deste mesmo modelo (Guirardo, 1980, 1986; Campos, 1984; Cabral, 1985), tanto na visão dos psicólogos e dos assistentes sociais como da própria Funabem (1986). Um outro elemento também estaria presente na caracterização destas crianças: seu baixo grau de escolarização e forte tendência à evasão que, combinados com a pobreza e a "desorganização familiar", levariam quase que necessariamente tais crianças à rua e à instituição.

A "desorganização familiar" e a evasão escolar remetem segundo os autores, à própria situação de marginalidade social ou exclusão em que se encontra a grande maioria das famílias onde se originam os chamados "menores": expulsas do campo, tais famílias não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho urbano, integrando um verdadeiro exército de desempregados ou subempregados que habitam as favelas e os bairros de periferia das grandes aglomerações do país.²⁶

Muito embora se reconheça as causas econômicas como determinantes de tal mo-

delo de "desorganização familiar", intencionalmente ou não muitos autores acabam por atribuir à própria família a responsabilidade pela situação a que chegaram seus filhos. Nesse sentido as famílias são vistas como também responsáveis e "culpas" pela situação de marginalidade real ou potencial de seus "menores".

Poucos são, entretanto, os trabalhos que conseguem demonstrar empiricamente a prevalência do modelo de "desorganização familiar" preconizado. O estudo do Cebrap (1973) fornece evidências neste sentido. Tendo como objeto de estudo os menores internados em entidades públicas e privadas localizadas em São Paulo, o estudo revelou que apenas 21,3% tinham pai e mãe; os demais eram órfãos (de mãe, pai ou ambos); filhos de pai ou mãe desconhecidos; ou filhos de pais de paradeiro ignorado (Cebrap, 1973: 282). Contrastando com o caso paulista, pesquisa realizada em Porto Alegre (Schneider, 1982: 111) e baseada em dados recolhidos junto ao Juizado de Menores sobre os infratores revelou a seguinte situação: 44,4% dos menores pertenciam a grupos familiares em que aparecia apenas um dos pais, seja por razões de desquite, viuvez, separação do casal ou por ser a mãe solteira. Por outro lado, 55,6% dos menores provinham de famílias cujos pais se encontravam unidos na forma legalmente reconhecida ou não. Na mesma direção, a pesquisa realizada por Arruda em São Paulo (1983) relativiza o modelo de família desestruturada como explicativo da existência de menores infratores:

"As entrevistas que fizemos nos mostram que parte significativa deles provém de famílias formalmente organizadas, se bem que difiram do que é considerado 'normal' (...) Até mesmo uma pesquisa interna da FEBEM/SP, publicada em 1976, mostra que de um total de 169 menores internados como infratores 44,97% provinham de famílias organizadas" (Arruda, 1983: 49).

Mencione-se ainda uma outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro com meninos de rua, que levantou a composição familiar de 300 crianças: 41% afirmaram pertencer a famílias com pai, mãe e filhos. Outras 35% informaram ter sua família encabeçada pela figura materna (Rizzini, 1986: 25).

Vale lembrar que tais pesquisas utilizaram estratégias diversas de investigação, envolvendo problemáticas particulares aos menores nas instituições, no Juizado e na rua. Malgrado a intenção dos últimos autores de romper com o modelo da família desestruturada, os mesmos não fazem mais que relativizar tal modelo, apresentando como argumento principal a existência também da forma "organizada" de família nas camadas pobres de onde são provenientes os menores pesquisados.

Uma via possível de superar tal impasse seria pensar os arranjos familiares específicos fora da dicotomia "organizada"/"desorganizada". Para tanto seria necessário deslocar o foco de análise, da criança de rua e da instituição para a criança da favela ou do bairro de periferia. Em tal direção caminha o trabalho de Valladares (1986), que estudou crianças de uma favela do Rio no seu cotidiano familiar, destacando a importância das relações familiares e de vizinhança como suporte de sua socialização e proteção contra o mundo da rua e da marginalidade.

No conjunto da produção sobre o menor destacam-se também outros grandes temas de interesse, sendo um deles o do "menor institucionalizado". Tal literatura tenta se colocar na perspectiva da própria criança, mostrando a internação como prejudicial, uma vez que não oferece relações afetivas (Guirardo, 1986) e agride os internos pela excessiva disciplinarização. Construindo um indivíduo precariamente socializado para a vida na sociedade, os internatos funcionariam também como "porta de entrada" no mundo da infração. São interpretados por vários autores como "instituições totais", verdadeiras prisões fechadas, altamente disciplinadoras (Campos, 1984; Altoé, 1984; Guirardo, 1986). Alguns trabalhos chegam a discutir as representações dos diversos profissionais da instituição: vêem a criança como "menor", ou seja, um elemento deviante que necessita ser reintegrado à ordem social. Em contraposição, a imagem da instituição é sempre positiva: o sucesso e acertos costumam ser atribuídos à instituição e o fracasso à família e à criança (Guirardo, 1986).

Começa-se a refletir também sobre a trajetória dos "menores institucionalizados" que, após serem apanhados pela polícia, passam pelas Delegacias de Menores, Juizados, unidades de recepção, unidade de triagem, chegando enfim aos internatos especializados onde são separados segundo

sexo, faixa etária e motivo da internação (Araújo, 1979; Queiroz, 1984; Rosemberg *et alii*, 1983; Violante, 1983). Todos os autores criticam tal sistema, cujo funcionamento transforma a criança em objeto de “práticas de encaminhamento”, “estudos psicológicos” e “estudo pedagógico”. Tornado objeto pelos vários agentes responsáveis pela sua ressocialização, o “menor institucionalizado” deixa de ser sujeito, transformando-se em um pequeno elo de todo um conjunto institucional ao qual se vê subordinado.

A literatura voltada para o “menor institucionalizado” freqüentemente se refere ao “menino de rua” que constitui grande parte de sua clientela potencial quando não real. Aparecendo analiticamente separadas, tais crianças constituem o mesmo grupo social, diferindo apenas em função do recorte do pesquisador, que ora estuda o menor *na* rua, ora o menor *na* instituição.

Alguns temas comuns mostram a articulação possível entre as análises. Tanto o “menor institucionalizado” quanto o “menino de rua” se encontrariam afastados de sua família e próximos à criminalidade. Tanto a vivência na rua quanto a vivência na instituição levariam a “participar e a aprender os códigos do crime e da malandragem iniciando-se eventualmente em pequenos atos anti-sociais” (Arruda, 1983; Campos, 1984).

Apesar da rua e da instituição aparecerem como espaços distintos onde se movem os “menores”, há uma continuidade nos deslocamentos, como ressalta a maioria das pesquisas que entrevistaram crianças e jovens em um e outro local (Fisher Ferreira, 1979; Cheniaux, 1986).

A literatura sobre *menino de rua* vai entretanto valorizar este espaço, em contraposição ao espaço institucional. Para além de ser “*locus* da liberdade” (na representação de muitas das crianças entrevistadas), a rua surge como local de trabalho onde garotos e garotas chegam até mesmo a se tornar provedores de suas próprias famílias (Fisher Ferreira, 1979; Medeiros, 1985; Rizzini, 1986). Na leitura feita por alguns autores, a rua é ainda um espaço de convivialidade, onde há regras de convivência e sobrevivência que transparecem sobretudo no exercício do trabalho de rua (Fisher Ferreira, 1979; Medeiros, 1985). Fugir da polícia faz parte também do cotidiano na rua, o que sugere a necessidade de relativizar a representação

das próprias crianças sobre os espaços públicos enquanto locais de autonomia e liberdade. Vista de um outro ângulo, a rua é um espaço ocupado por um grupo de menores diferenciados por idade (predominando aqueles entre dez e 14 anos), sexo (predominantemente masculino) e situação familiar precária (famílias no limiar da pobreza, constituídas quase que exclusivamente por mãe e filhos).

Parte da literatura vai de encontro à idéia corrente de que se estaria diante de um universo de crianças abandonadas. O trabalho de Fisher Ferreira (1979) mostra que os meninos de rua de São Paulo guardam vínculos com suas famílias de origem, mesmo quando tais vínculos não implicam um contato mais estreito entre mãe e filhos. Não parece ser distinta a situação no Rio de Janeiro, onde crianças entrevistadas por Rizzini (1986) declaram em 70% dos casos que se afastam apenas durante o dia para trabalhar. De um universo de 300 crianças, somente 10 (ou 6,32%) alegaram não ter qualquer contato com suas famílias.

Fazendo contraponto a toda uma literatura que revelou uma infância pauperizada, marginalizada, excluída, vitimizada, aparece um conjunto de trabalhos que aponta em outra direção. Privilegiando a infância pobre enquanto inserida no mercado de trabalho e constituindo parcela crescente da força de trabalho nacional (Silva *et alii*, 1982), tais pesquisas vão também assinalar a importância do trabalho enquanto valor cultural e econômico (Alvim, 1985; Spindel, 1985, 1987). O trabalho de Silva *et alii* (1982), realizado a partir de dados estatísticos do Censo Demográfico de 1970 e da PNAD de 1977, revelou o aumento do trabalho infantil como um reflexo das transformações sociais e econômicas ocorridas na última década. Interpretado como forma de aumentar o orçamento doméstico, o trabalho infantil é visto como tendo uma grave consequência: a de dificultar a escolarização e profissionalização dos jovens.

Preocupada exclusivamente com o menor assalariado, Spindel (1986) levantou suas condições de trabalho em áreas metropolitanas, para mostrar que 60% dos menores que trabalham vêm de famílias operárias cujo chefe é trabalhador qualificado ou semiquilificado; 59% compatibilizam o trabalho com os estudos, apesar da tendência a parar de estudar à medida que a jornada de trabalho se prolonga. A pesquisa sugere também que a família é uma

transmissora da ideologia do trabalho, sendo este provedor de *status* na hierarquia familiar, colaborando na preparação para a vida adulta.

Muito próximas são as conclusões a que chegou Alvim (1985) em pesquisa realizada numa indústria têxtil onde o trabalho infantil aparece como parte da reprodução da família operária. Apesar de precoce, o trabalho de crianças e jovens é visto como "formador", facilitando o início de uma carreira profissional.

Indo de encontro a toda uma visão negativa do trabalho infantil (oriunda, sobretudo, das várias pesquisas realizadas sobre a criança de rua), os últimos autores mencionados não reduzem o trabalho infantil à exploração capitalista da força de trabalho. Reconhecem as condições gerais de exploração da classe trabalhadora mas não as consideram como única explicação para a existência do trabalho infantil.

Temas Emergentes e Novas Direções de Pesquisa

A análise da produção que trata do "menor" e da infância pobre no Brasil tanto permite identificar os temas privilegiados pelos diversos autores como apontar lacunas importantes no interior da literatura existente. Quais seriam, então, as áreas que apenas começam a ser exploradas pelos pesquisadores? Quais seriam os novos temas emergentes que apontariam em novas direções de pesquisa?

Verifica-se por um lado a tendência ao desdobramento de temas já consolidados e, por outro, a tendência ao desenvolvimento de novos temas (ver o Quadro 3).

Na área temática da violência, delinquência e criminalidade, começam a aparecer os primeiros estudos sobre a violência dentro e fora das próprias famílias no que se refere a maus-tratos, abuso sexual (Azevedo e Guerra, 1987; Guerra, 1984; Santos, 1987) e prostituição (Lorenzi, 1985). São textos com forte teor de denúncia, em alguns casos vinculados ao movimento feminista na sua vertente de luta contra a violência sobre a mulher (Prado e Oliveira, 1981). Numa outra direção vão os trabalhos de Zaluar (1983, 1985), que se interessa pela trajetória do bandido, chamando a atenção para os mecanismos de recrutamento e de iniciação presentes desde a infância. O processo através do qual o jovem opta pelo trabalho ou pela "vida de bandido" é examinado à luz de situações

familiares e de um mercado de trabalho insuficiente.

Na área dos estudos sobre o "menor institucionalizado" vem surgindo como objeto de reflexão o homossexualismo presente nos internatos tanto masculinos como femininos (Pellegrino, 1983; Cabral, 1985). Tal literatura, até o presente abordada segundo a ótica da Psicologia, inclui um texto-depoimento (a autobiografia de Herzer, 1982) que também contribui para a análise da sexualidade dentro da instituição. Numa direção totalmente distinta, mas articulada à questão institucional, aparece o interesse pelo "menor institucionalizado" quando da sua entrada no mundo adulto. Os trabalhos de Campos (1984) e Alvim e Altoé (1987) começam a discutir o que acontece com os egressos da Funabem, que tendem a permanecer "eternos menores".

O tema do trabalho infantil, apesar de bastante tratado pela literatura, ainda apresenta possíveis desdobramentos. Começa-se a dar ênfase à "fração infantil da força de trabalho" entre famílias agricultoras (Ribeiro, 1982; Paulilo, 1987), bem como à relação entre a escolarização e o trabalho infantil no meio rural (Antuniassi, 1983; Girardi, 1978; Fukui, 1981). Tais pesquisas apresentam como interesse o fato de passarem ao largo da concepção da criança enquanto "menor", visto que as crianças são estudadas no âmbito da família e do trabalho familiar.

Dois outros temas relevantes começam a ganhar espaço no conjunto da literatura: a análise sociológica da legislação sobre o menor e a história da infância pobre no Brasil. Já apareceram algumas reflexões sobre os dois Códigos de Menores (Russo, 1984; Jasmin, 1985; Araújo, 1985) e já se começa a pesquisar alguns aspectos da história da proteção à infância no país (Mesgravis, 1975; Rago, 1985; Gonçalves, 1987; Venancio, 1987).

Paralelamente às temáticas emergentes, observa-se lacunas importantes no conjunto da produção. Questões pertinentes como a gravidez na adolescência (fenômeno crescente segundo os próprios Censos) e a adoção de crianças dentro e fora do país (problemas de grande visibilidade nacional) não têm ainda peso no conjunto da literatura. Apenas dois trabalhos discutem a gravidez e a adoção (respectivamente Barroso *et alii*, 1986, e Arnaut, 1978).²⁷

Outro tema pertinente ao se pensar a infância pobre frente à sociedade nacional seria a problemática da criança dentro da

questão racial. Na maioria das pesquisas realizadas sobre os "menores" há sempre uma referência ao contingente negro da população infantil. No entanto a "criança negra" não se tornou ainda objeto de pesquisa. Os únicos trabalhos um pouco mais específicos referem-se à criança escrava (Mott, 1979) ou à criança negra e a escolarização (Luiz, 1979; Rozemberg, 1986). A importância do tema é revelada por pesquisa realizada em São Paulo, que mostrou que a população negra paulista não vem usufruindo as mesmas oportunidades de acesso e permanência na escola que a população branca (Rozemberg, 1986: 402).

Para além de temas específicos, há que apontar novas direções para a pesquisa sobre a infância pobre no Brasil: a) haveria que privilegiar o estudo da infância em detrimento do estudo do menor; b) abandonar a categoria "menor", bem como o sistema classificatório do qual ela é parte, o que representaria romper com a visão clichê que tem marcado a maioria dos estudos até agora realizados; c) pensar mais a criança na família, na vizinhança,

no bairro ou favela e as articulações aí presentes; d) pensar mais a criança em relação à família, mesmo quando o recorte do pesquisador for a criança na rua ou na instituição.

Finalmente não se poderia deixar de apontar a necessidade de estudos sobre as diferentes formas de intervenção do Estado na proteção e assistência à infância pobre no Brasil. Se existem alguns estudos pontuais sobre a atuação mais recente de órgãos governamentais (como os trabalhos de Paseti, 1982, e Araújo, 1979, 1985), inexistente uma análise geral que incorpore a longa trajetória da ação estatal desde o princípio do século, relacionando-se às diferentes conjunturas que a marcaram. Tal estudo deveria considerar as diferentes composições presentes na formulação e reformulação da chamada "política do bem-estar do menor", indicando como os diferentes atores sociais conseguiram em vários momentos pressionar no sentido de transformar a "questão do menor" numa questão prioritária.

Notas

1. Uma análise dessa literatura é encontrada em Leite Lopes (1984) e Alvim (1984).
2. São conhecidos os personagens de Oliver Twist (Dickens, 1838), The Gavroche (Hugo, 1862) e as referências de Engels no clássico *The Condition of the Working Classes in England* (1844).
3. Segundo Donzelot (1980), tal sistema perdura na França entre 1758 e 1860. A "Roda" desenvolveu-se como uma forma de assistência e proteção à criança abandonada, permitindo o anonimato à progenitora. Tanto instituições do Estado como religiosas incentivavam esta prática.
4. Vale assinalar que, também no Brasil, há referências à prática da roda desde o século XVIII (Moncorvo Filho, 1926). Pesquisa em andamento (Venancio, 1987) assinala: "No século XVIII, com o crescimento da população livre e pobre, tornou-se comum os pais abandonarem filhos 'ao desamparo pelas ruas e lugares imundos' das paragens cariocas (...). Foram criados o Recolhimento de Meninas Órfãs em 1734 e a Roda dos Expostos em 1738 na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, estabelecimentos construídos com esmolas e legados de benfeitores". Tal registro não parece suficiente, no entanto, para se identificar no século XVIII uma discussão marcante em torno do problema da infância no Brasil.
5. Dentre estas vale citar o Decreto-Lei n. 1.313, de 1891 (Deodoro da Fonseca), que regulariza o trabalho dos menores nas fábricas da Capital Federal via fiscalização, limite de idade, fixação da jornada de trabalho etc. Em 1917 é promulgada a Lei n. 1.801, que aumenta para 14 anos o limite de idade e estabelece condições para admissão na fábrica (atestado médico, escolarização mínima, vacinação), além de reduzir a jornada de trabalho para seis horas. Para uma análise destas leis, ver Alvim (1985).
6. Os inúmeros decretos que desde o século XIX vinham sendo aprovados no sentido de institucionalização da instrução primária reforçam a hipótese do tratamento diferenciado dado pela sociedade aos filhos dos pobres. Se bem que já conste da Constituição

de 1824 a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, e tendo sido instituída a escolaridade obrigatória nas três primeiras décadas do século, na prática a escola primária não se destinava a tais crianças. Segundo Abreu (1980: 103), a própria lei da obrigatoriedade demarcava os destinatários do ensino primário obrigatório quando isentava aqueles que “sofrerem de moléstia contagiosa ou repulsiva e os *incapazes, física e moralmente* (grifo nosso)”; os que “forem extremamente pobres, enquanto não receberem recursos fornecidos por institutos de beneficência escolar”. A exclusão da infância pobre do projeto educacional ia, portanto, de encontro ao Código de Menores de 1927, voltado para os direitos do menor excluído.

7. Para uma análise detalhada deste primeiro Código de Menores, ver Russo (1985).

8. São elementos desta política social: a jornada de trabalho de oito horas; a proteção ao trabalho feminino; a previdência social dos servidores públicos; a obrigatoriedade da carteira profissional para os trabalhadores urbanos; a lei do salário mínimo. Sobre a história da política social brasileira, ver Santos (1979).

9. O UNICEF foi criado em 1946 por resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, para atender em caráter de emergência as crianças européias vitimadas pela guerra. No final da década de 50, a situação de emergência européia estava praticamente superada e o UNICEF começou a concentrar sua atenção nos países menos desenvolvidos da Ásia, Oriente Médio e América Latina. Poucas referências existem sobre a história dos primeiros anos de sua atuação no Brasil, sabendo-se apenas que era de caráter emergencial, centrada na distribuição de leite em pó (UNICEF, 1980).

10. Para uma análise das transformações ocorridas entre os Anos 50 e 80 ao nível da urbanização e mudança na composição do emprego no Brasil, ver Faria (1983).

11. Veja-se o livro *Assim Marcha a Família* (1965), de autoria de jornalistas e escritores como Carlos Heitor Cony, José Louzeiro, Sylvan Paezzo.

12. No livro acima citado, há referência a um projeto apresentado em 1950 à Câmara, propondo a extinção do SAM e a criação de um novo órgão (p. 126).

13. Bandidos como Cara de Cavalo, Mineirinho, Mauro Guerra, China Preto, Pondonga e Getulinho foram todos egressos do SAM. Do mesmo modo os menores Manguito e Fuinha, foragidos do SAM que mataram o jovem Odylo Costa Neto, provocando com o crime a mobilização da opinião pública e seu apoio para a extinção do SAM. *Idem*, pp. 129-131.

14. A história da Pastoral do Menor encontra-se descrita no livro recente de Giustina (1987), que oferece detalhes sobre sua atuação em São Paulo.

15. O Juiz de Menores da Guanabara, Alyrio Cavallieri, em seu livro *Direito do Menor* (1978) denuncia as pressões do *Jornal do Brasil*, que lhe cobrava o recolhimento indiscriminado de menores nas ruas. Segundo o autor, competia à polícia tal recolhimento — e não ao Juizado.

16. Vale lembrar que, desde 1974, o Senador Nelson Carneiro apresentara um anteprojeto de um novo Código, aprovado finalmente em 1979.

17. Tais dados e estimativas são passíveis de críticas; ver Valadares *et alii*.

18. Sobre a prisão cautelar de menores, introduzida no país em 1979, ver Junqueira (1986).

19. Os quadros a seguir excluem a produção jurídica que, apesar de relevante, não integra os 212 títulos que compõem o universo bibliográfico aqui avaliado. Do mesmo modo, para efeito de contagem, só se considerou os textos posteriores a 1960.

20. Na análise a ser feita adiante sobre cada um dos grandes temas serão consideradas as fronteiras temáticas que nesse momento não são aqui comentadas.

21. O tema da educação primária constitui em si um amplo campo de investigação. Só foram considerados aqui aqueles trabalhos que enfatizam o impacto da pobreza sobre o desempenho educacional. Uma análise da literatura mais geral encontra-se em Brandão *et alii* (1984).

22. O livro *A Infância dos Mortos* (Louzeiro, 1977) gerou o filme *Pixote*. O livro *A Queda para o Alto* (Herzer, 1982) inspirou o filme *Vera*. E o romance *Com Licença Eu Vou à Luta* (Maciel, 1983) levou ao filme do mesmo nome.
23. Cumpre assinalar que o livro de Maciel difere dos demais, na medida que a autora é uma adolescente de classe média baixa que se ressentiu, sobretudo, de problemas com a sua família e os valores que a mesma defende.
24. O deslanchar de tais atividades se deu através de um convênio estabelecido entre UNICEF/SAS/Funabem a nível social: Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua.
25. Uma análise do conjunto de projetos alternativos para meninos de rua, oferecidos tanto pelos órgãos oficiais como pela Igreja, pode ser encontrada em (Valladares *et alii*, 1988).
26. Vale assinalar que praticamente todos os autores tomam a teoria da marginalidade social como referência importante para suas análises.
27. Vale assinalar que há muitos trabalhos sobre o tema da adoção na produção jurídica que foi levantada mas não analisada nesta resenha.

I — Bibliografia sobre a Criança no Brasil

- Abreu, Dulce Regina Guimarães de
1980. *Alfabetização e Escolarização Primária. Estudo Histórico da Vinculação da Alfabetização à Escolarização Pública Primária Estadual no Estado do Rio de Janeiro em 1821 e 1978*. Dissertação de Mestrado, IESAE/FGV.
- Alvarez, Marcos César
1987. *O Código de Menores de 1927*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 9 pp.
- Alves, Branca & Barsted, Leila de
1987. "Permanência ou Mudança: A Legislação sobre Família no Brasil". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Família e Valores*. São Paulo. Ed. Loyola, 205-224.
- Altoé, Sonia
1985. "Os Processos Disciplinares nos Internatos de Menores". In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, 39-53.
- Alvim, Maria Rosilene B.
1984. "Trabalho Infantil e Reprodução Social: O Trabalho das Crianças numa Fábrica com Vila Operária". In: Machado da Silva (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio, Zahar, col. Debates Urbanos, n. 6, 59-81.
1985. *Constituição da Família e Trabalho Industrial: Um Estudo de Caso sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária*. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, 633 pp.
- Alvim, Rosilene & Altoé, Sonia
1987. "Eternos Menores". *Tempo e Presença*, março, 4-5.
- Alvim, Rosilene *et alii*
1987. "Quem tem Medo do Menor". *Tempo e Presença*, março, 12-15.
- Amado, Jorge [1937]
1961. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 342 pp.
- Amazonaida, Potyara e outros
1979. *Estudo Básico para Criança de Baixa Renda. Análise e Sugestões para uma Política Social da Criança e da Família*. Unicef.
- Andrade, Vera Regina Gonçalves de
1977. *Estudo do Modelo de Serviço Social na Reeducação de Menores com Conduta Anti-Social no Instituto Padre Severino: Unidade de Reeducação da Funabem*. Tese de Mestrado, PUC/RJ.

- Antonio, Alda Marco
1987. *Informações sobre a Tentativa de uma Nova Política Pública para o Menor de Idade em São Paulo*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 11 pp.
- Antuniassi, Maria Helena Rocha
1983. *Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural*. Rio, Ed. Zahar, Col. Agricultura e Sociedade.
- Araújo, André Vidal de
1965. *Pré-Delinquência Infantil em Manaus*. Manaus, Edições Governo do Amazonas, 114 pp.
- Araújo, João Comam de
1967. *Considerações sobre o Trabalho do Menor dos 12 aos 14 anos*. Rio de Janeiro, Funabem, 10 pp.
- Araújo, Silvana Miccelli
1979. *De Pivete a Criança, um Estudo em uma Instituição de Menores*. Dissertação de Mestrado, PPGAS — Museu Nacional — UFRJ, 100 pp.
1984. "Da Caridade à Justiça: Uma Análise da Justiça de Menores". In: *Os Conflitos Sociais da Menoridade: Um Estudo da Produção Jurídica do Menor*. Programa de Políticas Públicas do Centro de Ciências Sociais — PUC/RJ.
- Arnaut, Teresinha
1978. *Adoção: Sua Dimensão num Programa de Proteção à Infância*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.
- Arruda, Rinaldo
1983. *Pequenos Bandidos*. São Paulo, Ed. Global, 175 pp.
- Aversi, Vera
1971. "O Trabalhador Menor". *Administração Paulista*, n. 22, julho/dezembro.
- Azevedo, Hilda Costa
1983. *Do Abandono à Delinquência*. Rio de Janeiro, Shogun Ed., 95 pp.
- Azevedo, Maria Amélia & Guerra, Viviane
1987. *Pele de Asno Não é só Estória... Um Estudo sobre a Vitimização Sexual de Crianças e Adolescentes em Família*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 36 pp.
- Azzi, Riolando
1987. "Família e Valores no Pensamento Brasileiro (1870-1950): Um Enfoque Histórico". In: Ribeiro, Ivete, *Família e Valores*. São Paulo, Ed. Loyola, 85-120.
- Baeta, Ana Maria Bianchini
1980. *Estudos de Instituições de Atendimento ao Menor Desassistido na Perspectiva de seus Objetivos, Metodologia, Recursos Humanos e de Possibilidade de Integração deste Menor no Mercado de Trabalho*. FGV/IESAE, 251 pp.
- Barros, J. M. de Aguiar
1980. "A Utilização Político-Ideológica da Delinquência". *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. III, n. 20, 11-19.
- Barros, Salvina Pereira
1981. *Meninos Fora da Escola*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 141 pp.
- Barroso, Carmem et alii
1986. *Gravidez na Adolescência*. Brasília, IPLAN/IPEA/Unicef, Fundação Carlos Chagas, 133 pp.
- Bazílio, Luis Cavallieri
1985. *O Menor e a Ideologia de Segurança Nacional*. Belo Horizonte, Vega/Novo Espaço, 86 pp.

- Bierrenbach, Maria Ines R.
1987. *Políticas Públicas em Atenção à Criança ou o "Pobre". Recorte Social de Realidade*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 16 pp.
- Brandão, Zaia
1982. "A Formação dos Professores e a Questão das Crianças das Camadas Populares". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 40, fevereiro, 54-57.
- Brandão, Zaia *et alii*
1984. "Evasão e Repetência no Brasil". In: Vanilda Paiva (ed.), *Perspectivas e Dilemas da Educação Popular*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 141-167.
- Brasil. Congresso, Câmara dos Deputados
1976. *A Realidade Brasileira do Menor*. Relatório, Brasília, Coordenação de Publicações, 260 pp.
- Brasil. Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara
1969. *Internamento de Menores*. Rio de Janeiro, Artes Gráficas, 212 pp.
- Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social/Funabem
1984. *Funabem Ano 20*. Rio de Janeiro, 460 pp.
- Bzuneck, José Aloyseo
1979. *Julgamento Moral de Adolescentes Delinqüentes em Relação à Ausência Paterna*. Tese do Instituto de Psicologia da USP, 174 pp.
- Cabral, Elizabeth
1985. *Homossexualismo e Delinqüência: Um Estudo sobre Menores em uma Instituição Convencional*. Tese de Mestrado em Psicologia, PUC, 332 pp.
- Caldeira, Clóvis
1960. *Menores no Meio Rural*. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 190 pp.
- Calsing, Eliseu *et alii*
1986. *O Menor e a Pobreza*. IPLAN/IPEA/UNICEF/SUDENE, 155 pp.
- Campos, Angela Valladares
1984. *O Menor Institucionalizado*. Petrópolis, Vozes, 195 pp.
- Campos, Nuno de
1979. *O Estado e os Menores de Conduta Anti-Social*. Florianópolis, UFSC.
- Candiago, Fausto C. A.
1984. *Delinqüência no Brasil, Verdade e Soluções*. Rio de Janeiro, edição do autor, 458 pp.
- Carvalho, J. L. & Magalhães, V.
1979. *A Urbanização e o Círculo Vicioso da Pobreza: O Caso da Criança Urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, IPGE/IBRE/FGV.
- Castro, Lúcia Rabello
1978. "Um Enfoque Psicológico do Problema da Delinqüência". *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1-2, jan./jun., 162-173.
- Cavallieri, Alyrio
1978. *Direito do Menor*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
1986. *Direito do Menor*. Rio de Janeiro, Ed. Forense, Série Direito: Perguntas e Respostas.
- Ceará. Secretaria de Planejamento e Coordenação
1982. *O Menor nas Cidades de Porte Médio do Estado do Ceará: Iguatu*. Fortaleza, Sudec, 150 pp.
1982. *O Menor na Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza, Sudec, 353 pp.
1982. *O Menor nas Cidades de Porte Médio do Estado do Ceará: Sobral*. Fortaleza, Sudec, 147 pp.

- Cebrap
1972. *A Criança, o Adolescente e a Cidade*. São Paulo, Cebrap, 307 pp.
- Chahad, J. Paulo Z.
1975. *Participação dos Jovens na Força de Trabalho em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FEA-USP.
- Cheniaux, Sonia
1982. *Trapaceados e Trapaceiros: O Menor de Rua e o Serviço Social*. São Paulo, Cortez Ed., 90 pp.
- Collen, Paulo
1987. *Mais que a Realidade*. São Paulo, Cortez Ed., 185 pp.
- Comissão Nacional Criança e Constituinte
1986. *Constituinte: Lute por Mim: Propostas para a Constituinte sobre a Criança e o Adolescente*. Mimeo, 33 pp.
- Copit, Melany & Patto, M.
1979. "A Criança-Objeto na Pesquisa Psicológica". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, dezembro, n. 31, 6-9.
- Coordenadoria de Conflitos Agrários (Mirad) e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
1987. *Violência contra Mulheres e Menores*. Brasília, 42 pp.
- Correa, Marisa
1982. "Antropologia e Medicina Legal". In: Eulálio, Alexandre *et alii*, *Caminhos Cruzados*. São Paulo, Brasiliense, 52-63.
- Dannemann, Robert N.
1962. *Sondagem de Relações de Trabalho entre Menores Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais/Senac, 47 pp.
- Dauster, Tania & Guimarães, Carmem Dora
1984. *A Pré-Escola nas Camadas Populares: Rito ou Mito de Passagem*. Reunião Anual da Anpocs, 20 pp.
- Dal-Rosso, Sadi & Resende, Maria Lúcia
1986. *As Condições do Emprego do Menor Trabalhador*. Brasília, Thesaurus, 114 pp.
- Demo, Pedro
1978. *O Menor Abandonado. Algumas Questões do Ponto de Vista da Política Social*. Trabalho apresentado no Fórum Educacional, Rio de Janeiro, junho.
- Diaferia, Leurenço *et alii*
1977. "A Tragédia de Edmilson, um Menor Abandonado, Matar ou Morrer". *Extra-Realidade Brasileira*, Coleção Livro Reportagem 2, ano I, janeiro, 66 pp.
- Duarte, Sérgio Guerra
1978. *Menores, Marginalidade e Educação*. Dissertação de Mestrado, FGV/IESAE, 241 pp.
- FEBEM
1976. *Diagnóstico para Novos Rumos*. São Paulo, FEBEM.
- Ferreira, Lilibeth & Leite, Márcia & Silva, Rosa & Caillaux, Elisa
1985. *Situação do Menor nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Análise dos Resultados Preliminares. Suplemento PNAD/85*, 20 pp.
- Ferreira, Benedito Genesio
1980. *Um Mundo Menor do Maior. O Trabalho do Menor na Indústria de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado, Depto. de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, 209 pp.

- Ferreira, Maria Teresa
1966. *Os Patrulheiros de São Carlos, como Solução do Problema do Menor*. São Paulo, USP, monografia.
- Figueira, Josefina
1973. *Menores Infratores da Guanabara 1964-1971* (Características do Sistema de Processamento) 2. Relatório de Pesquisa, Faculdade Cândido Mendes, Iuperj, 123 pp.
- Fischer Ferreira, Rosa Maria
1979. *Meninos da Rua*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo-Cedec, 174 pp.
1980. *O Problema da Escola e da Marginalização Infantil*. Trabalho apresentado na 32.ª Reunião Anual da SBPC.
- Fonseca, Cláudia
1982. *Socialização de Crianças em um Grupo de Baixa Renda*. Trabalho apresentado na VI Reunião da Anpocs, Nova Friburgo.
1985. Valeur Marchande, Amour Maternel et Survie: Aspects de la Circulation d'Enfants dans un Bidonville Brésilien. *Les Annales ESC*, v. 40, n. 5, 991-1.022.
1986. "Orphanages, Foundlings and Foster Mothers: The System of Child Circulation in a Brazilian Squatter Settlement". *Anthropological Quarterly*, v. 59, n. 1, 15-27.
1986. "A Circulação de Crianças em Grupos Populares de Alegre no Início do Século: Um Exame de Processos Jurídicos de Apreensão de Menores (1900-1926)". Trabalho apresentado na X Reunião da Anpocs, Campos do Jordão, São Paulo, 26 pp.
1987. "Vai-e-Vem de Crianças". *Mulherio*, Ano 7, n. 30, julho.
- Fonseca, Guido
1982. *A Prostituição em São Paulo*. São Paulo, Resenha Universitária.
- Funabem
1971. *Resultados Preliminares do Levantamento Realizado nas Fundações ou Serviços de Bem-Estar do Menor*. Rio de Janeiro.
1972. *Roteiro da Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Rio de Janeiro, 103 pp.
1973. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor em Ação*. Rio de Janeiro, 302 pp.
1973. *Plano de Integração de Menores na Comunidade*. Recife, 1 v.
1974. *A Experiência da Funabem na Reeducação do Menor de Conduta Anti-Social*. Rio de Janeiro, 91 pp.
1976. *O "Menor-Problema Social" no Brasil e a Ação da Funabem*. Rio de Janeiro, 142 pp.
1978. *O Menor: Problema Social no Brasil e a Opção da Funabem*. Rio de Janeiro.
1984. *Marginalização e Menor Problema*. Rio de Janeiro, 1 v.
1986. *Crianças e Adolescentes Marginalizados em Situação de Risco*. Rio de Janeiro.
1987. *Diagnóstico Integrado para uma Nova Política do Bem-Estar do Menor*. Síntese de Relatórios Estaduais, Rio de Janeiro, 3 vs.
- Funabem/Cedep/Dies
1983. *Levantamento do Perfil Sócio-Econômico do Aluno Interno da Funabem*. Relatório, Rio de Janeiro, Decep/Diesp, 47 pp.
- Fukui, Lia *et alii*
1981. "A Desescolarização, o Trabalho Infantil e a Questão do Menor: Um Projeto de Pesquisa". *Cadernos*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 15 agosto, 33-43.
- Fukui, Lia & Sampaio, Efigenia & Brioschi, Lucila
1984. *A Questão do Trabalho Infantil na Grande Imprensa Paulista na Década de 70*. 14.ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, abril.
1987. *O Escolar, o Trabalhador Infantil e o Menor na Grande Imprensa na Década de 70*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 25 pp.

- Fundação Instituto de Planejamento do Ceará — Iplance
 1980. *O Trabalho do Menor no Setor Informal*. Relatório de Pesquisa, Fortaleza, Iplance.
- Garcia, Walter Esteves
 1979. "Propostas Educacionais das Instituições de Menores Carentes no Estado de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, v. 31, dezembro, 81-85.
- Girardi, Zélia
 1978. *Relação entre Integração Escola-Comunidade e a Evasão e Repetência na Zona Rural*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 100 pp.
- Giustina, Jair Della
 1987. *A Pastoral do Menor no Brasil Hoje*. Petrópolis, Vozes.
- Gonçalves, Margareth de Almeida
 1987. "Expostos, Roda e Mulheres: A Lógica da Ambigüidade Médico-Higienista". In: Almeida, Angela Mendes de et alii, *Pensando a Família no Brasil: Da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 37-53.
- Gonçalves Zuila
 1979. *Meninos de Rua e a Marginalidade Urbana em Belém*. Belém, Ed. Salesianos do Pará, 205 pp.
- Gouvea, Aparecida Joly
 1983. "O Trabalho do Menor, Necessidade Transfigurada em Virtude". *Cadernos de Pesquisa*, 44, fevereiro, 55-62.
- Gregori, José
 1979. "O Menor ainda Minimizado pela Lei Brasileira". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, dezembro, 4-5.
- Greco, Afonso
 1977. *Aspectos da Formação Profissional no Brasil. A Experiência Senai*. Belo Horizonte, Senai, Publicação 4, 67 pp.
- Guazelli, Elizabeth
 1979. *A Criança Marginalizada e o Atendimento Pré-Escolar*. Porto Alegre, Ed. Globo.
- Guerra, Viviane
 1984. *Violência de Pais contra Filhos*. São Paulo, Ed. Cortez.
- Guimarães, Paulo
 1974. *Ainda o Problema do Menor Abandonado...* Rio de Janeiro, Gráfica Auri-verde, 52 pp.
- Guirardo, Marlene
 1980. *A Criança e a FEBEM*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 207 pp.
 1986. *Instituições e Relações Afetivas*. São Paulo, Summus Ed., 210 pp.
- Gusmão, Saul de
 1944. *O Problema dos Menores*. Ed. Imprensa Nacional.
- Herzer
 1982. *A Queda para o Alto*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 200 pp.
- Holla Hender, Virginia Perez
 1978. *Reintegração Psico-Social do Delinqüente Juvenil: Estudo de Caso na Grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 363 pp.
- Homem, Elza Maria N.
 1961. *A Situação Escolar do Menor que Trabalha*. São Paulo, mimeo.

- Ibase
- 1986. *Tabela de Indicadores de Menores Trabalhando no Campo*. Rio de Janeiro, Ibase.
 - 1986. *O Menor que Dorme na Rua do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ibase, abril, 9 pp.
- IBGE/Unicef
- 1981. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. Situação de Saúde*. Rio de Janeiro, IBGE, 264 pp.
 - 1982. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil. Características Sócio-Demográficas. 1970-1972*. Rio de Janeiro, IBGE.
 - 1985. *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: Aspectos Econômicos da Mortalidade Infantil em Áreas Urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 93 pp.
- Jabara Cathy *et alii*
- 1981. "Demanda de Educação para Crianças entre Pequenos Agricultores no Vale do Ribeira". *Revista de Economia Rural*, vol. 19, n. 4, pp. 621-634.
- Jasmim, Marcelo
- 1985. *Para uma História da Legislação sobre o Menor*. NEAM/Depto. História-PUC/RJ, mimeo.
- Junqueira, Lia
- 1986. *Abandonados*. São Paulo, Ed. Ícone, 175 pp.
- Kramer, Sonia
- 1981. *A Política do Pré-Escolar*. São Paulo, Ed. Achiamé, 131 pp.
- Leal, César
- 1983. *A Delinqüência Juvenil, seus Fatores Exógenos e Prevenção*. Rio de Janeiro, AIDE Ed.
- Leers, Bernardino
- 1987. "Filosofia, Moral, Ética, Família e Sociedade no Brasil (1964-1984)". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Família e Valores*. São Paulo, Ed. Loyola, 121-164.
- Leite, Elenice Monteiro
- 1979. *O Papel do Senai no Processo de Formação de Mão-de-Obra*. São Paulo, CET/DPEA.
- Leon, Ramon *et alii* (Grupo Técnico)
- 1986. *A Experiência de Desenvolvimento Infantil*. Santa Catarina, Pró-Criança-Unicef, 39 pp.
- Lima, Albino
- 1975. *O Trabalhador Menor e sua Formação Metódica*. São Paulo, Ed. Resenha Universitária.
- Lofredi, Lais Esteves (coord.)
- 1983. *Estratégias de Manutenção e Práticas de Atendimento ao Menor Institucionalizado na Rede de Assistência do Âmbito Civil*. NEAM, Relatório de Pesquisa, PUC/RJ, 156 pp.
- Lorenzi, Mário
- 1985. *Crianças Mal-Amadas*. São Paulo, Global Editora, 75 pp.
- Louzeiro, José
- 1977. *A Infância dos Mortos*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 228 pp.
- Louzeiro, José (coord.)
- 1965. *Assim Marcha a Família*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 177 pp.
- Luiz, Maria do Carmo *et alii*
- 1979. "A Criança (Negra) e a Educação". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, dezembro, 69-72.

- Luppi, Carlos Alberto
 1981. *Agora e na Hora da Nossa Morte*. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 200 pp.
 1987. *Malditos Frutos do Nosso Ventre*. São Paulo, Ed. Ícone, 243 pp.
- Machado Neto, Zahidé
 1979. "Meninos Trabalhadores". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 31, 95-102.
 1980. "As Meninas: Sobre o Trabalho da Criança e da Adolescente na Família Proletária". *Ciência e Cultura*, v. 32, n. 6, 671-683.
- Maciel, Eliane
 1983. *Com Licença. Eu vou à Luta*. Rio de Janeiro, Rocco Ed., 272 pp.
- Madeira, Felícia R.
 1984. *A Integração Trabalho e Escola na Vida do Menor: O Senso Comum, as Interpretações e a Realidade*. Relatório de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas.
 1984. *Jovem Brasileira. A Experiência dos Anos 70 entre os Setores Populares na Cidade de São Paulo*. Comunicação à reunião da CEPAL, Pensar da Mujer Joven: Problemas y Experiencias Preliminares, Santiago, dezembro.
- Mattoso, Eugênio
 1974. *O Problema Social do Adolescente e/ou Menor Abandonado, Perambulante*. Rio de Janeiro, ANM, 36 pp.
- Medeiros, Lygia de
 1985. *A Criança da Favela e sua Visão de Mundo: Uma Contribuição para o Repensar da Escola*. Dissertação de Mestrado em Educação, PUC/RJ, 140 pp.
- Medeiros, Marília Falcci
 1985. *O Trabalhador Infantil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IUPERJ, 140 pp.
- Melo, Floro Araújo
 1986. *A História da História do Menor no Brasil*. Rio de Janeiro, edição do autor, 224 pp.
- Mello, Sylvia Lesser de
 1987. *A Vila Helena: Um Bairro e Suas Famílias*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 14 pp.
- Mesgravis, Laima
 1975. "A Assistência à Infância Desamparada e a Santa Casa de São Paulo: A Roda dos Expostos no Século XIX". *Revista de História*, julho/setembro, v. III, n. 105, 401-425.
- Micotti, Maria Cecília de Oliveira
 1986. "Educação Pré-Escolar". *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 7, julho.
- Misse, Michel et alii
 1973. *Delinqüência Juvenil na Guanabara*. Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, Juizado de Menores, 141 pp.
- Moncorvo Filho, Carlos Arthur
 1926. *História da Proteção à Infância do Brasil 1500-1922*. Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 384 pp.
 1986. "Menores: Os Prisioneiros do Humanismo". *Lua Nova Cultura e Política*, v. 3, n. 2, outubro/dezembro, 31-37.
- Mott, Maria Lúcia
 1979. "A Criança Escrava na Literatura de Viagens". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, dezembro, n. 31, 57-68.
- Moura, Esmeralda B. de
 1972. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os Fatores de Sexo e Idade na Dinâmica do Capital*. Petrópolis, Vozes, 165 pp.

- Oliveira, Clóvis de
1975. *Senai: Concretização da Educação Industrial: Subsídios para a História da Indústria Brasileira*. São Paulo, S.C.P.
- Oliveira, Jane Souto
1984. *Pelo Direito de Ser Menor*. Rio de Janeiro, setembro, mimeo.
- Oliveira, Luiz A. Pinto de
1976. "Considerações sobre a Força de Trabalho Jovem e o Desenvolvimento Econômico: O Caso de São Paulo". *Revista Brasileira de Estatística*, v. 37, n. 147, julho/setembro.
- Orlandi, Orlando
1985. *Teoria e Prática do Amor à Criança*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 174.
- Passetti, Edson
1982. *A Política Nacional de Bem-Estar do Menor*. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 268 pp.
- Pastore, J. & Zylbertajn, H. & Pagotto, C. S.
1983. *A Participação da Mulher e do Menor na Força de Trabalho, uma Estratégia de Sobrevivência*. Relatório Final, São Paulo, Mtb/FIPE, novembro.
- Paulilo, Maria Ignez S.
1987. "O Peso do Trabalho Leve". *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, janeiro/fevereiro, 64-72.
- Pelegrino, Pedro Guimarães
1983. *Homossexualismo na Instituição*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.
- Poppovic, Ana Maria
1979. "A Escola, a Criança Culturalmente Marginalizada e a Comunidade". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 30, setembro, 51-56.
- Prada, Cecília
1981. *Menores no Brasil: A Loucura Nua*. São Paulo, Alternativa.
- Prado, Danda & Oliveira, Cícera Fernandes de
1981. *Cícera. O Destino de Mulher*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 128 pp.
- Prescivalle, Odair
1984. "Escolaridade e Trabalho: As Experiências de Escolas de Produção". *Cadernos*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, v. 1, n. 19, julho, 73-85.
- Queiroz, José
1984. *O Mundo do Menor Infrator*. São Paulo. Ed. Cortez, 174 pp.
- Renault, Delso
1974. *O Problema do Menor: Leon Renault, um Pioneiro*. Belo Horizonte, Impr. Oficial, 236 pp.
- Repetto, Beatriz Helina de Assis
1966. *Pesquisa sobre a Agressividade nos Delinquentes Juvenis*. Rio de Janeiro, PUC/RJ, 7 pp. e tabelas.
- Resende, Maria Lucia & Dal-Rosso, Sadi
1982. "Trabalho, Salário e Pobreza: Os Problemas do Menor Trabalhador". *Série Sociológica*, Brasília, n. 35, setembro.
- Ribeiro, Ivete
1982. *A Multiplicação dos Braços*. Tese de Mestrado, IUPERJ, 289 pp.
1987. "Sociedade e Família no Brasil Contemporâneo: De Que Menor Falamos?" *In: Ribeiro, Ivete (org.), Menor e Sociedade Brasileira*, São Paulo, Ed. Loyola, 27-40.

- Ribeiro, Ivete & Pacheco, Sonia
1979. *O Enquadramento Institucional como Prática de Ressocialização*. XXXI Reunião da SBPC, Fortaleza, mimeo.
- Ribeiro da Silva, Rosa
1987. "Educação e Trabalho do Menor: Dimensão Nacional e Manifestações Regionais". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Menor e Sociedade Brasileira*, São Paulo, Ed. Loyola, 40-59.
- Rio, João do
1952. "Os Tatuadores". In: *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 44-50.
1952. "Os que Começam". In: *A Alma Encantadora das Ruas*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 176-181.
1981. "As Crianças que Matam". In: *Histórias da Gente Alegre*. Seleção, Introdução e Notas por João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro, José Olympio, 39-48.
- Rizzini, Irene
1985. "A Internação de Crianças em Estabelecimentos de Menores: Alternativa ou Incentivo ao Abandono?" In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, 17-39.
- Rizzini, Irene & Altoé, Sonia
1985. "Sobre as Relações Afetivas nos Internatos para Menores". In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, 111-129.
- Rizzini, Irene et alii
1986. *A Geração da Rua*. Rio de Janeiro, CESME/USU, março, 50 pp.
- Rizzini, Irene & Carvalho, Sonia & Rizzini, Irma
1984. "Instituições para Menores. A quem Serve?" *Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, n. 10, dezembro, 103-122.
- Rodrigues, Marly
1979. *Suor Amargo: Um Estudo sobre o Trabalho da Criança*. Dissertação de Mestrado, Brasília/UnB.
- Ropa, Daniela et alii
1983. *Família e Criança num Grupo de Classe Trabalhadora. Um Estudo sobre a Diferença e Legitimidade de Cultura*. Departamento de Psicologia da PUC-RJ Agosto, 10 pp.
- Rosenberg, Fulvia et alii
1986. *Diagnóstico sobre a Situação Educacional de Negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Depto. de Pesq. Educação, 2 vols., 413 pp.
- Rosemberg, Fúlvia et alii
1983. *A Funabem e a FEBEM-SP*. Relatório de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo. 133 pp.
- Rosemberg, Fúlvia
1987. "Movimento Social e Atendimento ao Menor: O Caso das Creches". In: Ribeiro, Ivete (org.), *Menor e Sociedade Brasileira*, São Paulo. Ed. Loyola, 59-69.
- Russo, Jane
1985. "Assistência e Proteção à Infância no Brasil: A Moralização do Social". In: *O Menor em Debate, Espaço, Cadernos de Cultura*, USU, 53-85.
- Sader, Emir & Bierrenbach, Maria Ines & Figueiredo, Cyntia Patrocinio
1987. *Fogo no Pavilhão*. São Paulo, Editora Brasiliense, 198 pp.
- Salm, Cláudio L.
1980. *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense.

- Santos, Hélio de Oliveira
1987. *Crianças Espancadas*. Campinas, Papirus, 132 pp.
- São Paulo (Estado). Secretaria da Promoção Social
1977. *Plano de Integração do Menor e Família na Comunidade-Plimec*. São Paulo, 136 pp.
- São Paulo (Estado). Secretaria do Trabalho e Administração
1971. *Levantamento Sócio-Econômico do Trabalhador Menor em Indústrias da Capital*. São Paulo, S.T.A.
1972. *Levantamento Sócio-Econômico do Trabalhador Menor em Indústrias da Capital*. São Paulo, S.T.A., 26 pp.
1973. *Levantamento Sócio-Econômico do Trabalhador Menor em Campinas*. São Paulo, S.T.A.
- Saraiva, Terezinha
1983. *Sociedade e o Menor Infrator*. Rio de Janeiro, Funabem.
- Schneider, Leda
1982. *Marginalidade e Delinquência Juvenil*. São Paulo, Ed. Cortez, 156 pp.
- Semenzato, Geraldo.
1979. *Proteção à Criança no Brasil-Legislação*. Rio de Janeiro, MPAS, 51 pp.
- Senac
1962. *Sondagem de Relações Trabalho-Escola entre Menores Empregados no Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Senac/DEPS.
1962. *Trabalho do Menor Aprendiz e sua Formação Profissional Metódica*. Rio de Janeiro, Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, abril.
1980. "Criança que Estuda, Criança que Trabalha". *Boletim de Documentação e Informação Técnica*, São Paulo, n. 441, janeiro.
- Senai
1980. *Os Torneiros Mecânicos Formados pelo Senai São Paulo: Uma Apreciação sobre sua Inserção no Mercado de Trabalho*. Resumo. Depto. Regional de São Paulo.
- Silva, Jorge
1971. *Criminalidade e Distúrbio Mental: Estudo Clínico Psiquiátrico de uma População de Jovens Encarcerados*. Tese de Doutorado, UFRJ, Instituto de Psiquiatria.
- Silva, Regina Stela G.
1977. *Institucionalização e Desenvolvimento Psicológico da Criança*. Dissertação de Mestrado, USP.
- Silva, Rosa Maria Ribeiro; Montenegro, Ana Maria K.; Ferreira, Lilibeth
1982. *Breves Considerações sobre o Trabalho do Menor*. III Encontro Nacional da ABEP, 11 a 15 de outubro, 27 pp.
- Simões, Carlos
1987. *O Direito do Menor*. Trabalho apresentado no seminário As Crianças e o Habitat da Pobreza, Clacso, Cedec, USP, 12 pp.
- Simões, C.C.S.; Oliveira, L.A.P.; Rezende, J.; Pimentel, M. de L.; Dias, V.R. de S.
1974. "Algumas Características da Participação dos Membros da Família na Força de Trabalho: 1950-1970". *Revista Brasileira de Estatística*, v. 35, n. 139, jul./set.
- Sirgado, Angel Pino
1980. "Uma Pedagogia para o Menor Marginalizado". *Educação e Sociedade*, n. 5, janeiro, 47-61.
- Souza, M. Cristina Cacciamali de
1975. "O Menor Trabalhador no Município de São Paulo". *Boletim Econômico*, IPEA, n. 6, nov./dez.

- Souza, Paula Guazelli de
1970. *A Educação da Menina e a Realidade Doméstica*. Porto Alegre, UFRGS, Depto. de Educação.
- Spindel, Chewya
1985. "O Menor Assalariado Registrado: Condições de Trabalho em Áreas Metropolitanas". *Textos Idesp*, n. 8, 58 pp.
1987. *Espaços de Socialização e Exploração do Menor Assalariado: Família, Escola e Empresa*. Idesp, Monografia n. 2, 254 pp.
- Tavares, Maria Lia Cavalcanti & Myers, William
1983. *Eu Preciso Trabalhar: Subsídios para o Encontro sobre Geração de Renda por Menores*. Rio de Janeiro, MPAS/SAS/Funabem/Unicef, 85 pp.
- Trindade, Zeide Araújo
1984. *A Realidade Social de Meninos Institucionalizados*. Dissertação de Mestrado, USP.
- Unicef
1980. *Unicef no Brasil: Ontem, Hoje, Amanhã*. Brasília, UNICEF, 44 p.
- Unicef
1986. "Projeto Meninos de Rua: A Turma da Rua". *Boletim* n. 6.
- Unicef (Direção Executiva)
1984. *Serviços Básicos para Crianças e Mulheres do Meio Urbano*. Relatório, Brasil, 114 pp.
- Universidade Católica de Minas Gerais
1974. *Estudo sobre o Menor: Uma Perspectiva Global*. Belo Horizonte, UCMG, 233 pp.
- Vainsencher, Semira Adler
1987. *Centro Educacional Dom Bosco: Uma Experiência com Menores de Rua*. Recife, Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 134 pp.
- Valladares, Lícia
1986. *Growing Up in the Favela*. Trabalho apresentado no XI World Congress of Sociology, Comitê de Pesquisa n. 38, Biography and Society, Sessão 8, Children's Lives in the Third World, Nova Delhi, 18-20 de agosto, 30 pp.
- Valladares, Lícia *et alli*
1988. *A Infância Pobre no Brasil: uma Análise da Literatura, da Ação e das Estatísticas*. Iuperj-Ford, março.
- Vários autores
1979. "Implicações Éticas Provenientes da Utilização de Crianças como Sujeitos de Pesquisa". *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, dezembro, n. 31, 17-33
1981. "Violência contra Menores". In: *SEDOC*, v. 143, n. 14, julho/agosto, 123.
1981. "Depoimento sobre Menores Carentes". In: *SEDOC*, v. 143, n. 14, julho/agosto, 114 pp.
1985. *Desigualdades Sociais no Nordeste*. CNRH/IPEA/Unicef/Sudene, 147 pp.
1985. "Depoimento sobre a Pastoral do Menor", In: *SEDOC*, v. 139, n. 13, março 866 pp.
1986. *Ecologia e Desnutrição na Infância*. CNRH/IPEA/Unicef, 82 pp.
1986. *O Menor e a Pobreza*. Iplan/IPEA/Unicef/Sudene, 155 pp.
1986. *Retrato do Brasil. Os Meninos e Meninas de Rua do Brasil*. São Paulo, Política Editora, 16 pp.
- Vasconcelos, Hélio Xavier de
1982. *Estrutura de Emprego e Trabalho do Menor na Legislação Brasileira*. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Coleção Textos Acadêmicos n. 105, 36 pp.

- Venancio, Renato Pinto
 1987. *A Infância Abandonada no Brasil Colonial: O Caso do Rio de Janeiro no Século XVIII*. Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da Anpocs, 17 pp.
- Violante, Maria Lúcia
 1981. "Juventude Desempregada". *Conjuntura Econômica*, v. 35, n. 10, outubro.
 1982. *O Dilema do Decente Malandro*. São Paulo, Ed. Cortez, 196 pp.
 1983. "A Problemática dos Jovens à Procura de seu Primeiro Emprego". *Problemas Brasileiros*, Senac, n. 173, março.

II — Bibliografia de Apoio

- Abranches, Sérgio Henrique
 1985. *Os Despossuídos: Crescimento e Pobreza no País do Milagre*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 93 pp.
- Allen, Elizabeth C.
 1985. *Poverty and Social Welfare in Brazil, a Challenge for Civilian Government*. University of Glasgow, Institute of Latin American Studies, *Occasional Paper* n. 44.
- Carvalho, José Murilo de
 1987. *Os Bestializados*. São Paulo, Cia das Letras, 196 pp.
- Chesney, Kellow
 1982. *The Victorian Underworld*. Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, 464 pp.
- Dickens, Charles
 1963. *Oliver Twist*, Nova York, Airmont Publishing Company, Inc.
- Donzelot, Jacques
 1980. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Engels, Friedrich
 1972. *The Condition of the Working Class in England*. Londres, Panther Books Ltd., 336 pp.
- Faria, Wilmar
 1983. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: A Experiência Brasileira dos Últimos Trinta Anos". In: Sorj, Bernardo & Almeida, M. H. (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- Fausto, Boris
 1985. *Crime, Cotidiano e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 293 pp.
- Hugo, Victor
 1967. *Les Misérables*. Paris, Garnier-Flamarion, 3 vols.
- Kowarick, Lucio
 1987. *Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 133 pp.
- Leite Lopes, José Sérgio
 1984. "Anotações em Torno do Tema 'Condições de Vida' na Literatura sobre Classe Operária". In: Machado da Silva, L. A. (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 21-58.

- Rago, Margareth
1985. *Do Cabaré ao Lar; a Utopia da Cidade Disciplinar*. São Paulo, Paz e Terra.
209 pp.
- Sandrin, Jean
1982. *Enfants Trouvés, Enfants Ouvriers*. 17-19 ème Siècle. Paris, Aubier.
- Santos, Wanderley G. dos
1979. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 138 pp.
- Sevcenko, Nicolau
1983. *Literatura como Missão*. São Paulo, Brasiliense, 257 pp.
- Silva, Eduardo
1988. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 157 pp.
- Zaluar, Alba
1983. Condomínio do Diabo: as Classes Populares Urbanas e a Lógica do "ferro" e do "fumo". In: Pinheiro, Paulo Sérgio (org.) *Crime, Violência e Poder*, São Paulo, Brasiliense.
1985. *A Máquina e a Revolta*, as Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo, Brasiliense, 265 pp.

O Financiamento das Ciências Sociais. A Estratégia de Fomento da Fundação Ford e da Finep — 1966-1985 *

Marcus Faria Figueiredo

Introdução

O texto que se segue apresenta um relato da atuação de duas das principais agências de financiamento das Ciências Sociais no Brasil, responsáveis, nos últimos 20 anos, pela constituição da atual comunidade de cientistas sociais brasileiros: a Fundação Ford e a Financiadora de Estudos e Projetos — Finep. Cabe destacar, ainda, o papel desempenhado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, nacionalmente, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP, no âmbito do Estado de São Paulo.

Como veremos adiante, essas agências expandiram substancialmente o apoio oferecido às diferentes modalidades de financiamento das atividades na área das Ciências Sociais. Através do financiamento de bolsas de doutorado no exterior e da constituição e modernização de programas de pós-graduação nacionais, elas propiciaram a formação de uma nova geração de cientistas sociais cuja atuação, atualmente, é

marcada por um alto padrão de excelência profissional. Além do desempenho de atividades estritamente científicas de compreensão e explicação da realidade social brasileira, a comunidade de cientistas sociais desempenhou também um papel político importante, notadamente, nos mais difíceis anos do autoritarismo recente. Apesar da repressão à liberdade docente e das cassações e expurgos dentro das universidades, essa geração soube se organizar e conseguir apoio para se desenvolver e preservar a sua independência política e acadêmica. Resistente a qualquer tipo de ciência oficial, pluralizou-se e com isso enriqueceu o debate político e intelectual. Buscou temas para pesquisas voltados principalmente para a resolução de problemas sociais, problemas cuja saliência e dramaticidade foram os únicos determinantes para a sua escolha como objeto.

O apoio financeiro necessário para o desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras nesse período de sua história foi volumoso e sua aplicação foi notadamente criteriosa, tendo como parâmetro de decisão a excelência, a competência e a potencialidade dos mais jovens. Pouco a pouco a

* Agradeço à Fundação Ford por ceder seus dados e a Peter Fry os comentários e esclarecimentos sobre alguns pontos da atuação da Ford. A Finep, pelo apoio à pesquisa que serve de base para este artigo. Ao CNPq, pelo apoio às minhas atividades através de bolsa de pesquisa. A Argelina C. Figueiredo, Maria Hermínia T. de Almeida e Bolívar Lamounier sou grato pelos comentários e sugestões.

própria comunidade passou a desempenhar papel cada vez mais importante nos órgãos decisórios das agências financiadoras e dessa forma, a participar cada vez mais ativamente da administração e distribuição dos recursos.

Essa fase de expansão e consolidação institucional das Ciências Sociais brasileiras começa no início dos anos 60 e torna-se mais vigorosa a partir de 1966. Neste ano, a Fundação Ford inicia as suas operações institucionais junto à comunidade de Ciências Sociais, através de um convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais, visando apoiar e desenvolver o ensino e a pesquisa na área de Ciência Política. Nos quatro anos seguintes, como veremos com maior detalhe adiante, a Fundação Ford realizou convênios com as seguintes instituições: a Sociedade Brasileira de Instrução — SBI, com o objetivo de criar o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política do Iuperj; o Museu Nacional, para apoiar o Programa de Antropologia Social; as Universidades de São Paulo e Federal do Rio Grande do Sul, financiando, em ambas, programas de ensino e pesquisa em *Sociologia Rural*; e, em 1970, a Universidade Federal de Pernambuco, para apoiar o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia — PIMES. Fora do circuito universitário, em 1969, a Fundação Ford apóia o então recém-criado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap. Esses convênios iniciais, todos de longa duração, representam nada menos do que 49,8% do total de recursos alocados pela Ford para as Ciências Sociais durante o período aqui analisado (1966-85).

Até início da década de 70, a Fundação Ford foi a principal agência de fomento das Ciências Sociais. Conforme destaca José Murilo de Carvalho,¹ durante esse período a Ford atuou em duas frentes: (1) no apoio à criação de programas de mestrado e (2) no custeio de cursos de doutorado no exterior para uma parcela significativa de cientistas sociais. A partir de 1974 as dotações individuais para bolsas ou verbas para pequenos projetos de pesquisa caem a uma taxa anual negativa de 14% ao ano, até 1984. Esta queda representa um redirecionamento na estratégia de fomento adotada pela instituição. Por volta de 1970, a Fundação Ford já havia fornecido bolsas para um grande contingente de cientistas sociais, que veio a constituir a "primeira" geração de doutores que consolidou os programas do Iuperj, do Museu

Nacional e do Departamento de Ciência Política — DCP da Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros. A partir de então, a Capes e o CNPq que já haviam começado a investir mais significativamente na formação de doutores, passam a substituir a Ford nesse papel.

No que se refere à dotação de recursos para projetos individuais médios e pequenos, também observamos mudança. Em 1984 a Fundação Ford transfere para a Anpocs a incumbência de administrar e distribuir esses recursos, a exemplo do que já havia feito com entidades congêneres de outras áreas de conhecimento. A queda de investimento da Ford em dotações individuais, contudo, representa mais uma redução do trabalho do que uma retirada de apoio à comunidade.

Quanto ao apoio institucional, o número de convênios com instituições científicas no período 1966-85 aumenta, enquanto a taxa de alocação de recursos cai a 9% negativos ao ano. Essa queda também não significa uma retirada de apoio à comunidade. O que ocorre é que, após o volumoso investimento inicial nos cinco convênios citados acima, a Fundação Ford mantém, durante o período 1974-85, uma taxa de investimento anual estável da ordem de 0,9% negativos. Aqui, também, assistimos a uma nova estratégia, ou seja, a desconcentração na alocação de recursos, implementada em função da entrada da Finep no apoio às Ciências Sociais.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a política de financiamento da Fundação Ford para as Ciências Sociais caracteriza-se, desde meados dos anos 70, pela complementaridade à atuação das agências públicas brasileiras, notadamente a Finep, a Capes, o CNPq e, na área de São Paulo, a Fapesp. Com essa estratégia, a Ford, tem sido sensível às demandas da comunidade, apoiando programas e projetos específicos de pesquisa e complementando itens carentes de recursos nos programas de pós-graduação. Não se retira de cena, mas não mais assume a função de mantenedora de programas e centros de ensino e pesquisa. Essa desconcentração de recursos permitiu à Ford ampliar sua linha de apoio e a quantidade de instituições a serem apoiadas. A partir de 1979 ela passa a apoiar associações voluntárias e instituições voltadas para atividades sociais como, por exemplo, a Associação Brasileira para a Reforma Agrária — ABRA, a Comissão

Pró-Índio, o SOS-Mulher, bem como associações e instituições voltadas para o desenvolvimento cultural. Entre as últimas se beneficiaram principalmente as associações e centros culturais voltados para o desenvolvimento da cultura afro-brasileira.²

Embora eu não tenha feito um exame detalhado das conseqüências dessa mudança de estratégia da Fundação Ford no que se refere aos seus custos e benefícios, creio que sua política atual não representa uma perda drástica para a comunidade de cientistas sociais, tendo em vista o desempenho e a contribuição das agências governamentais. Mesmo porque, como vimos acima, a taxa de investimento da Fundação Ford tem se mantido estável. Ademais, é importante destacar que os maciços investimentos iniciais representavam alocações relativas àqueles anos mas que, no entanto, só seriam desembolsadas nos oito ou dez anos seguintes. Por essa razão, a avaliação correta desse ponto deveria ser feita com base no volume anual de desembolso, para o qual, porém, não se encontram informações disponíveis. Entretanto, uma estimativa da magnitude do apoio oferecido pela Ford pode ser feita a partir da média anual de alocação de recursos pelo valor global dos convênios realizados. Esta média, entre os anos de 1966 e 1985, foi da ordem de 590 mil dólares.³

Como vimos anteriormente, a Finep inicia suas operações de financiamento das Ciências Sociais em 1974 e só paulatinamente amplia sua área de atuação, num movimento que representa claramente o seu papel de dar continuidade ao esforço inicial da Fundação Ford. A Finep segue, praticamente, a mesma trajetória da Ford e aos poucos vai assumindo a função estratégica outrora desempenhada por esta de apoiar vigorosamente os principais centros de ensino e pesquisa de pós-graduação do País.

A participação das Ciências Sociais no orçamento global da Finep entre os anos de 1974 e 1984 é diminuta: representa apenas 1% do total de recursos disponíveis. Mas esse fato nos diz muito pouco, pois a Finep, enquanto um banco de fomento ao desenvolvimento tecnológico e científico, apóia todas as áreas de conhecimento, fazendo investimentos pesados em áreas comparativamente muito mais dispendiosas do que as Ciências Sociais. Assim sendo, temos que analisar a participação da Finep no apoio às Ciências Sociais no âmbito do setor da agência voltado especificamente para a área das Ciências Humanas, ou

seja, o antigo Departamento de Desenvolvimento Social e Regional — DRS.⁴

Observa-se que a participação das Ciências Sociais no orçamento do DRS cresceu sistematicamente de 1974 a 1984.⁵ Como veremos mais adiante, o volume de investimentos da Finep em 1984, em termos reais, estava 56% abaixo dos níveis dos investimentos feitos no biênio 1974/75. No entanto, proporcionalmente, dentre as várias áreas financiadas pelo DRS, o setor da comunidade científica ligado às Ciências Sociais conseguiu recuperar o nível de participação anterior ao enorme corte orçamentário no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, ocorrido em 1980.

Embora este artigo enfoque mais detalhadamente a atuação da Ford e da Finep, é interessante destacar, sumariamente, a participação da Capes, do CNPq e da Fapesp para efeitos de comparação com o que ocorreu no período que estou considerando. A mudança de estratégia da Ford coincide, como já mencionei, com a entrada e participação crescente do CNPq e da Capes no financiamento das Ciências Sociais.

A participação das Ciências Sociais no orçamento global do CNPq cresce de 4%, em 1974, para 16% em 1984. O aumento constante das dotações do CNPq para as Ciências Sociais revela uma política até certo ponto agressiva: pelos dados disponíveis em seus relatórios para o período 1979-84, a concessão de bolsas no exterior para a área de Ciências Sociais cresceu a uma taxa anual de 23,3%, enquanto o aumento global das bolsas concedidas pelo CNPq deu-se a uma taxa de 11,4%. O comportamento foi semelhante no que se refere às bolsas no País; ou seja, a área de Ciências Sociais apresentou um crescimento anual de 26,4%, enquanto o crescimento global das concessões de bolsa no País foi da ordem de 11%.

A atuação da Capes, como mostra José Murilo de Carvalho, sugere uma divisão funcional de trabalho com o CNPq. No período aqui considerado, a Capes diminuiu sensivelmente (taxa anual de 8% negativos) o número de bolsas individuais concedidas, passando a atuar na forma de apoio institucional. Este último tipo de apoio contempla também a concessão de bolsas para mestrados e doutorandos no País; porém, esses recursos estão incluídos nos convênios com os programas de pós-graduação.

Finalmente, a FAPESP, como uma instituição paulista, limita seu financiamento às instituições do Estado de São Paulo. Mas aí, também, podemos observar um crescimento significativo na alocação de recursos às Ciências Sociais: em 1974 as Ciências Sociais em São Paulo tiveram uma participação correspondente a 8% do orçamento da FAPESP; em 1984 essa participação cresceu para 12%.

Com base nessas considerações gerais, pode-se chamar atenção para o fato de que, de 1966 até os dias de hoje, as Ciências Sociais brasileiras passaram por um período de desenvolvimento acentuado. Comparativamente a outras áreas de conhecimento, a sua participação nos orçamentos das principais agências de desenvolvimento científico cresceu constantemente, ainda que de forma incremental (ver Tabela 1).

TABELA 1
AGÊNCIAS FINANCIADORAS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
APOIO INSTITUCIONAL 1974-1984
% DE RECURSOS ALOCADOS

Anos	FUND. FORD	CNPq	FAPESP	FINEP		
				Geral	DRS	DRS/IDESP
%	%	%	%	%	%	%
1974	16,7	0,7	4,1	1,1	1,1	1,1
1975	28,5	1,0	—	0,1	2,2	6,0
1976	2,4	5,0	3,8	—	—	7,3
1977	21,9	3,8	2,0	0,2	6,9	42,8
1978	90,8	2,6	1,7	0,5	9,5	48,1
1979	47,4	5,1	2,2	1,1	17,4	61,7
1980	22,1	7,3	2,5	0,7	12,6	29,1
1981	14,6	14,5	7,1	0,6	12,0	23,8
1982	41,8	15,3	9,7	0,7	15,8	38,4
1983	48,8	19,6	7,3	1,0	16,3	38,8
1984	37,8	16,1	9,0	0,8	21,0	52,6

Fontes: Fundação Ford: Dados fornecidos ao autor pela Fundação.

CNPq e FAPESP: Relatórios oficiais (vários).

Finep: Relatórios oficiais e Pesquisa Finep/desp

- Obs.: 1. Complemento das porcentagens apresentadas referem-se às alocações para as demais áreas de conhecimento.
2. Coluna DRS representa alocações às Ciências Sociais *stricto sensu*.

Esse esforço, como sabemos, resultou na constituição de uma comunidade de cientistas sociais com méritos reconhecidos internacionalmente. A rede de apoio que a comunidade conseguiu estabelecer para 'fundar' o que se poderia chamar a fase moderna das Ciências Sociais no Brasil começou através da Fundação Ford e estendeu-se ao CNPq, à Capes, à FAPESP e à Finep. Essas agências, ao lado de outras de menor porte, mantêm entre si uma divisão funcional de trabalho, espontânea ou não, que permite preservar todos os ganhos que a comunidade conseguiu e acumulou nos últimos 20 anos, a despeito da, e em parte em resposta à repressão sofrida durante o período autoritário.⁶

A seguir apresentarei, com os detalhes que os dados disponíveis me permitem, a atuação da Fundação Ford e da Finep.⁷ A análise que se segue refere-se apenas ao financiamento das Ciências Sociais através de convênios institucionais. Não estão incluídas, portanto, as diversas modalidades de apoio individual, embora em alguns casos tais apoios estejam embutidos em convênios institucionais.

I — A Fundação Ford e as Ciências Sociais

A Fundação Ford começou a operar no Brasil no ano de 1959, quando realizou um convênio com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas — CBPF, da antiga Univer-

sidade do Brasil. Daquela época até 1985, realizou 289 convênios com instituições de todas as áreas de conhecimento. Ao final dos anos 70, a Ford passou também a apoiar associações voluntárias e instituições cujos esforços e conhecimentos se voltam para o desenvolvimento social e cultural. Durante esse período, foram beneficiadas instituições de natureza diversa: públicas ou privadas, dedicadas ao ensino e pesquisa ou apenas à pesquisa. Esses convênios, dentro do termo geral de fomento à ciência, tiveram por objetivo atender a toda sorte de necessidades da comunidade, desde a formação de pessoal de nível pós-graduado até a realização de congressos, encontros e seminários.

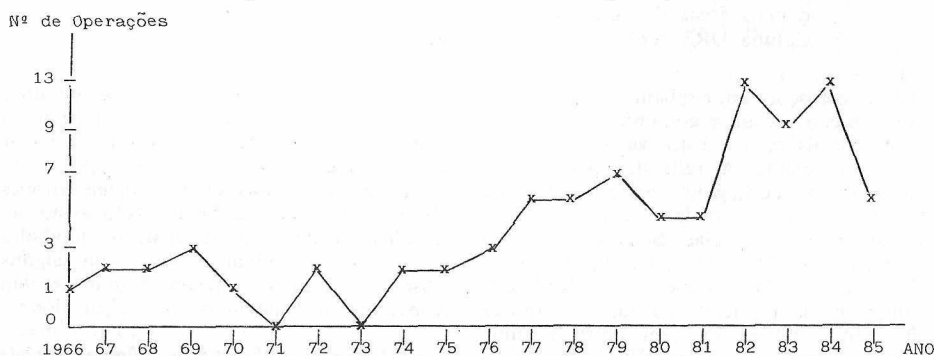
A participação das Ciências Sociais representa 32% de todas as operações e convênios realizados pela Fundação Ford. Paralelamente temos as chamadas Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Economia, Administração etc.) que também tiveram uma significativa participação, ou seja, 33% dos convênios realizados pela Ford. Os convênios restantes foram firmados com instituições de outras áreas de conhecimento (14%) e com associações voluntárias (17%). Uma pequena proporção, correspondente a 3% do total, beneficiou a todas as áreas de conhecimento, pois compreendia convênios tendo por objetivo o investimento em

bibliotecas, centros de computação, publicação de periódicos, entre outros.

O apoio direto às Ciências Sociais começa em 1966, com um convênio para desenvolver o ensino e a pesquisa em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. Dessa data até 1974 a política de fomento da Fundação Ford foi seletiva: seus recursos foram concentrados em poucas instituições e os convênios realizados tinham duração de cerca de dez anos. Esses convênios, estrategicamente estabelecidos, tiveram por objetivo o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no nível de pós-graduação nas áreas de Antropologia Social, Sociologia, Sociologia Rural e Ciência Política, em instituições localizadas em Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Com essa estratégia a Fundação Ford lançou as bases dos centros que hoje estão, certamente, entre os principais do País.

Nesse período (1966-74) foram realizados 94 convênios que beneficiaram 33 instituições dedicadas ao ensino e/ou à pesquisa. A mudança de estratégia da Ford no início dos anos 70, com a ampliação da sua faixa de atuação, resultou em um aumento na taxa de crescimento das operações realizadas na ordem de 10% ao ano (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1
A FUNDAÇÃO FORD E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE OPERAÇÕES, 1966-1985



Fonte: Dados fornecidos pela Fundação Ford.

Ano Base: 1966

Taxa de crescimento (i) = 10,78% ao ano

N.º Total de Operações = 94

Esses convênios tiveram objetivos variados que refletem a intenção fomentadora contida na política implementada pela agência. O apoio à atividade de pesquisa, seja na forma de um programa plurianual ou na forma de pesquisas específicas, foi o mais significativo — 36% dos convênios realizados. Os convênios que tinham como objetivo principal o desenvolvimento do ensino e pesquisa em programas de pós-graduação representam 21% do total. Segue-se a essas duas modalidades de financiamento o apoio à realização de congressos, seminários e encontros, que representa 16% do total. O chamado apoio institucional, ou seja, a alocação de verbas destinadas a investimentos em material, equipamentos, aluguéis etc., constitui 13% do total. Os 14% restantes correspondem a convênios destinados a financiar prêmios, publicações, organização de documentação e outras atividades do gênero.

Considerando-se as atividades-fim da comunidade científica, vemos que 57% dos convênios realizados visavam a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. O restante foi destinado a atividades-meio como o patrocínio da circulação do conhecimento e a sedimentação física das instituições.

Esse volume de recursos distribui-se entre as diversas áreas temáticas que compõem as Ciências Sociais. Dada a natureza do material empírico disponível no momento, só me foi possível fazer uma classificação temática disciplinar da destinação desses recursos:

Ciência Política	46%
Sociologia	20%
Antropologia	12%
Ciências Sociais	22%

Somente uma análise detalhada desses convênios permitiria uma depuração maior do leque temático apoiado pela Ford no interior de cada uma dessas disciplinas.⁸ Entretanto, sem maiores preocupações com a distribuição precisa de recursos a cada um dos temas, foi possível destacar alguns temas que se adequam à classificação feita para o estudo da Finep. Observamos, assim, que na área de Ciência Política destacam-se os estudos de comportamento eleitoral, pesquisas sobre o Estado e suas relações com a sociedade e, em maior volume, pesquisas sobre políticas públicas. Na área de Sociologia destacam-se os temas relacionados com a mudança social. Finalmente, na área

de Antropologia encontramos sobretudo temas relacionados com a cultura de sociedades rurais e urbanas, no último caso, notadamente pesquisas sobre a cultura afro-brasileira.

No tocante ao investimento realizado em 26 anos de atuação da Fundação Ford, pode-se destacar o seguinte: de 1959 a 1985, a Fundação Ford investiu, em todas as áreas de conhecimento, o montante de 43,8 milhões de dólares, a uma taxa de 7,7% ao ano — em seu primeiro convênio investiu 100 mil dólares no CBPF e fechou o ano de 1985 apoiando 18 convênios totalizando 637,6 mil dólares. Nesse período, a Ford realizou 289 convênios, cabendo a cada um deles, em média, 151,4 mil dólares. Na área de Ciências Sociais, a Ford investiu 11,3 milhões de dólares, cerca de 26% do seu total de investimentos. Nos 19 anos de atuação nessa área, a Ford alocou 590 mil dólares, em média, a cada ano.

Como foi dito anteriormente, a estratégia da Fundação Ford, no início de suas operações, foi de investimentos concentrados, acumulando operações da ordem de 5,7 milhões de dólares nos quatro primeiros anos de atividade. Esse investimento inicial representa 49% do total de recursos alocados para as Ciências Sociais nesses 19 anos (ver Tabela 2).

Os dados apresentados na Tabela 2 mostram uma taxa de investimento anual decrescente da ordem de 9,4% negativos. Esse fato, porém, decorre da natureza da informação que lhe serve de base. Os valores que aparecem a cada ano referem-se ao total de recursos alocados naquele ano para as diversas instituições. Ocorre, porém, que a maioria dos convênios inicialmente realizados tinha duração de oito a dez anos. Portanto, a taxa global de investimento apurada não reflete o volume de recursos anualmente desembolsado pela Fundação Ford.

Assim sendo, a avaliação das conseqüências da estratégia de investimentos adotada pela Fundação Ford só poderá ser feita mediante o exame dos desembolsos anuais, isto é, somente através do exame dos gastos acumulados pelas instituições *vis-à-vis* seus objetivos, o que não foi possível até o momento. Não obstante esse fato analítico, parece-me importante examinar a estratégia de apoio adotada pela Fundação Ford, tendo em vista a geração da fase moderna das Ciências Sociais brasileiras, no exato momento em que se processava o expurgo dentro das universidades.

TABELA 2
A FUNDAÇÃO FORD E AS CIÊNCIAS
SOCIAIS
INVESTIMENTO NO PERÍODO
1966-1985
(em US\$ 1.000)

ANO	US\$	% ACUMU- LADA
1966	864,0	7,6
1967	1.558,3	21,3
1968	860,1	28,9
1969	1.711,8	44,1
1970	647,0	49,8
1971	—	—
1972	500,5	54,2
1973	—	—
1974	55,0	54,7
1975	925,0	62,9
1976	58,9	63,4
1977	200,0	65,2
1978	251,8	67,4
1979	673,3	73,3
1980	299,4	75,9
1981	136,0	77,1
1982	609,3	82,5
1983	1.040,5	91,7
1984	801,5	98,8
1985	133,2	100,0
TOTAL	11.325,6	

Fonte: Dados fornecidos pela Fundação Ford.

Taxa de investimento (i) = — 9,4% ao ano.

II — A Finep e as Ciências Sociais

As relações institucionais entre a Finep e a comunidade de Ciências Sociais iniciam-se em 1974, através de um convênio com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. No ano seguinte, a Finep realizou quatro novos convênios com instituições de Ciências Sociais do Rio de Janeiro. Dessa época até o ano de 1984, inclusive, a Finep firmou 133 convênios que direta ou indiretamente, fomentaram e consolidaram programas de ensino e pesquisas em nível de pós-graduação e apoiaram grupos de cientistas sociais organizados em centros de pesquisa privados e grupos multidisciplinares vinculados a universidades ou órgãos governamentais. Parte desses convênios (16%) foi realizada com órgãos governa-

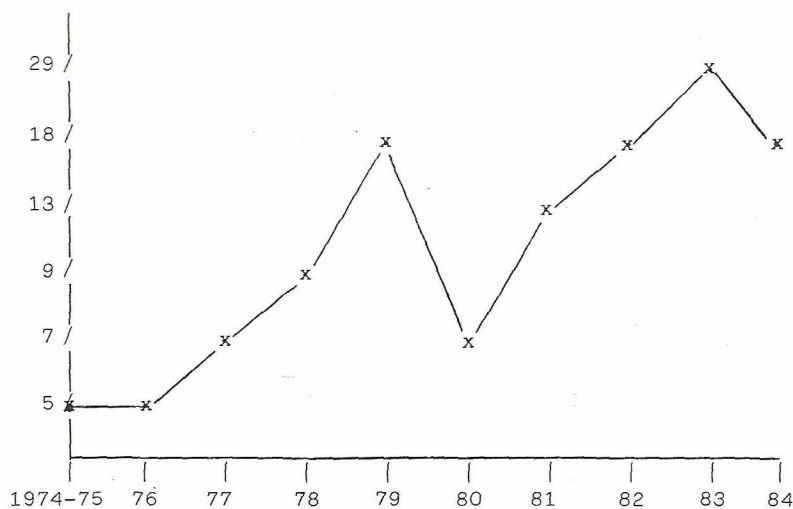
mentais que, por suas funções, realizam pesquisas sociais.

O total de convênios realizados pela Finep foi firmado com 65 diferentes instituições. Dos 133 convênios que compõem a carteira de clientes da Finep, 82 (62%) constituem convênios novos e 51 (38%) são convênios de continuidade. No global, nos 11 anos de atividades de fomento junto à comunidade de cientistas sociais, a carteira de Ciências Sociais da Finep cresceu a uma taxa de 15% ao ano: em 1974 ela inicia com apenas um convênio e fecha o ano de 1984 com 18 convênios assinados (Gráfico 2).

Esse volume de atividades apoiadas pela Finep teve destinação precisa e estratégica para o desenvolvimento e consolidação da comunidade de Ciências Sociais. Desse total, 26% compõem-se de convênios com o objetivo de apoiar os programas de ensino pós-graduado, enquanto proporção equivalente (24%) é constituída de convênios destinados ao financiamento de programas integrados de pesquisa, propiciando a consolidação de importantes centros de ensino de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de pesquisa do País. Convênios com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa específicos representam 36% do total. Esses últimos foram realizados com instituições tanto da área acadêmica quanto governamental. Finalmente, 14% dos convênios realizados tiveram por objetivo apoiar eventos organizados pela comunidade científica.

A comunidade de Ciências Sociais, no decorrer desse período, solicitou apoio tanto para a realização de pesquisas com duração e grau de complexidade variados, como para a realização de eventos diversos e para a cobertura de gastos institucionais. Considerados unitariamente, esses diferentes apoios perfazem um total de 556 atividades que foram objeto de convênios realizados pela Finep. Assim consideradas, 88% dessas atividades referem-se a atividades de pesquisas individuais ou em grupo, 5% referem-se à organização de arquivos, 5% correspondem à realização de eventos e 2% destinam-se a gastos institucionais. Nesse sentido, dada a natureza dos eventos apoiados (congressos, seminários e encontros), observa-se que, do total de atividades apoiadas pela Finep, 98% correspondem a atividades-fim, revelando um forte apoio à formação de recursos humanos de alto nível e a novas formas de conhecimento.

GRÁFICO 2
A FINEP E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
EVOLUÇÃO DO VOLUME DE OPERAÇÕES, 1974-1984



Fonte: Pesquisa do Idesp.
Ano Base: 1974-75
Taxa de crescimento (i) = 15% ao ano
N.º Total de Operações = 133

Do total de atividades voltadas exclusivamente para a realização de pesquisas, identificamos e listamos 454 títulos de pesquisas que, segundo uma classificação disciplinar, assim se distribuem:

Ciência Política	38%	(173 títulos)
Sociologia	45%	(203 títulos)
Antropologia	17%	(78 títulos)

Para financiar esse volume de atividades, a Finep investiu, nos 11 anos analisados, um total de Cr\$ 480,3 milhões (valor constante de 1977), representando um investimento médio anual de Cr\$ 43,7 milhões e um investimento médio de Cr\$ 863,8 mil por atividade.⁹ Tomando-se o total de 133 convênios realizados como referência, verifica-se que a Finep investiu Cr\$ 3,7 milhões por convênio, beneficiando 65 instituições. Em termos de investimento médio, isso significa Cr\$ 7,4 milhões por instituição nesses 11 anos de atuação.

Como vimos, a Finep inicia sua atuação, em 1974, investindo Cr\$ 1.108 mil no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Em 1984 foram assinados 18 convênios, perfazendo

um total de Cr\$ 38,6 milhões. Esses dados sugerem uma alta taxa de crescimento do investimento anual. A realidade, porém, é bastante diversa, como mostra a Tabela 3 abaixo.

TABELA 3
INVESTIMENTO DA FINEP NAS
CIÊNCIAS SOCIAIS
1974/75-1984

ANOS	Cr\$ mil (valores de 1977)	%
1974/75	68.618	100
1976	10.217	15
1977	113.838	166
1978	57.770	84
1979	91.419	133
1980	22.613	33
1981	20.191	29
1982	27.031	39
1983	30.002	44
1984	38.586	56

Por essa distribuição podemos ver que a política de investimento da Finep nas

Ciências Sociais passou, nitidamente, por dois momentos distintos. Iniciou acanhadamente em 1974 e cresceu muito rapidamente até 1979. Nesse primeiro período, a distribuição de recursos é intermitente, oscilando muito de um ano para outro. Esses primeiros cinco anos foram marcados por uma política agressiva, caracterizada por grande expansão de recursos e também geográfica. Há que se considerar, no entanto, o fato de que, nessa época, era comum a realização de convênios plurianuais, o que provoca o empenho de verbas em anos intercalados.

O segundo momento da política de investimentos da Finep começa em 1980. A brusca queda de alocação de recursos nesse ano é fruto de um imenso corte orçamentário no FNDCT, única fonte utilizada pela Finep para financiar as atividades na área de Ciências Sociais. Após a queda de 1980, a Finep implementa uma política incremental. A partir desse ano a alocação de recursos para as Ciências Sociais é feita de forma gradual e em ritmo lento quando comparado ao período anterior. Com essa política de recuperação, o DRS chega a 1984 com uma disponibilidade tal de recursos que lhe permite investir Cr\$ 38,6 milhões, que representam 56% do que fora investido nos anos 1974/75.

III — A Finep e a Pauta Temática da Comunidade

Como veremos resumidamente abaixo, a política de expansão geográfica da Finep propiciou a incorporação de temas regionais no debate intelectual e, como ocorreu em muitos casos, a regionalização de temas de referências mais amplas.

Para proceder a uma análise da pauta temática dos estudos e pesquisas na área de Ciências Sociais, usei duas estratégias classificatórias. Primeiro, classifiquei os diversos projetos de pesquisa segundo o grau de especificidade do tema proposto. Seguindo sugestão de Sérgio Abranches, distingui três níveis de especificidade: a *pesquisa pura*, cujo objeto de análise está na área de fronteira do conhecimento e na qual o objetivo do pesquisador está centrado no debate conceitual e de paradigmas de análise e explicação; a *pesquisa temática*, ou seja, a pesquisa empírica que tem como

objeto de análise um fenômeno social, histórica e espacialmente localizado, visando a sua descrição ou explicação, e a *pesquisa aplicada*, classicamente entendida como a pesquisa que visa oferecer diagnósticos sociais e alternativas de solução imediata para problemas específicos.

A segunda estratégia utilizada consistiu na classificação temática propriamente dita, com o objetivo de verificar, substantivamente, o leque de temas que são objeto de preocupação da comunidade de pesquisadores. No último caso, trabalhei com três classificações distintas, contendo diferentes níveis de abrangência: primeiro, a classificação disciplinar do CNPq; segundo, a classificação dos Grupos de Trabalho da Anpocs e, em terceiro lugar, uma classificação própria, tendo por referência o *Sociological Abstracts*, o *American Directory* e o *Handbook of Political Science* para as áreas de Sociologia e Ciência Política. Para a área de Antropologia, utilizei, basicamente, o bom-senso e consultas a colegas, uma vez que não dispunha de publicações do tipo das citadas acima.

A Preocupação da Comunidade: Resolução de Problemas Sociais

Dos 133 convênios apoiados pela Finep no período analisado, 5% destinavam-se à organização de fontes, cujos produtos constituem hoje arquivos disponíveis para consulta. Outros 5% do total de convênios destinavam-se à realização de eventos. Acrescidos a estes um pequeno resíduo de convênios cuja destinação genérica era apoiar o ensino e a pesquisa (2%), verificamos que 88% dos convênios tiveram por objetivo a realização de pesquisas individuais ou de grupo.

Esses últimos, ou seja, os convênios voltados para a realização de pesquisas, distribuem-se, segundo a classificação que toma por base diferentes níveis de especificidade, da seguinte maneira:

Pesquisa Pura	3%
Pesquisa Temática	62%
Pesquisa Aplicada	23%
Outras Atividades	12%

Essa distribuição manteve-se relativamente estável durante todo o período analisado. Apenas no ano de 1984 o volume de *pesquisas temáticas* cai a níveis inferior-

res a 50%; nos demais anos se mantém acima de 60% do total de atividades apoiadas pela Finep. A *pesquisa aplicada*, por sua própria natureza e por ser normalmente motivada por encomenda, oscilou bastante no período: em 1980, por exemplo, representava apenas 7% do total de pesquisas, enquanto que em 1984 representava 47% deste total. Esse tipo de pesquisa, no entanto, manteve no decorrer do período uma proporção sempre superior à observada para as *pesquisas puras*, que nunca ultrapassaram 6% do total.

A Preocupação da Comunidade: o Leque Temático

A análise do leque temático tem por objetivo mostrar os temas substantivos que foram objeto de preocupação da comunidade de Ciências Sociais. Para tanto, serão usados três parâmetros: a classificação temática do CNPq, os Grupos de Trabalho da Anpocs e os resultados de uma pesquisa mais ampla realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de São Paulo — Idesp.¹⁰

a) Classificação do CNPq

Usando agora a segunda estratégia de classificação temática, vejamos, primeiro, a definição disciplinar do CNPq, pela qual as diversas atividades de pesquisa são assim distribuídas:

Ciência política	%	N.º
Teoria Política	0,6	1
Estado e Governo	6,0	11
Comportamento Político	12,0	20
Políticas Públicas	33,0	57
Política Internacional	9,0	16
Não Encaixáveis	39,4	68
Total	100,0	173

Antropologia	%	N.º
Etnologia Indígena	20,0	20
Antropologia Urbana	9,0	7
Antropologia Rural	13,0	13
Estudos de Pop. Afro-Brasileiras	6,0	6
Não-Encaixáveis	52,0	40
Total	100,0	78

Sociologia	%	N.º
Sociologia do Conhecimento	0,5	1
Sociologia do Desenvolvimento	3,0	6
Sociologia Urbana	8,0	17
Sociologia Rural	19,0	39
Sociologia da Saúde	11,0	22
Não-Encaixáveis	58,5	118
Total	100,0	203

Como podemos observar, a classificação disciplinar do CNPq, mantida por muitos anos, já não é mais adequada para espelhar o leque de preocupações temáticas da comunidade, pois mais da metade dos títulos dos projetos de pesquisa não se encaixam nessa classificação. Mesmo considerando algum desvio ou excesso de rigor de minha parte da interpretação dos objetivos definidos nos projetos analisados, esses vieses não produziram os dados mostrados acima. O fato é que a comunidade de Ciências Sociais cresceu, diversificou-se e com isso elegeu temas e objetos novos que não se adequam mais às categorias com que trabalha o CNPq.

b) Classificação pelos Grupos de Trabalho da Anpocs

Nesse segundo nível de abrangência temática, procurei classificar os diversos títulos e objetivos das pesquisas analisadas segundo os Grupos de Trabalho da Anpocs. Com esse procedimento, tive por objetivo comparar as linhas de pesquisa apoiadas pela Finep com a formação espontânea de interesses no interior da comunidade de cientistas sociais, tendo em vista a maneira como foram formados os Grupos de Trabalho referidos.

Dada a quantidade de Grupos de Trabalho, me vi obrigado a fazer uma classificação prévia dos mesmos. Caso contrário teríamos uma dispersão muito grande. Dessa forma, classifiquei os GTs considerando três eixos: centralidade temática, centralidade do objeto de investigação e base espacial (geográfica). Mesmo nesse nível de abrangência tive dificuldades de encaixar 34% das pesquisas analisadas. O maior problema a esse respeito consistiu em definir qual dos três eixos usados era preponderante. O resultado obtido foi o seguinte:

Temas Gerais	24%	(Estado e Sociedade etc.)
Temas Específicos	14%	(Estudos Urbanos etc.)
Tema-Objeto	6%	(Família e Sociedade etc.)
Objeto	6%	(Elites, Mulher etc.)
Base Geográfica	16%	(Estudos Regionais etc.)
Não Encaixáveis	34%	
Total	100%	(536)

c) Classificação da Pesquisa do Idesp

Nessa classificação, procurei ampliar o nível de abrangência de temas, abrindo ao máximo o leque de preocupações temáticas. Isto me pareceu necessário para melhor apreender o que aparece como o resultado nítido da divisão intelectual do trabalho de investigação, cujos produtos constituem, hoje, boa parte do acervo disponível de estudos sobre os problemas sociais brasileiros e da própria ciência social brasileira.

Vejamos, então, a distribuição dos temas de pesquisa, segundo essa classificação, em cada uma das três disciplinas:

Ciência política	
	%
Teoria Política	0,6
Relações Intergovernamentais	4,0
Governos Metropolitano e Estadual	5,0
Elites	10,0
Forças Armadas	1,0
Grupos de Interesses	2,0
Sindicatos e Associações	6,0
Estado e Empresa Privada	1,0
Movimentos Sociais	6,0
Partidos Políticos	4,0
Comportamento Político e Eleições	8,0
Políticas Públicas	33,0
Política Internacional	9,0
Sociedade e Sistema Político no Brasil	6,0
Mudança Política no Brasil	1,0
Valores, Ideologia e Cultura Política	2,0
Total	100,0 (167)
Sociologia	
	%
Sociologia da Ciência e Tecnologia	5,0
Sociologia do Conhecimento e História das Idéias	3,0

Mudança Social e Desenvolvimento Econômico	5,0
Sociologia Urbana	8,0
Movimentos Sociais	4,0
Estrutura de Mercado e Consumo	0,5
Estrutura de Classes e Estratificação	7,0
Sociologia Rural	18,0
Sociologia da Medicina	9,0
Instituições Carcerárias ou Psiquiátricas	5,0
Demografia	8,0
Sociologia da Educação	1,0
Sociologia Industrial	8,0
Sindicatos	0,5
Sociologia das Profissões	3,0
Métodos, Estatística	0,5
Teorias, Idéias e Sistemas	0,5
Indústria da Cultura	0,5
Sociologia da Arte	0,5
Burocracia	2,0
Mercado de Trabalho e Mão-de-Obra	4,0
Análise de Ideologia	5,0
Família	1,0
Relações entre Estados e Federação	1,0
Total	100 (193)

Antropologia	
	%
Política Indigenista	1,0
Interação Branco-Índio	4,0
Cosmologia, Org. Social Índio	13,0
Análise Lingüística	3,0
Tecnologia Indígena	3,0
Estudos Comparados — Sociedades Tribais	1,0
Rituais	4,0
Comunidade, Grupos Sociais Complexos	14,0
Identidade	6,0
Cultura Negra	1,0
Análise de Ideologia	9,0
Família	6,0
Campesinato e Relações Sociais	14,0

Comportamento Político	6,0	
Religião e Sociedade	1,0	
Hábitos e Cultura Popular	6,0	
Poder e Hierarquia Social	3,0	
Mudança Social	1,0	
Comportamento Desviante	1,0	
Total	100,0	(69)

IV — A Política de Fomento da Fundação Ford e da Finep

De uma maneira geral, já adiantei acima uma clara continuidade de estratégias entre a Ford e a Finep no apoio aos Programas de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação. Para mostrar como essa política se desenvolveu nos últimos 19 anos, apresentarei esse item em três partes, a saber: a natureza das instituições beneficiadas; a expansão da base geográfica

dos financiamentos; e como tem-se dado, em termos regionais, a distribuição de recursos dessas duas agências.

Natureza das Instituições Financiadas

O DRS, nos 11 anos de atuação da Finep, realizou 133 convênios com 65 instituições. Desse total, 60% foram firmados com instituições públicas. Os convênios com instituições públicas feitos pela Fundação Ford, por sua vez, representam apenas 39% de um total de 94 convênios. Essa diferença de política de financiamento entre as duas agências se deve ao fato de que a Finep, por ser gestora do FNDCT, se constituiu em alvo privilegiado das principais instituições públicas dedicadas ao ensino e à pesquisa. Desagregando essas informações, vemos com mais detalhes esse aspecto na Tabela 4:

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DOS CONVÊNIOS

Natureza da Instituição	FINEP 1974-84	FORD 1966-85
Ensino/Pesq. Univ. Federal	24	23
Ensino/Pesq. Univ. Estadual	7	10
Ensino/Pesq. Univ. Privada	13	26
Pesquisa Univ. Federal	8	—
Pesquisa Univ. Estadual	5	2
Inst. de Pesquisa Privada	17	32
Órgãos Públicos	16	4
Associações Profissionais	10	3
Total	100 (133)	100 (94)

Cabe destacar que tanto a Finep quanto a Ford alocaram os seus recursos marcadamente em convênios destinados à sustentação e desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa, os quais representam, no caso da Finep, 74% e no caso da Ford, 93%. Com isto podemos afirmar que a demanda atendida por essas duas agências é constituída basicamente pela área acadêmica.

Expansão Geográfica e Distribuição de Recursos

A Finep é hoje tida como a principal agência de financiamento das Ciências Sociais, atuando praticamente em todas as

áreas geográficas do País. Os primeiros convênios, realizados em 1974 e 1975, foram feitos com instituições sediadas na cidade do Rio de Janeiro. Dessa época até 1984, a sua política de fomento se expandiu, atingindo todas as regiões do País.

No entanto, apesar do aumento sistemático de sua carteira de convênios e da ampliação da base territorial de sua atuação, a distribuição de recursos da Finep revela uma extraordinária concentração na cidade do Rio de Janeiro. Conforme podemos observar nas Tabelas 5, 6 e 7, a proporção de operações realizadas no Rio de Janeiro cai sistematicamente a partir de 1974/75, quando era de 100%, chegando a 30% em 1984. No entanto, a

proporção de recursos alocados nas instituições cariocas só fica abaixo dos 50% do total de recursos da Finep nos anos de 1980 e 1982. Nesses dois anos, São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, ficaram com 59 e 46% dos recursos concedidos em cada ano. Se tomamos os anos de

1983 e 1984, quando a política da Finep passa a se recuperar do corte orçamentário sofrido em 1980, verificamos a seguinte situação: com apenas 1/3 das operações feitas pela Finep, as instituições cariocas detiveram 3/4 dos recursos alocados pela agência.

TABELA 5
A FINEP E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
EXPANSÃO DO INVESTIMENTO
% DE RECURSOS ALOCADOS POR REGIÃO, 1974-1984

ANOS	REGIÕES					DEMAIS ITINERANTES			
	RS	SC	PR	SP	MG		ES	RJ	%
1974	—	—	—	—	—	—	100,0	—	—
1975	—	—	—	—	—	—	100,0	—	—
1976	—	—	—	—	4,2	—	95,8	—	—
1977	—	10,9	—	—	42,2	—	46,8	—	—
1978	—	9,9	—	—	21,5	—	58,4	9,3	0,9
1979	—	8,1	—	—	32,2	—	58,6	—	1,0
1980	—	—	—	—	58,6	—	29,1	—	12,3
1981	—	7,6	—	—	16,6	—	51,2	3,8	20,8
1982	—	5,5	—	—	45,6	—	28,4	7,2	13,3
1983	—	5,7	—	—	8,5	—	69,4	15,7	0,7
1984	—	2,2	—	—	19,3	—	74,3	2,3	1,9

Fonte: Pesquisa Idesp.

TABELA 6
A FINEP E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
EXPANSÃO DO INVESTIMENTO
% DE CONVÊNIOS REALIZADOS POR REGIÃO, 1974-1984

ANOS	REGIÕES					DEMAIS ITINERANTES			
	RS	SC	PR	SP	MG		ES	RJ	%
1974	—	—	—	—	—	—	100,0	—	—
1975	—	—	—	—	—	—	100,0	—	—
1976	—	—	—	—	20,0	—	80,0	—	—
1977	—	14,3	—	—	14,3	—	71,4	—	—
1978	—	11,1	—	—	22,2	—	44,4	11,1	11,1
1979	—	11,1	—	—	33,3	—	50,0	—	55,6
1980	—	—	—	—	57,1	—	28,6	—	14,1
1981	—	7,7	—	—	30,8	—	38,5	7,7	15,4
1982	—	11,1	—	—	22,2	—	27,8	22,2	16,7
1983	—	3,4	—	—	37,9	—	35,5	20,7	3,4
1984	—	15,0	—	—	25,0	—	30,0	20,0	10,0

Fonte: Pesquisa Idesp.

TABELA 7
 A FINEP E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
 EXPANSÃO DO INVESTIMENTO
 VALOR DOS FINANCIAMENTOS E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
 POR REGIÃO, 1974-1984
 (Valores Constantes de 1977)

ANOS	REGIÕES			
	RS SC PR Cr\$	SP MG ES Cr\$	RJ Cr\$	DEMAIS Cr\$
1974	—	—	1.108	—
1975	—	—	67.510	—
1976	—	428	9.789	—
1977	6.247	24.000	26.672	—
1978	5.768	12.554	34.041	5.407
1979	7.494	29.780	54.145	—
1980	—	15.105	7.508	—
1981	1.928	4.231	13.052	980
1982	1.702	14.219	8.852	2.258
1983	1.710	2.564	20.972	4.756
1984	878	7.573	29.217	918
Tx C	i = 24%	i = 43%	i = 39%	i = — 26%

Fonte: Pesquisa Idesp.

Valores são cruzeiros de 1977; centavos foram arredondados.

Ademais, a multiplicação de operações realizadas a cada ano e uma ligeira queda de concentração de recursos no Sudeste, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, poderiam sugerir a existência de um processo de pulverização dos recursos administrados pelo DRS. No entanto, esse fato parece não ter ocorrido (ver Tabela 7). Considerando-se o ano de início de operações em uma região, vemos que o investimento feito na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo e Minas Gerais cresceu a taxas de 39 e 43%, respectivamente, enquanto nas demais regiões as taxas de crescimento foram negativas. Tomando-se as variações ano a ano, vemos que todas as regiões foram penalizadas pelo corte orçamentário geral ocorrido em 1980, e que nenhuma delas voltou aos níveis de investimento de 1979. No entanto, devemos atentar para a política desigual de recuperação empreendida até 1984, a qual foi fortemente favorável à região Sudeste, sobretudo ao Rio de Janeiro.

Apesar de tudo isso, a política de expansão da Finep tem sido altamente positiva para a comunidade de Ciências Sociais, notadamente a sua política de expansão geográfica. No que se refere à alocação de recursos, a Finep, na verdade, enfrenta o seguinte dilema: como distribuir os recursos existentes de tal forma que atendam as exigências de excelência das instituições sediadas no Sudeste e possam, ao mesmo tempo, incrementar o investimento nas demais regiões, de forma a permitir o seu maior desenvolvimento institucional, visto que a acumulação de apoios sucessivos é, certamente, fator fundamental para o aprimoramento da produtividade individual e institucional. Esse aspecto ficará ainda mais acentuado ao examinarmos a experiência da Fundação Ford no que se refere à expansão de sua base de atuação e distribuição de recursos.

Como já foi visto anteriormente, a Fundação Ford, nos seus primeiros quatro

anos de atuação junto à comunidade de Ciências Sociais, concentrou-se em sete instituições, sendo duas delas no Rio de Janeiro, duas em São Paulo, uma em Belo Horizonte, outra em Recife e outra em Porto Alegre. O volume de recursos alocados nessa época corresponde a 40% do total de investimentos feitos pela Ford até o ano de 1985.

A Fundação Ford começa a expandir a base geográfica de sua atuação em meados dos anos 70. É em 1977 que inicia, de

forma mais ou menos sistemática, a investir anualmente fora do eixo Rio-São Paulo-Minas. Entram no circuito, então, as regiões Nordeste e Centro-Oeste (Brasília). A região Sul teve apenas um convênio, realizado em 1969, com duração de dez anos. Embora a Ford tenha alterado a sua política de alocação de recursos, passando a atuar na forma de apoios *ad hoc*, na maioria dos casos, o fato é que ela continuou operando majoritariamente com instituições do Sudeste (ver Tabela 8).

TABELA 8

A FUNDAÇÃO FORD E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
EXPANSÃO DOS INVESTIMENTOS
VALOR DOS FINANCIAMENTOS POR REGIÃO, 1966-1985
(em US\$ 1.000)

ANOS	REGIÕES			
	SUL	SUDESTE	RJ	DEMAIS
1966	—	864	—	—
1967	—	—	1.104	454
1968	—	291	569	—
1969	288	143	—	—
1970	—	—	—	647
1971	—	—	—	—
1972	—	—	177	323
1973	—	—	—	—
1974	—	5	—	50
1975	—	750	175	—
1976	—	56	3	—
1977	—	25	130	44
1978	—	211	41	—
1979	—	112	261	300
1980	—	150	148	1
1981	—	20	36	80
1982	—	173	432	5
1983	—	665	375	—
1984	—	163	381	257
1985	—	64	21	48

Fonte: Dados fornecidos pela Fundação Ford.

Comparativamente, a política de distribuição de recursos da Ford tem sido bem mais concentracionista do que a da Finep.

Ao longo dos 19 anos de atuação da Ford, o eixo Rio-São Paulo-Minas reteve sempre mais de 2/3 das operações e dos recursos

alocados (ver Tabela 9). O dilema apontado acima permanece e a Fundação Ford precisa enfrentá-lo, embora, *a priori*, não tenha qualquer obrigação política de fazê-

-lo, pois opera com recursos privados, o que lhe dá absoluta liberdade de decisão. O caso da Finep é diferente, uma vez que administra recursos públicos nacionais.

TABELA 9
A FINEP E A FUNDAÇÃO FORD E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE OPERAÇÕES
POR REGIÃO NO PERÍODO 1966-1985

ANO	SUL		SUDESTE		RJ		DEMAIS	
	FINEP	FORD	FINEP	FORD	FINEP	FORD	FINEP	FORD
	%	%	%	%	%	%	%	%
1966	—	—	—	100	—	—	—	—
1967	—	—	—	—	—	50	—	50
1968	—	—	—	50	—	50	—	—
1969	—	34	—	66	—	—	—	—
1970	—	—	—	—	—	50	—	50
1971	—	—	—	—	—	—	—	—
1972	—	—	—	—	—	50	—	50
1973	—	—	—	—	—	—	—	—
1974	—	—	—	50	100	50	—	—
1975	—	—	—	50	100	50	—	—
1976	—	—	20	66	80	34	—	—
1977	14	—	14	28	72	57	—	15
1978	11	—	22	57	45	43	11	—
1979	11	—	33	38	50	50	—	—
1980	—	—	57	50	29	34	14	16
1981	8	—	31	34	38	34	8	16
1982	11	—	22	38	28	54	22	8
1983	3	—	38	12	34	78	21	—
1984	15	—	25	31	30	53	20	8
1985	*	—	*	43	*	29	*	14

Fontes: Finep: Pesquisa do Idesp.

Fundação Ford Dados fornecidos pela F. Ford.

* Dados relativos à Finep vão até 1984.

Obs.: Se as somas das porcentagens das respectivas colunas da Finep e da Ford forem inferiores a 100%, é porque tal diferença refere-se à proporção de convênios apoiando atividades itinerantes, tais como associações, congressos etc.

V — A Fase Moderna das Ciências Sociais e o Apoio da Ford e da Finep

A guisa de conclusão, quero ressaltar o extraordinário esforço dessas duas agências na constituição e consolidação do que

hoje constituem os centros de ponta das Ciências Sociais no País.

Na última tabela que apresento (Tabela 10), relaciono as instituições mais conhecidas e que obtiveram apoio continuado das duas agências aqui analisadas. Vemos,

então, claramente, o processo de substituição da agência financiadora principal ao longo dos 19 anos observados. A Fundação Ford inicia esse processo de constituição da fase moderna das Ciências Sociais¹¹ e, em meados dos anos 70, a Finep entra no circuito, com a tarefa de consolidar a atual comunidade de cientistas sociais, complementada pela atuação da Capes e do CNPq.

A comunidade de cientistas sociais foi participe na montagem desse arcabouço. Como é do conhecimento de todos nós, a formulação das políticas de fomento às Ciências Sociais tornou-se cada vez mais agressiva em função da atuação daqueles que se constituíram na "primeira" geração dessa fase moderna, apesar das adversidades da conjuntura política da época.

TABELA 10
A FINEP E A FUNDAÇÃO FORD E AS CIÊNCIAS SOCIAIS
ESTRATÉGIA DE FOMENTO NO PERÍODO 1966-1985
(Alguns Exemplos)

BENEFICIÁRIO	APOIO	COBERTURA	
		1966	1985
DCP-UFMG	Ford Finep	1966	1985
			78-79
Iuperj	Ford Finep	67	85
			76-85
Museu Nacional	Ford Finep	68	85
			74-85
Cpdoc	Ford Finep		85
			75-85
Sociologia Rural/USP	Ford —	69	80
Cebrap *	Ford Finep	69	85
			85
Cedec	Ford Finep		85
			79-82
Idesp	Ford Finep		85
			81-85
Antropologia/Unicamp	Ford Finep		84
			74-83-85
Nepp/Unicamp	Ford Finep		85
			82-85
Pimes/UFPe	Ford Finep	70	84
			78-80
Sociologia Rural/UFRGS	Ford Finep	69	80
			81-85

Fontes: Fundação Ford: Dados fornecidos pela Fundação.
Finep: Pesquisa Idesp.

* A Finep apoiou anteriormente o Cebrap através de convênio com a Fundap/SP, segundo depoimento à Pesquisa Idesp.

Notas

1. Ver José Murilo de Carvalho e Maria Susana Soares, "O Financiamento das Ciências Sociais", Relatório da Comissão de Pós-Graduação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs, outubro de 1986.
2. A descentração de apoios da Fundação Ford, que passa a atender instituições voluntárias, decorreu de uma mudança de política interna, após a troca da presidência da Fundação neste período.
3. Para avaliarmos comedidamente o desenrolar da política de financiamento da Fundação Ford no Brasil, é importante destacar a imensa queda orçamentária ocorrida em 1976, devido a perdas patrimoniais da Fundação nos Estados Unidos. Segundo Peter Fry, a Ford começou a se recuperar somente nos anos de 1983-84. O reflexo deste fato pode ser visto no Gráfico 1.
4. O DRS era o departamento da Finep responsável pela execução da política de fomento na área social onde as Ciências Sociais se enquadravam. Após as recentes reformas internas na Finep, este departamento foi extinto.
5. Está excluído o apoio individual, quer sob forma de bolsa ou de apoio financeiro a pesquisas individuais, posto que a Finep não opera com essas modalidades de apoio.
6. Cabe ressaltar, neste particular a decisão da Fundação Ford de apoiar os cientistas sociais brasileiros expurgados do circuito universitário durante as ondas de cassações que ocorreram em 1964 e 1968. Notadamente, o apoio da Fundação ao Iuperj e ao Cebrap, criados por cientistas cassados ou que estavam na "mira" da repressão naqueles dois momentos. Agradeço a Peter Fry a confirmação desses detalhes.
7. Os dados relativos à atuação da Finep são da pesquisa por mim coordenada no IDESP cujos resultados estão sumarizados em A Finep e as Ciências Sociais: 1974 a 1984, trabalho apresentado no X Encontro Anual da Anpocs, 1986. Os dados relativos à atuação da Fundação Ford foram parcialmente retirados do relatório feito para a Anpocs por José Murilo de Carvalho e de informações colhidas junto à Ford, que me forneceu uma *listagem completa das suas dotações destinadas ao financiamento de todas as áreas científicas no Brasil*.
8. Tal análise foi possível no caso da referida pesquisa sobre a Finep, como apresentarei adiante.
9. O salário mínimo para as regiões Sul e Sudeste era de Cr\$ 1,1 mil, em 1977.
10. Apenas a título de curiosidade, quero ressaltar o seguinte: quando analisei a composição substantiva dos GTs da Anpocs, para formação de uma base de classificação temática, me impressionou o fato de nunca ter existido um GT dedicado ao estudo da Mobilidade e Estratificação Social, temas por excelência da Sociologia.
11. Por fase moderna das Ciências Sociais refiro-me apenas ao período posterior à criação dos centros de pós-graduação e dos institutos privados de pesquisa acadêmica, a partir dos anos de 1967/68.

Retratos do Brasil: Um Estudo dos Editores, das Editoras e das "Coleções Brasilianas", nas Décadas de 1930, 40 e 50 *

Heloisa Pontes

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar as três coleções de assuntos brasileiros mais importantes editados no país, nas décadas de 30, 40 e 50, quais sejam: a *Brasiliana* (1931), a *Documentos Brasileiros* (1936) e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940). Publicadas respectivamente pela Companhia Editora Nacional, Livraria José Olympio Editora e Livraria Martins Editora. Esta análise, para se viabilizar, exige um trabalho prévio no sentido de situarmos essas coleções em pelo menos três contextos particulares de explicação.

Em primeiro lugar, é preciso recuperar, na história do pensamento brasileiro, a "origem", se assim podemos dizer, dessa preocupação, quase uma obstinação, tantas vezes reiterada, em desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade brasileira. Esta origem remonta à geração modernizadora de 1870, que produziu um pensamento novo sobre o país, através da articulação da ciência emergente (que, como queria Sílvio Romero, trazia "um bando de idéias novas") com a tradição literária brasileira.

Em segundo lugar, para que possamos entender as condições de produção dessas coleções é necessário compreender, por um

lado, a expansão do mercado editorial ocorrida no período. Por outro lado, é preciso ter claro que essas coleções se inserem num quadro mais amplo de interesse renovado pelo Brasil, deflagrado com a Revolução de 30, principal responsável pela criação de um movimento de unificação cultural sem precedentes na história do país.

Em terceiro lugar, é importante não perder de vista que essas coleções são o resultado de um certo projeto editorial. Nesse sentido, torna-se imprescindível uma apresentação das editoras e dos editores que as implementaram. Eles foram os principais responsáveis pela difusão e pela visibilidade que adquiriram esses "novos retratos" do Brasil. No período em questão, os editores parecem empenhados em cumprir um papel social análogo ao dos intelectuais e escritores engajados, ou pelo menos assim se auto-representam. Verdadeiros "heróis culturais" a suprir as deficiências dos poderes públicos e a "civilizar" o país. Editar como missão? Tudo indica que sim.

Esses editores, além de editar livros, publicaram também a sua própria história, sobretudo através da escrita de outros. E, como se sabe, toda história de cunho memorialístico traz consigo fragmentos da

* Este texto é parte da pesquisa Histórica das Ciências Sociais em andamento no Idesp com apoio da Finep, sob coordenação de Sérgio Miceli.

narrativa mítica. A dos editores não fugiu à regra. Eles também produziram o seu mito de origem e o seu herói de fundação: no caso Monteiro Lobato, tido como o criador da atividade editorial brasileira.¹ Como dirá José de Barros Martins, "Lobato, espiritualmente herdeiro da vocação 'bandeirante', autêntico abridor de pegadas e caminhos, tudo arrostando na faina de plantar e construir, Lobato, dizia, deu ao movimento editorial brasileiro, até então esparso e sem unidade, um caráter de continuidade, e, o que nos parece mais importante, um sentido cultural bem marcante e construtivo. Ele — e assim a maioria dos que se entregam de corpo e alma a essa atividade — não foi editor de livros para mais facilmente ficar rico. Isso lhe seria facilímo em qualquer outro setor. Mas Lobato era um bandeirante no mais duplo sentido do vocábulo e, mais do que o lucro fácil, preocupava-o o futuro da sua terra. Que se poderia esperar de um País que (até então) precisava mandar imprimir os melhores livros de seus filhos além-Atlântico?" (Martins, 1950)... Mas isso já é a atualização do mito na fala de um dos editores que procuraremos seguir no decorrer desse texto.

Por fim, após o mapeamento dos contextos explicativos mencionados acima, a análise das coleções, que será orientada pelas seguintes indagações: que tipos de "retratos do Brasil" foram publicados por elas? Quais os assuntos ou gêneros mais editados? Quais os autores mais publicados? Sobre o que escreviam? Que tipo de relações ou de vínculos mantinham com as universidades, com as academias de letras, com os institutos históricos e geográficos e com os demais centros de produção de saber da época? Qual a vinculação desses autores com os centros de poder? Que tipo de relações mantinham com os editores e com as editoras que os publicavam? Qual a importância dessas coleções para as editoras e os editores que as implementaram? Que tipo de repercussão tiveram? Qual a lógica dessas coleções? Questões que, somadas, traduzem uma interrogação mais ampla: em que medida, editoras, editores e coleções fornecem pistas interessantes para entender o sistema intelectual vigente no período? Ou, dito de uma outra maneira, é possível realizar uma etnografia do pensamento e do campo intelectual brasileiro a partir da análise dessas coleções?

I — "O Brasil começou a se apalpar"...

Sabe-se que a literatura, mais do que qualquer outro gênero de produção especializada de saber, contribuiu, de maneira decisiva, no Brasil, para a formação de uma consciência nacional e para a pesquisa da vida e dos problemas brasileiros.² Consciência dilacerada, é certo, criada e recriada sob uma permanente tensão: esta que, na feliz expressão de Antonio Candido, se experimenta, se expressa e se rege pela "dialética do localismo e do cosmopolitismo" (Cândido, 1980:89).³

Dessa tensão e do seu exercício, a literatura retira a sua força e a sua posição privilegiada na cultura brasileira; permitindo e mesmo forçando "a preeminência da interpretação poética, da descrição subjetiva, da técnica metafórica (da *visão*, numa palavra) sobre a interpretação racional, a descrição científica, o estilo direto" (Candido, 1980:131). Soberana até o século passado, serviu antes de tudo "para orientar e dar forma" ao pensamento brasileiro. Mas de 1870 até os anos 30-40 (período que nos interessa mais de perto) a literatura, se não perdeu a sua supremacia, teve sua posição alterada em função da emergência e consolidação de novas formas de saber, veiculadas pela ciência que então começava a se desenvolver no país.⁴

Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha, assinalam, segundo Antonio Candido, "um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira" (Candido, 1980:133). Diríamos hoje, à luz das pesquisas mais recentes, que a ciência, antes da publicação de *Os Sertões*, já havia entrado em cena, no Brasil, para dela não mais sair.⁵ O grande "mito novecentista" tinha a pretensão de explicar a tudo e a todos, através sobretudo das máximas do evolucionismo social, então hegemônicas. E é para a ciência que se voltam os "modernistas" de 1870, entre eles, Euclides da Cunha. Para ela e para os seus centros de irradiação: o fluxo cultural europeu, visto como "a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas como ele prometia" (Sevcenko, 1983:78).

Voltados para a Europa, mas de olho no Brasil: esta a marca — ou a sina? — dos

intelectuais da geração de 1870. Atribuindo-se e auto-representando-se como portadores de uma missão social, empenharam-se obstinadamente em criar um saber próprio sobre o país. Realizaram, para tanto, estudo dos mais variados aspectos da realidade brasileira, nas linhas propostas pelo cientificismo então triunfante. Pois, para eles, somente a ciência, consagrada como o “único meio prático e seguro de reduzir a realidade a leis, conceitos e informações objetivas”, seria capaz de garantir “uma gestão lúcida e eficiente do destino do país” (*op. cit.*, 85).

O empenho em conhecer, desvendar, investigar e mapear o Brasil e a sua realidade, bem como a tentativa de traçar simultaneamente os contornos da identidade nacional e da identidade social dos intelectuais brasileiros, inicia-se, de maneira sistemática, com a geração de 1870. Ela deu origem a uma busca⁶ que tenderá a se renovar e se ampliar, sob outras bases e pressupostos, nos anos 20,⁷ e se agudizará nos anos 30. Esses anos serão marcados pelo aparecimento de uma verdadeira enxurrada de “retratos” do país.

Nascido do imaginário do “outro”, feito nome primeiro e a realidade depois, o Brasil, para os intelectuais nativos, parece estar sempre por um triz, daí, talvez, a necessidade constante renovada de certifi-cá-lo.

A urbanização e a industrialização, signos da modernização pela qual passavam os centros urbanos brasileiros, notadamente o Rio e São Paulo, aliados à efervescência política e cultural sem precedentes dos anos 20, criaram as condições necessárias para que certos segmentos restritos das camadas médias pudessem produzir todo um conjunto de inovações e de experimentos culturais modernos, inéditos na história brasileira. No entanto, foi somente nos anos 30,⁸ após a eclosão e consolidação da Revolução, que essas experiências culturais, geradas no decênio anterior, deixaram de ser uma marca de transgressão, sofrendo, a partir de então, um “processo de rotinização e de normalização” (Candido, 1984:27).

O movimento de outubro (“um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’”, segundo Antonio Candido) provocou um incontestável processo de unificação cultural. Projetou “na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões” (*op. cit.*). Por esta razão, deve

ser entendido como “um eixo e um catalizador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalizando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova” (*op. cit.*).

Configuração esta que se expressou nos mais variados setores da vida cultural do país: na instrução pública, nas reformas do ensino primário e secundário, na criação de novas faculdades e das primeiras universidades brasileiras,⁹ na produção artística e literária, nos meios de difusão cultural e, sobretudo, na ênfase aos estudos e ao conhecimento da realidade nacional.

Os intelectuais, cingidos pelas ideologias políticas e religiosas do momento, numa polarização aguda entre os que optaram pelo comunismo e pelo fascismo, e praticada de uma maneira que antes era excepcional, se lançaram tanto no debate dos problemas políticos mais imediatos do país, como se voltaram para a investigação e estudo da nossa realidade. “O Brasil começou a se apalpar”.¹⁰ A realidade brasileira se tornou o conceito-chave do período,¹¹ encarnando-se nos estudos brasileiros de História, Política, “Sociologia”, Geografia etc. Tais estudos, pautados por um frenesi de reinterpretar o passado nacional, de interpretar e diagnosticar o presente, refletiram-se, de maneira notável, nas inúmeras coleções que lhes dedicaram as mais importantes editoras do período. Ganharam uma visibilidade excepcional, propiciada, em grande medida, pela consolidação e expansão do mercado de livros.

II — O surto editorial dos anos 30

“Em 1937, graças a Monteiro Lobato que desandou a imprimir livros de toda gente como um alucinado, fracassando comercialmente, mas provando que os mais completos analfabetos do país eram os livreiros antigos, o Brasil lê como só imaginávamos que pudesse ler em 1960”. H. Pongetti (1937).¹²

Indicativo do surto editorial e da nova condição desfrutada pelas editoras nos anos 30, foi a criação da revista *Anuário Brasileiro de Literatura*, especializada na divulgação e análise do movimento editorial. Editada e financiada, a partir de 1937, pelos Irmãos Pongetti, centralizava informações sobre os editores particulares, “os principais interessados nesse trabalho de divulgação e praticamente os únicos anunciantes” (Miceli, 1979:83). A sua exis-

tência evidencia a transformação pela qual passavam esses novos empresários de bens culturais. Até o início dos anos 20, editar era uma tarefa difícil levada a cabo por um número reduzidíssimo de imigrantes.¹³ Nos anos 30, passou a ser realizada por um número maior de pessoas: jovens e talentosos brasileiros que estabeleceram inúmeras editoras, principalmente nos centros urbanos de maior poder econômico, social e político, como o Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Renovando o mercado de livros e o seu produto, esses editores passaram a se reconhecer como grupo (conforme indica a publicação do *Anuário*), e a se representarem como portadores de uma "missão social" análoga a dos intelectuais. Eram os novos "heróis civilizadores", que se propunham a erradicar a miséria espiritual do país, através da produção desse novo alimento nativo: o livro nacional, editado no país e escrito por autores brasileiros. Afinal, "um país se faz com homens e livros", dizia Monteiro Lobato nos anos 20. Nos anos 30, esta frase seria adotada como lema pela Livraria José Olympio Editora, uma das mais importantes e prestigiadas editoras do período.

E nos anos 30, "lia-se como só se imaginava que seria possível em 1960". Mas o que se lia? Quem lia? Quem editava? Como se editava? Quem escrevia? Sobre o que se escrevia? O que tornou viável esse boom editorial? Tais são algumas das questões que tentarei precisar no decorrer do texto. Começemos pelo mais geral: as razões que viabilizaram a expansão do mercado editorial.

O processo de "substituição de importações", acentuado com a crise mundial de 29, repercutiu, de forma decisiva e benéfica, na indústria de bens culturais, notadamente de livros. Até o início dos anos 20, os livros de escritores brasileiros, além de escassos se comparados com o montante de títulos importados, eram, em sua maioria, impressos no exterior, principalmente na França e em Portugal. Publicar um livro era uma tarefa difícil, muitas vezes executada pelo próprio autor, em edições nunca superiores a 1.000 exemplares, pagas, quase sempre, por ele mesmo.

Nos anos 30, essa situação e a do mercado editorial em geral sofreram uma modificação substancial. O crescimento na edição de livros, segundo Laurence Hallowell foi fenomenal. "As cifras para São Paulo sugerem uma taxa de crescimento

na produção de livros, entre 1930 e 1936, de mais de 600%. Ninguém naquela época punha em dúvida uma realidade: a de que uma indústria editorial brasileira, viável, havia surgido praticamente do nada no período que se seguira à revolução" (1985: 337).

Pela primeira vez no Brasil as edições, por exemplo, dos romances se sucediam com "apenas meses de intervalo quando, pouco antes de 30, as edições de mil exemplares, demoravam meses e meses nas estantes, quando não se esgotavam pela distribuição dos escritores". As editoras, estimuladas pela procura de livros e pela quantidade de originais que lhes eram enviados, "disputavam os autores, aumentavam as suas tiragens, incrementavam os concursos... e o movimento editorial prosperava formidavelmente" (Fusco, 1940).

A ampla aceitação da literatura de ficção em geral e da literatura brasileira em particular, junto ao público, contribuiu de forma decisiva para a expansão do mercado editorial. Este, por sua vez, produziu um personagem inédito no Brasil: o romancista de tempo integral, que deixou de escrever apenas nas horas livres, antes ou durante o "expediente", e se tornou um profissional da literatura.¹⁴

A literatura criada por essa nova categoria de escritores, em função do seu cunho regional, propiciou aos leitores que a consumiam uma "visão renovada, não convencional do seu país, visto como conjunto diversificado mas solidário". Com efeito, segundo Antonio Candido, "foi notável a interpenetração literária em todo o Brasil, depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real, a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou de Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog" (1984:30).

Tão importante quanto a literatura de ficção, do ponto de vista do lucro perseguido e alcançado pelas editoras, foi o boom do livro didático. Conseqüência direta da ampliação da instrução elementar¹⁵ e do ensino secundário que criou um contingente numericamente significativo de novos leitores, para o qual destinavam-se preferencialmente os livros didáticos nacionalizados. Consolidou-se, assim, o livro escolar brasileiro que substituiu "a clássica

bibliografia estrangeira de tipo coleções de F.T.D. e F.I.C., série Royal, Readers, história de Raposo Botelho, matemático de Camberousse, física de Ganot, química de Bazin, geologia de Lapparent, história natural de Pison, etc., etc. A obrigação do curso seriado (anterior à Reforma Campos) propiciou o aparecimento de livros para as diferentes matérias que antes existiam sobretudo para o ensino primário de português e história da pátria” (Candido, 1984: 33).

O livro didático tornou-se um grande filão de lucro das editoras. Estas, por sua vez, num processo de “retroalimentação” constante, criaram inclusive coleções especializadas de literatura didática, adequadas aos novos programas e aos ideais dos reformadores educacionais. Com efeito, as obras didáticas e a literatura de ficção eram os gêneros “que propiciavam os maiores índices de lucratividade”¹⁶ e, por esta razão, “favoreciam, ao menos indiretamente, a concentração de recursos no campo editorial” (Miceli, 1978:89).

As editoras mais importantes faziam grandes investimentos na edição de ambos os gêneros. Segundo dados fornecidos por Miceli, no período de 1938 a 1943, as seis maiores editoras independentes (por ordem de importância) publicaram as seguintes porcentagens de livros didáticos e de obras de ficção (22), respectivamente: Cia. Editora Nacional, SP/RJ (26%, 22%); Editora Globo, Porto Alegre (11%, 36%); Editora José Olympio, RJ (1,5%, 33,5%); Editora Irmãos Pongetti, RJ (4%, 28%); Editora Francisco Alves, RJ (65%, 2,5%); Editora Melhoramentos, SP (28%, 7%).¹⁷ No conjunto, essas editoras publicaram um total de 22% de livros didáticos e 23% de obras de ficção.

É nesse contexto de expansão do mercado de livros, de interesse renovado pelo Brasil e de acirramento do debate ideológico que surgem tantas coleções com o objetivo explícito de apresentar o debate político dos anos 30, como as que se dedicam a revelar os aspectos mais variados da realidade brasileira. No primeiro caso, destacam-se as coleções *Azul*¹⁸ (editada pela Schmidt, a partir de 1932), *Problemas Políticos Contemporâneos* (criada em 1934, pela José Olympio), ambas com cunho nitidamente integralista.¹⁹ No segundo, a *Brasileira*, a *Documentos Brasileiros* e a *Biblioteca Histórica Brasileira*, para citar apenas as mais importantes.

Estas três últimas coleções serão analisadas no decorrer deste trabalho. Mas, para tanto, é necessário que se faça ainda uma apresentação das editoras e dos editores que as publicaram. Esse trabalho ajudará a contextualizá-las não apenas no quadro mais amplo dos anos 30 (parcialmente apontado no decorrer desse texto), como no interior do universo editorial que as viabilizaram.

III — As editoras e os editores, ou, “Editar é fazer psicologia comercial”

O surto editorial dos anos 30, como vimos, foi marcado pela criação de inúmeras editoras, concentradas sobretudo nos centros urbanos de maior poder econômico, político e social. Como mostra Miceli, “as instâncias de produção de bens culturais tendiam a se concentrar fortemente na região centro-sul: em 1937, os Estados de Minas Gerais, São Paulo e a então capital do país (Rio de Janeiro) detinham 59% das gráficas, sendo que o Estado de São Paulo dispunha sozinho de 32%. Pode-se observar uma tendência semelhante no setor editorial, sendo que três Estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) reuniam 61% das editoras” (Miceli, 1979:74). Ou seja, apesar do aumento do número de editoras, estas se localizavam basicamente em uma região do país. Aliado a isto, havia também uma tendência à concentração de lançamentos de títulos nas mãos de um número pequeno de editoras, que possuíam um domínio relativo do mercado. As seis maiores editoras, mencionadas anteriormente, controlavam “36% dos lançamentos, sendo que apenas as três primeiras detinham a parcela de 25% do mercado, que se distribuíam entre os 14% da Companhia Editora Nacional/Civilização Brasileira, os 6% da Editora Globo e os 5% da Editora José Olympio” (*op. cit.*, 83).

Outra característica importante dessas editoras, residia no fato de pertencerem, na maior parte das vezes, a uma única pessoa, o próprio editor. Não sendo este o caso, eram sociedades de uma mesma família ou de um grupo de amigos íntimos. No primeiro caso, encontravam-se a Companhia Editora Nacional, a José Olympio e a Martins; no segundo, as Editoras Globo, Pongetti e Amigos do Livro, para citar apenas as mais expressivas. Na ausência de uma tradição acionária (como ocorre em outros países), o editor brasileiro tor-

na-se não só uma figura chave de sua empresa (a sua morte pode, por exemplo, implicar o declínio e até mesmo a falência da editora) como transforma-se numa espécie de “herói cultural”. Posição desfrutada, entre outros, por Monteiro Lobato, Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins, sem dúvida, os editores mais importantes que o Brasil possuiu dos anos 20 aos anos 50.

Nesse sentido, uma história da indústria do livro, de suas publicações e do mercado editorial só se torna completa, no caso brasileiro, se acompanhada de uma exposição das trajetórias de seus editores. É isto que procuraremos fazer a seguir. Com a ressalva preliminar de que, para viabilizá-la, será necessário proceder a um recuo no tempo, de forma a captar não apenas a singularidade dessas trajetórias como o contexto mais amplo que lhes dá origem e sentido.

Vimos anteriormente que, até os anos 20, os livros brasileiros eram, em sua quase totalidade, impressos no exterior. Não existia, no Brasil, sequer uma empresa gráfica funcionando adequadamente; com o agravante de que o papel nacional era de péssima qualidade. Apesar da adversidade das condições do mercado de livros da época, havia um público — pequeno é bom frisar — de leitores, ávido por tudo que viesse de fora, principalmente por tudo aquilo que trouxesse a marca da cultura e da civilização européia. Por esta razão, algumas livrarias francesas não hesitaram em instalar filiais no país, como a Garnier no Rio de Janeiro e a Garraux em São Paulo, entre outras.

A Garnier, “reduto dos consagrados” (Sevcenko, 1983: 119), era freqüentada pela elite dos intelectuais cariocas. O mesmo acontecendo com a Garraux em São Paulo, ponto de encontro obrigatório da intelectualidade local, símbolo da civilização e da cultura, as duas máximas perseguidas pela burguesia paulistana da época.²⁰

E foi na Casa Garraux que José Olympio teve o seu primeiro emprego, aprendendo ali as “artes do ofício” necessárias, e no seu caso imprescindíveis, para o seu futuro desempenho como editor. Vejamos pois, sucintamente, o que foi a Garraux. Criada em 1863, por Anatolle L. Garraux (antigo empregado da livraria Garnier), era antes de tudo “um pedaço da França encaixado na Rua 15 de Novembro” (Barbosa, 1962: XXV). Ali se vendia de tudo, principal-

mente tudo que fosse estrangeiro, de tecidos a marrons glacês e inclusive livros.

A seção de livros ocupava, segundo Assis Barbosa, o “espaço maior dessa máquina heterogênea, criada por Garraux, como que para ‘civilizar’ São Paulo” (*op. cit.*: XXXIX). Por esta razão, ser gerente da livraria “era, por certo, uma posição de prestígio, não só pelo ordenado como pelo contato permanente e obrigatório com políticos e intelectuais, sem falar nos ricos fazendeiros e proprietários *snoobs* da cultura. Era a possibilidade de tratar, quase que de igual para igual, de potência a potência, com os grandes, os que mandavam, os que dirigiam São Paulo” (*op. cit.*). E foi com o gerente Jacinto Silva que José Olympio iniciou o seu aprendizado, por volta de 1918, graças a uma indicação do então governador do estado de São Paulo, doutor Altino Arantes, seu padrinho de crisma e conterrâneo de Batatais.²¹

José Olympio começou a trabalhar na Garraux, inicialmente atrás do balcão, executando tarefas banais: abria caixotes de livros novos, limpava a poeira das estantes e outros serviços do gênero. De limpador de caixas, foi promovido a ajudante de balconista. Seis anos depois, isto é, em 1926, assumiria a gerência da livraria, o cargo mais importante no quadro dos auxiliares da Garraux. Nessa década, a Garraux vivia os seus últimos anos de esplendor. “Todas as figuras preeminentes da cidade — da sociedade, da política e da vida intelectual — compareceriam quase que diariamente à livraria da moda” (Hallewell, 1985: 347). Desde o ex-governador Washington Luis, até os mais importantes modernistas, entre os quais, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti Del Picchia.

Enquanto José Olympio ia adquirindo, na livraria Garraux, muito dos conhecimentos e das relações pessoais que lhe proporcionariam o seu êxito posterior como um dos maiores editores dos anos 30; um outro paulista, Monteiro Lobato²² (1882-1948), dava os “primeiros passos para o renascimento da atividade editorial brasileira e que iriam revolucionar as perspectivas do autor brasileiro” (*op. cit.*, 236).

Filho e neto de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba, Monteiro Lobato recebeu a tradicional educação jurídica reservada aos membros de sua classe. Mas, antes mesmo de concluir a faculdade, já publicava artigos e contos que, segundo Hallewell, “tiveram seu *début* quando alguns de seus amigos

(Luiz Pereira Barreto, Plínio Barreto, Júlio Mesquita e Alfredo Pujol) lançaram a *Revista do Brasil*,²³ em 1916, e o convidaram para participar.

Um ano depois de ligar-se à revista, o avô de Lobato morreu deixando-lhe uma grande fortuna em terras. Ele, que já vinha elaborando amplos e diversificados projetos, “típicos de um empresário cultural” (Miceli, 1979: 17), vendeu a fazenda, apropriou-se da herança e mudou-se para São Paulo, em 1917, junto com a mulher e quatro filhos.

Parte do dinheiro adquirido com a venda da fazenda foi usado por Lobato para financiar a publicação de *Saci-Pererê*, e de *Urupês*, uma coletânea com 12 contos, com uma mensagem marcadamente nacionalista. Estes dois livros foram impressos na gráfica do *Estado de São Paulo*, jornal em que se destacava como colaborador regular. A primeira edição de mil exemplares de *Urupês* saiu em junho de 1918 e foi vendida em um mês, sendo reeditada sucessivas vezes em menos de dois anos. Em princípio de 1920, Lobato “arriscou uma nova edição de oito mil exemplares, tiragem quase inaudita para um livro brasileiro de ficção na época. Até 1923, tinham sido feitas nove impressões, totalizando trinta mil exemplares, número que, como a experiência demonstraria, representava aproximadamente o ponto de saturação do mercado para um livro de ficção naquela época” (Hallewell, 1985: 241).

Nesse meio tempo, Monteiro Lobato, que de colaborador frequente da *Revista do Brasil* havia se tornado seu diretor, adquiriu em 1918, o seu controle acionário, até então em mãos do grupo Mesquita. E, em março de 1919, lançou a “Monteiro Lobato e Companhia”, continuando ainda a usar o sinete editorial Edições da “Revista do Brasil”. A “companhia” era Octalles Marccondes Ferreira, um mineiro de 18 anos, e futuro dono da maior editora dos anos 30, a Companhia Editora Nacional.

A junção da Sinete da *Revista do Brasil* com a nova firma foi fundamental para o seu sucesso. Monteiro Lobato revolucionou, nos anos 20, todos os aspectos da indústria nacional de livros, em especial os seguintes domínios: a distribuição, a propaganda e o aspecto gráfico dos livros.

O arrojado editor se deu conta de que o mais sério problema enfrentado pelo livro brasileiro era a falta de uma rede adequada para sua distribuição: ao todo, no país, havia pouco mais de trinta livrarias. “Seu

primeiro passo foi aumentar os possíveis pontos de venda para perto de duzentos, utilizando a rede de distribuição da *Revista do Brasil*”. Em seguida, “escreveu a todos os agentes postais do Brasil (1.300 ao todo) solicitando nome e endereço de bancas de jornal, papelarias, farmácias ou armazéns que pudessem estar interessados em vender livros” (*op. cit.*: 245). O que, na prática, significou o estabelecimento de quase dois mil distribuidores espalhados pelo país, em todo tipo de loja de varejo. Segundo o editor, “os únicos lugares em que não vendi foi nos açougues, por temer que os livros ficassem sujos de sangue”.²⁴

Além dessas medidas de ordem “infra-estrutural”, Monteiro Lobato lançou uma ampla publicidade dos livros que editava nos jornais. Como um empresário moderno, se deu conta que a forma de propaganda então vigente no meio dos livreiros era antiquada e inoperante. Já não era mais possível, no seu modo de ver, que os livros fossem vendidos apenas pela recomendação verbal do livreiro a cada freguês, o que supunha um conhecimento íntimo de uma clientela muito reduzida. E era isto que fazia José Olympio na Livraria Garraux, nos anos 20, enquanto Lobato alardeava que se os livros deviam ser vendidos como sabão, eles precisavam ser anunciados enquanto tal. Ele descobriu a pólvora, numa época em que ler, comprar e frequentar livrarias era ainda e sobretudo símbolos de distinção, utilizados com esmero pela elite pensante — ou com pretensão a tal — do período.

Reformulou o projeto gráfico dos livros, principalmente as capas, evidentemente um aspecto nada desprezível para tornar um livro tão atraente como qualquer produto de consumo. O livro perdeu assim o seu aspecto recatado e, colorindo-se, profanou-se. “Mandei chamar desenhistas”, — dizia Lobato — “e mandei pôr cores ber-rantes nas capas, e também mandei pôr figuras”. O próprio título dos livros, se necessário, seria alterado. “Ponha de preferência um nome feminino — aconselhou certa vez a um autor — porque em cheirando a mulher lá dentro, os leitores concupiscentes compram ‘por ver’: *editar é fazer psicologia comercial*” (Lobato, 1959).

Dessa maneira, no início dos anos 20, a “Monteiro Lobato e Companhia” tornou-se um sucesso, comprovado por ininterrupto progresso de vendas. A firma vendia em média quatro mil livros por mês e, em 1921, publicava uma nova edição a cada

semana. Em 1923, tinha quase 200 títulos em catálogo, em grande parte de autores brasileiros. A marca "Monteiro Lobato" era de tal forma poderosa que parecia ser suficiente para vender livros por si só.

De fato, Monteiro Lobato — segundo Wilson Martins — "monopolizou toda a glória da imensa expansão editorial dos anos 20; graças ao seu extraordinário poder de auto-propaganda e ao meio privilegiado e prestigioso de publicidade que lhe proporcionaram a *Revista do Brasil* e o *Estado de São Paulo*" (1977:212).

Mas se a glória do editor foi notável, a sua queda também foi vertiginosa. Em 1925, quando a sua firma liquidou, o editor falido desfrutava, no entanto, a condição de autor mais vendido do país, nada menos que 250.000 exemplares. A sua falência se deveu, em grande parte, ao contexto mais geral de crise econômica que se abateu sobre o Brasil, após o *boom* do pós-guerra. Em 1923, ano em que a editora "Monteiro Lobato e Companhia" começou a sofrer os primeiros baques, o custo de vida havia atingido níveis insuportáveis (era quase o dobro em relação ao final da guerra). Essa situação atingiu em cheio a editora, principalmente porque Monteiro Lobato — com o propósito de renovar o projeto gráfico dos livros e com a intenção deliberada de editá-los no país — havia importado, dos Estados Unidos, as máquinas mais modernas de impressão e acabamento, no momento em que a taxa de câmbio em vigor estava particularmente desfavorável.

De 1923 a 1925, a editora viveu um quadro de ininterruptas crises que, somadas, promoveram a sua liquidação e contribuíram para o fim da experiência de Monteiro Lobato enquanto editor. Mas em novembro de 1925, a "companhia", Octalles Marcondes Ferreira, seu ex-sócio, fundava a Editora Nacional. E já se preparava para iniciar seu programa editorial com "cinco mil exemplares do primeiro de todos os livros escritos sobre o Brasil, o relato de Hans Staden de sua aventura entre os canibais, no século VI, *Meu Cativo entre os Selvagens Brasileiros*" (Hellewell: 268).

Enquanto isto, José Olympio assumia a gerência da Livraria Garraux e dava os primeiros passos em direção a sua futura atividade profissional. Seria, em breve, um livreiro e editor; mais que isto, seria, junto com Octalles Marcondes, o editor mais importante do Brasil nos anos 30.

Procuraremos a seguir acompanhar, sinteticamente e de maneira sincrônica, as trajetórias dos maiores editores dos anos 30 e de suas respectivas editoras: a Companhia Editora Nacional e a Livraria José Olympio Editora. É preciso, no entanto, ter em mente que o êxito de ambas não teria sido possível sem a experiência pioneira do editor Monteiro Lobato (que, entre outras coisas, provou que as obras de autores brasileiros podiam ser publicadas em bases comerciais) e sem o contexto favorável dos anos 30 (que, como vimos, propiciou o *boom* editorial do período).

Quando Octalles Marcondes fundou, em 1925, a Nacional, Monteiro Lobato ainda permaneceu ligado a esse novo projeto editorial. Sua contribuição efetiva, no entanto, não era mais como editor e sim como autor e tradutor de obras de língua inglesa. Como autor escreveu livros infantis de venda excepcional, imprescindíveis para o êxito da Nacional (pois toda nova editora necessita desesperadamente de um autor *best-seller* para sobreviver durante os seus primeiros anos).

Todo o trabalho efetivo de construção da Nacional coube a Octalles, que se definia como um editor tradicional. Realista nos negócios, restringiu a nova firma à atividade editorial, separando-a do setor gráfico,²⁵ tido por ele como a razão principal da falência da antiga Companhia. Ao mesmo tempo, concentrou a sua linha editorial na publicação de livros didáticos e na literatura de ficção, estrangeira e brasileira. Mas, diferentemente de Monteiro Lobato (cuja nítida preferência pelos problemas da hora e pela publicação de autores brasileiros do presente, lançou muitos escritores desconhecidos), Octalles, um conservador em matéria de literatura, editou apenas os nomes menos avançados e mais conhecidos (como por exemplo, Guilherme de Almeida, Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia). Apesar disso, "foi longe, noutros terrenos, como se comprova pela famosa *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, talvez o mais notável empreendimento editorial que o país conheceu até hoje" (Candido, 1984: 33). Esta coleção abrangia cinco sub-séries, entre elas, a *Brasiliana*, dirigida por Fernando de Azevedo.

O sucesso da Nacional foi notável. Se no início dos anos 30 já era a maior editora de São Paulo, em 1938 respondia por um terço de toda a produção do país. Este êxito se deveu, por um lado, a seu projeto editorial centrado principalmente na publi-

cação dos gêneros de maior rentabilidade (a literatura de ficção e as obras didáticas). E, por outro lado, à competência empresarial de Octalles Ferreira, principal responsável pelo crescimento e pela ampliação da editora.

Enquanto Octalles garantia a expansão da sua editora; através da aquisição, em 1932, da Civilização Brasileira (o que proporcionou à Nacional a posse de uma filial e de uma livraria estrategicamente localizada no Rio de Janeiro); José Olympio, após longos anos de aprendizado na Garraux, abriu em 1931 a sua livraria.

No final de 1932, José Olympio editou o seu primeiro livro: *Conhece-te pela Psicandlise*, tradução de um popular livro americano, que teve um impacto imediato junto ao público, não só no período como durante vários anos (prova disso foram as suas sucessivas reedições).²⁶ Todavia, os primeiros dois anos da editora foram marcados pela instabilidade política que tomou conta do Estado e em particular da cidade de São Paulo. Diante desse quadro, José Olympio só voltou a editar no início de 1933. Nesse mesmo ano, publicou *Os Párias*, de Humberto de Campos, que lhe proporcionou o lucro necessário para consolidar a sua editora. O livro foi um sucesso estrondoso de vendas e seu autor tornou-se a viga mestra do período inicial da José Olympio.

Em 1934, José Olympio mudou-se geograficamente para o Rio de Janeiro (instalando aí a sua nova "Casa", nome com o qual designava a sua Livraria Editora) e "comercialmente para a moderna ficção brasileira" (Hallewell: 357). Percebendo que o clima era favorável a tudo que dissesse respeito ao Brasil, José Olympio resolveu investir em romances e, mais ainda, no escritor brasileiro.

O momento era extremamente favorável para a literatura e foi no campo de edições literárias que José Olympio se especializou e se distinguiu. Vem daí o prestígio inigualável que ele adquiriu, nos anos 30, enquanto editor. Nem mesmo Octalles Marcadas que nesse período era dono da maior editora do país, desfrutava tal condição. Além disso, no ano de 1936 (o melhor de todos para a atividade editorial brasileira entre as guerras) foram publicadas, pela José Olympio, 66 novas edições. Entre elas, o primeiro número da coleção *Documentos Brasileiros*, sob a direção de Gilberto Freyre.

Em resumo, o êxito editorial de José Olympio deveu-se às seguintes razões. Em primeiro lugar, ao projeto editorial e gráfico de seus livros a mancha colorida com o desenho central em branco e preto, criada por Santa Rosa, tornou-se o "símbolo da renovação estética incorporada ao gosto público (Candido, 1984: 34). Em segundo, ao cuidado do editor em cultivar as amizades pessoais e o relacionamento com seus autores e, em especial, com os críticos. As apreciações dos últimos, quando favoráveis, eram incorporadas às orelhas dos livros. E por fim, à colaboração de vários escritores que ocupavam postos de relevo nos conselhos, institutos e outras instâncias do governo central.

* * *

A atividade editorial brasileira no período entre a guerra (1940-44) conheceu um novo surto de expansão e inúmeras editoras apareceram: "uma em cada esquina", segundo Edgar Cavalheiro.²⁷ Essa ampliação foi acompanhada por uma ênfase crescente nos autores estrangeiros e por uma diminuição do interesse pela literatura nacional, que já não possuía o florescimento dos anos 30. Nesse contexto, a Casa José Olympio viu-se privada da distinção que adquirira na década anterior, embora continuasse a ser — e por longo tempo — uma das editoras mais sólidas e bem sucedidas do país. Por outro lado, a criação da Editora Martins, localizada em São Paulo, contribuiu também para essa perda de *status* da José Olympio, na medida em que capitalizou muitas das atenções e da produção de importantes escritores e intelectuais da época.

E é sobre esta editora que falaremos a seguir, encerrando, assim, o presente segmento do texto. Para o propósito deste trabalho (cuja finalidade última é proceder a uma análise dos "novos retratos" do país), falta apenas acompanhar a trajetória do editor José de Barros Martins e de sua editora.

José de Barros Martins, assim como fizera José Olympio, abriu primeiro uma livraria e só depois fundou a sua editora. Mas ao contrário deste, Martins não tinha nenhuma experiência anterior no setor livreiro. Era, até 1937, escriturário do Banco do Brasil e estudante da Faculdade de Filosofia da USP (a qual não chegou a concluir, tendo ingressado posteriormente na Faculdade de Direito). Apesar disso, era um assíduo frequentador de livrarias e

de sebos da cidade. Antes de criar seu próprio negócio, importava livros para si mesmo e para alguns amigos.

Em 1937, pediu demissão do Banco e abriu, em São Paulo, a Livraria Martins, que no início de suas atividades dedicava-se sobretudo à importação de livros raros e de luxo, vindos principalmente da França, Inglaterra e Estados Unidos. O que fez da livraria um verdadeiro “clube de bibliófilos”, segundo Mário da Silva Brito (1969: XXIV). Ela veio preencher o lugar vazio deixado pela Garraux (que, em 1932 fechou definitivamente as suas portas), passando a ser freqüentada por expressivos nomes da sociedade paulistana.

A criação da livraria, transformada três anos depois em editora, ocorreu num contexto cultural extremamente favorável. A Universidade de São Paulo, em processo de consolidação, formava as suas primeiras turmas, ampliando as perspectivas de conhecimento e de pesquisa. Aliado a isto, o Departamento de Cultura, criado em 1935, por Mário de Andrade, funcionava como um centro de difusão de pesquisa e de debates culturais.

São Paulo voltava a recuperar a sua proeminência na vida cultural do país, readquirindo a posição que desfrutara na década de 20 e que perdera, até meados dos anos 30, para a antiga capital federal. Não foi por outro motivo que José Olympio, em 1934, mudou para o Rio de Janeiro, levando consigo a mulher, a “Casa” (a livraria editora) e vários dos mais importantes escritores e intelectuais do período (alguns deles ligados, até então, à Editora Nacional).²⁸

O “vazio cultural” deixado pela saída de José Olympio, só seria preenchido seis anos mais tarde com a criação, em 1940, da Editora Martins. É que Octalles Marcondes, não se prestava ao papel de agitador cultural, tão bem desempenhado por José Olympio, no Rio de Janeiro. Ao contrário da Editora José Olympio que se distinguira pela especialização em um gênero particular, a Nacional investia nas áreas mais diversificadas, ainda que notadamente na literatura de ficção estrangeira (como os romances policiais, por exemplo, gênero tido como menor pela crítica da época) e em obras didáticas. Por esta razão, Octalles, o maior editor independente do país, nunca chegou a ter a reputação de José Olympio.

No mundo editorial, o prestígio assim como o lucro — indício seguro de uma

editora bem sucedida — são os mais cobiçados predicados. É por meio do prestígio que os editores se diferenciam do simples comerciante e do empresário. E mais: é, através dele, que os negócios editoriais parecem perder a sua dimensão “profana”, e ganhando uma espécie de “aura”, que os demais empreendimentos empresariais dificilmente chegam a possuir um dia (a não ser em contextos sociais e políticos muito particulares).²⁹ O prestígio, por recobrir a condição primeira de empresários de bens culturais, é um dos meios que os editores dispõem para serem reconhecidos e se reconhecerem como sujeitos destinados a uma missão social de alcance e importância consideráveis. Pelo menos no Brasil e no período em questão, este parece ser o caso.

Nenhuma outra pessoa soube tão bem construir essa imagem do editor predestinado a cumprir uma missão, quanto José de Barros Martins. Deixamos que ele fale por si “Não podemos fugir à constatação de que as coisas do espírito foram sempre relegadas a um plano secundário entre nós. Aos editores caberia o nobre encargo de suprir as deficiências dos poderes públicos. *A eles, o encargo da função cultural que o País suplicava.* O Brasil é um país de auto-didatas, sem escolas, sem cursos especializados. (...) Num tal ambiente *o papel reservado aos editores é, indiscutivelmente, de tremendas responsabilidades.* O livro, como instrumento de trabalho e de cultura, eis o que lhe compete produzir, quase sempre enfrentando as condições mais adversas. *Nenhum outro laboratório ou campo de aprendizagem servirá talvez de melhor espelho para vermos, entendermos e amarmos o Brasil do que o escritório de um editor.* Com o romancista, ele ausculta as angústias e esperanças, os sofrimentos e alegrias do seu povo. Com o sociólogo, estuda os problemas da formação, desenvolvimento e futuro do País. Com os poetas, canta a ternura de nossas mulheres e embala-se no ritmo da nossa gente. Com o pintor e ilustrador analisa e marca os nossos tipos e os ambientes que constituem a característica de nossa paisagem humana. Mas o escritório de um editor ainda tem mais coisas. Tem, por exemplo, os jovens estudantes do entusiasmo e de esperança que ali vão, tímidos e indecisos, levar em humildes originais, os melhores sonhos que os embalaram, as melhores esperanças do futuro” (1950 21/22; grifos meus).

A fala transcrita exige a sua contextualização na trajetória da editora e do editor que a pronunciou. Como mencionei anteriormente, José de Barros Martins fundou, em 1940, o seu próprio departamento editorial, que ficou sobre a direção de Edgard Cavalheiro (futuro biógrafo de Monteiro Lobato). A criação da editora parece ter sido estimulada pela deflagração da Segunda Guerra Mundial, visto que a livraria já não poderia mais sobreviver com a importação de livros vindos da Europa. Nesse mesmo ano, editou o primeiro volume da *Coleção Biblioteca Histórica Brasileira*, confiada ao então bibliotecário municipal de São Paulo e conhecido bibliófilo, Rubens Barbosa de Moraes; assim como o primeiro número da *Biblioteca de Ciências Sociais*, empreendimento inédito no país, sob a direção do sociólogo norte-americano, Donald Pierson.

Por sua fama de anti-getulista convicto, Martins atraiu para a sua editora muitos dos escritores perseguidos pela ditadura do Estado Novo (1937/1945), entre eles, Jorge Amado. Conforme sugere Hallewell, “para um editor que iniciava seu negócio sob o Estado Novo, o programa de José de Barros Martins talvez fosse mais notável pelo que não continha. A inabalável recusa em publicar o que quer que fosse favorável ao regime, ou à sua filosofia, era tão eficiente para rotulá-lo de ‘subversivo’ quanto teria sido a publicação de material contrário ao regime” (*op. cit.*: 417).

A nova editora atraiu não só os adversários convictos do regime como grande parte dos intelectuais e escritores mais expressivos da época. “Eram os de São Paulo que vinham, os do Rio, os do Sul e do Norte”. A toda hora, pela editora, segundo Silva Brito, “apareciam artistas e escritores, poetas e romancistas, sociólogos e economistas, historiadores e professores, enfim pessoas que, de algum modo, a ela se ligavam como amigos, escritores e colaboradores” (*op. cit.* XXIV).

Os colaboradores tiveram um peso importante no êxito da Martins. Compunham o que se pode chamar hoje de *staff* da editora. Vários deles eram professores da Universidade de São Paulo e/ou integrantes do Departamento de Cultura, como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, João Cruz Costa, Eurípedes Simões de Paula, Herbert Baldus, Pierre Monbeig, e os já mencionados Rubens Borba de Moraes e Donald Pierson. Estes colaboradores, sob

a constante supervisão de Martins, foram os principais responsáveis pelo seu programa editorial, cuja singularidade marcante (quando comparado com os programas das demais editoras importantes) deve-se à quase absoluta edição de autores brasileiros.³⁰

Além da singularidade de seu programa editorial, merece ser destacado o primoroso trabalho gráfico e estético, uma marca da Martins. As demais editoras, com exceção da José Olympio, pouco fizeram neste setor. Os livros da Martins eram o resultado de um cuidadoso trabalho de edição, revelado na escolha de tipos, nos belos capitulares, nas ilustrações, na diagramação, no papel e sobretudo nas capas, criadas por artistas como Clóvis Graciano, Darcy Pentead, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Iberê Camargo, Di Cavalcanti, entre outros.

A importância que a Martins teve, nos anos 40, deveu-se ao cuidado gráfico e estético de seus livros, a seu projeto editorial, ao *staff* de seus colaboradores e, principalmente, ao trabalho realizado por seu editor. José de Barros Martins soube fazer de sua editora, do seu escritório de trabalho e inclusive de sua própria casa, um centro de confluência e de irradiação dos intelectuais, artistas e escritores da época. Martins conseguiu tal destaque graças, por um lado, ao seu empenho em cultivar as relações pessoais e, por outro, ao seu trânsito no universo cultural e intelectual da época, notadamente paulista. Pois, além de editor, era um agitador cultural, tendo sido também diretor do Departamento de Cultura de São Paulo.³¹

Uma vez mencionado o empenho de Martins em bem se relacionar com os escritores, artistas, críticos e intelectuais, vale a pena chamar a atenção para um outro tipo de atividade que realizava com uma certa frequência, fora de seu escritório de trabalho. Refiro-me às festas, às recepções “regadas com uísque digno”, aos jantares de “boa comida e de finos vinhos”, que promovia em sua própria casa, sob o “comando” de sua mulher, Edith Martins. Reuniões que, segundo Silva Brito, “homenageavam amigos, autores seus, escritores de outros estados. Noitadas de alegria, com Paulo Mendes de Almeida e Aparecida, sua mulher, dançando tangos ao modo dos cabarés anteriores à Revolução de 30; com Almirante historiando a evolução da música brasileira; com trios seresteiros de violão, cavaquinho e flauta; ou Araci de Al-

meida revivendo Noel Rosa; ou Dorival Caymi e suas cantigas baianas; ou Jacó do Bandolim e seus chorinhos. Noites de festa para Lúcia Miguel Pereira e Octávio Tarquínio de Souza, para Érico Veríssimo, José Lins do Rego, para quem não me lembro mais, com Sérgio Milliet cantando *Junto da Morena*, sua tradução de *Au Pres de Ma Blonde*; Mário de Andrade em versões que fizera de outras modas francesas; Sérgio Buarque de Hollanda em canções estudantinas de Heidelberg; com Antonio Candido imitando presentes e ausentes; com o próprio José de Barros Martins desfilando e desfiando descabelados e *arraballeros* tangos ou inventando *boutades* e divertidas fábulas em recente improviso" (1967: XXXVI).

Além desses encontros festivos, José de Barros Martins, por duas vezes, em 1950 e em 1957, editou dois livros dedicados à história da sua editora, que não se destinavam ao circuito comercial. Edições comemorativas e restritas, de mil e poucos exemplares, feitas em papel *bouffant* e, em número menor, em papel vergé finlandês.³²

Qual o sentido dessas edições e dos eventos festivos mencionados acima? Auto-propaganda? Ou simples manifestação de desperdício do editor? Esta última seria a questão de alguém que, imbuído de uma "razão prática", vê o mundo a partir de uma ordem estritamente pragmática. E, desse ponto de vista, festas e livros não voltados para o mercado são como dinheiro jogado fora. Porém na ordem da cultura a racionalidade é outra. Pois, como se sabe, festas, jantares "finos" e, no caso, livros "sacrificados" são como "excedentes" simbólicos (ritualisticamente oferecidos), cuja função, se assim podemos dizer, é a de atualizar a lógica da dádiva,³³ tornada arcaica nas sociedades que, como a nossa, são reguladas pelo mercado. Dito de outro modo, festas, recepções e livros fora de circulação comercial são como um dos instrumentos privilegiados de aquisição de prestígio para quem os promove. E isto José de Barros Martins sabia praticar com maestria. Prova disso está, como vimos, no sucesso alcançado por sua editora, devido mais à reputação que adquiriu no meio intelectual, artístico, literário e editorial, do que ao montante de títulos e de exemplares publicados.³⁴

No final da década de 50, porém, José de Barros Martins, o "príncipe dos edito-

res brasileiros", teria que dividir o seu reinado com aquele que assim o qualificou e o suplantou: Ênio Silveira, da Civilização Brasileira. Nos anos 60, esta editora se tornaria o mais importante canal de divulgação da moderna literatura brasileira, européia e americana.³⁵ E seria a grande responsável pela renovação do mercado editorial do período.

Encerramos aqui a história de uma linguagem e de seus herdeiros, iniciada nos anos 20 com Monteiro Lobato. Seus sucessores diretos, Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio, José de Barros Martins e por fim Ênio Silveira, foram os principais responsáveis pela circulação e visibilidade que adquiriram "os retratos do Brasil". Numa tradição que se iniciou em 1931 com a *Coleção Brasileira* (seguida pela *Documentos Brasileiros* e pela *Biblioteca Histórica Brasileira*) e parece esgotar-se com *Retratos do Brasil*, na década de 60.

De lá pra cá muita coisa aconteceu e o Brasil mudou é certo, mas é certo também que esses "retratos", por si mesmos, já não despertam grande interesse e estão, num certo sentido, anacrônicos. Estamos hoje, parece, mais "seduzidos" pela "paixão" de "olhar" os interstícios da História e pelo fascínio de pensar sobre o próprio pensamento — nosso e dos outros — do que por exercitar as "artes da cartografia": uma marca das coleções que analisaremos no próximo segmento. Sinal dos tempos? Mudança dos paradigmas explicativos? Transformações no campo intelectual brasileiro? Alterações do perfil das instituições de produção do saber? Reflexos da indústria cultural? Ou indício também de que a lógica editorial de hoje já é outra?

IV — As coleções: Uma análise comparativa

As coleções *Brasileira*, *Documentos Brasileiros* e *Biblioteca Histórica Brasileira* são o resultado da articulação do sistema de produção intelectual com o sistema editorial, vigentes nos decênios de 30, 40 e 50. Esta articulação, por sua vez, diz respeito à situação mais geral da cultura brasileira.

Diferentemente do que se verifica, desde os finais do século XIX na Europa, onde assiste-se a um processo de autonomização de determinadas esferas da cultura, não ocorre aqui, até a década de 50, uma diferenciação nítida entre um pólo de produção cultural restrito e outro de produção

ampliada, voltado e conectado com o mercado. Ao contrário, como sugere Renato Ortiz, “entre nós as contradições de uma cultura artística e outra de mercado não se manifestam de forma antagônica” (1988: 29). Exemplos? O escritor editor, o literato jornalista, o pensador polivalente, o antropólogo radialista, o jornalista crítico literário. O trânsito entre essas esferas constitui a norma, marcando de maneira indelével a produção cultural no país, no período que se estende dos finais do século passado à década de 50.³⁶

O trânsito entre esferas culturais distintas é praticado, com frequência, pelos intelectuais da época. Frente a uma indústria cultural embrionária e diante da ausência de campos profissionais claramente delimitados (o que só irá ocorrer com a consolidação do sistema universitário), eles se voltam para o Estado,³⁷ por reconhecê-lo como o espaço privilegiado por onde passa a questão nacional (isso vale tanto para os que o apoiaram no regime de Vargas, como para os isebianos que o criticaram). Por outro lado, os intelectuais formados no interior do campo de produção de saber da época (recoberito pelas academias de letras, institutos históricos e geográficos, faculdades de direito, de medicina, de engenharia e, em número significativamente menor, pelas faculdades de ciências sociais e de educação) se dirigem para o mercado editorial, que, como vimos, conheceu uma expansão impressionante no decênio de 30, acentuada nas décadas posteriores.

As coleções, nesse contexto, aparecem como um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento da época. Por esta razão, devem ser analisadas como um dos “requisitos institucionais” que moldaram o perfil do campo intelectual do período.

É necessário enfatizar que as coleções também cumprem um papel importante no mundo editorial, embora não garantam às editoras que as implementam um montante significativo de lucro. A *Brasiliana*, por exemplo, que conheceu o seu *boom* na década de 30 e meados dos anos 40, passou, a partir de então, a dar prejuízos sistemáticos à Nacional. Sua continuidade só foi possível graças aos subsídios do governo federal, feitos através da compra de 500 exemplares de cada livro pelo Instituto Nacional do Livro.

Mas se o lucro não é o motivo que explica a existência dessas coleções (visto

que a *Brasiliana*, por exemplo, continuou a ser editada até o início dos anos 70, apesar de condições materiais adversas), qual seria então a sua razão de ser? Esta se encontra no “lucro” indireto que os editores e suas editoras ganham com a sua publicação. “Lucro” este que pode ser traduzido por meio do trânsito e da distinção que adquirem junto ao meio intelectual, artístico, literário e editorial da época.

Os editores, através dessas coleções, parecem afirmar a sua “missão” específica, na medida em que o trabalho de editar, por ganhar um sentido cultural mais amplo, torna-se um dos principais canais de difusão, ampliação e consolidação da cultura brasileira. Dessa maneira, procuram mostrar que, assim como fizera antes Monteiro Lobato, *não editam para “mais facilmente ficarem ricos”* e sim para cumprirem a “função cultural” que o país lhes “exige” (Martins, 1950). Nesse sentido, as coleções (enquanto espaço privilegiado para a atualização dessa “missão” e, ao mesmo tempo, enquanto fonte de prestígio e de *status*) aparecem como símbolos emblemáticos de distinção a marcar e sinalizar as diferenças entre os próprios editores.

Por outro lado, através da caracterização das editoras que as viabilizaram, é possível apontar aspectos importantes do universo intelectual do período. Aspectos estes que dizem respeito às diferenças significativas entre o Rio de Janeiro e São Paulo, em termos de seus contextos culturais mais amplos. Enquanto parte importante do *staff* de colaboradores da José Olympio parecia mais ligada ao *establishment* (particularmente no período de violência do Estado Novo)³⁸ a Martins, uma espécie de microcosmo da vida cultural paulistana, congregava tanto os intelectuais envolvidos nos projetos do Departamento de Cultura, como os intelectuais inseridos na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola de Sociologia e Política. Já a Nacional, a maior editora da época, portadora de um projeto mais diversificado (voltado sobretudo para a edição de obras de ficção, estrangeira e nacional, e para a publicação de livros didáticos) revelava-se uma editora mais profissional, na medida em que mantinha uma certa distância das questões políticas e ideológicas que dividiam os intelectuais, sobretudo nos anos 30 e 40.

Fontes de prestígio para os editores que as viabilizaram, lugar de consagração para

os autores editados, as coleções são antes de tudo uma porta de entrada para a compreensão do universo intelectual e cultural dos anos 30, 40 e 50. Caracterizam-se pela edição de autores representativos do período e pela reedição de autores nacionais e estrangeiros, especialmente dos viajantes.

Semelhantes em vários aspectos, temáticos e formais, apresentam uma estrutura geral similar ao "modelo euclidiano" de apreensão da realidade, tal como aparece em *Os Sertões*. Isto é, trata-se de uma produção centrada sobretudo na caracterização da Terra (leia-se geografia, biologia, botânica, arqueologia), do Homem (viajantes e cronistas, antropologia e etnologia, folclore, memórias, etc.). A *Luta*, por sua vez, refere-se menos aos aspectos conflituosos da história brasileira, e mais à *tensão* que se pode detectar, no interior da *Documentos Brasileiros* e da *Brasiliana*, entre os ensaios de interpretação sobre o Brasil e os trabalhos de cunho historiográfico.

Apesar de seguirem este "modelo euclidiano" de organização e leitura da realidade, as coleções apresentam diferenças relevantes que merecem ser destacadas.

A *Brasiliana*

A *Brasiliana*, criada em 1931, fazia parte de um projeto editorial mais amplo, lançado pela Nacional e intitulado *Biblioteca Pedagógica Brasileira* — BPB. Esta coleção subdividia-se em cinco séries distintas, quais sejam: *Literatura Infantil*, *Atualidades Pedagógicas*, *Livros Didáticos*, *Iniciação Científica* e a *Brasiliana*.

Fernando de Azevedo³⁹ (1894-1974) foi encarregado por Octalles Marcondes Ferreira de organizar a B.P.B., tendo sido responsável pela direção tanto da *Brasiliana* (dirigiu-a até 1958, sendo substituído a partir de então por Américo Jacobina Lacombe) quanto da série *Livros Didáticos*. Esta última pretendia renovar e consolidar o livro didático brasileiro.

Em carta endereçada a Venâncio Filho,⁴⁰ em fevereiro de 1934, Fernando Azevedo expõe ao amigo o projeto e a situação das coleções acima referidas.

"Conversando hoje com o Octalles a respeito da B.P.B., assentamos certas medidas de extensão editorial e cultural, para cuja execução de acordo com o nosso plano, precisamos da colaboração do que o professorado, no Brasil, tem de melhor. Você sabe que esse plano interessa diretamente

tanto à obra de renovação escolar como aos professores em geral, e particularmente aos editados. Dos alunos, não se fala, que serão os primeiros atingidos pela ação da B.P.B.

Pretendemos agora desenvolver largamente e intensamente as séries *Atualidades* e *Iniciação Científica* e a série de *Livros Didáticos* (poemas, livro de textos e livros fontes) que é a série fundamental, na qual terão de se apoiar as outras. A *Brasiliana* e a *Literatura Infantil*, pode-se dizer que já têm condições de vida própria.

A vista disso, peço-lhe com o maior empenho que me indique nomes e me auxilie na escolha de professores para escrever livros escolares de todas as matérias que constituem o curso secundário. Os melhores livros, os mais bem feitos e bem apresentados, os mais modernos e vivos, pelo preço muito barato, não serão um grande serviço à reorganização da educação pública no Brasil?" (grifos do autor).⁴¹

Enquanto um dos mais destacados educadores brasileiros, engajado desde os anos 20 no movimento pela renovação pedagógica da escola pública, designado por "escola nova", Fernando de Azevedo encontrará na implementação desse projeto editorial um dos canais para a concretização do seu projeto educacional mais amplo. Aliado a ele, o empenho na divulgação da cultura e do pensamento brasileiro, uma marca da *Brasiliana*. Mas na ordem de prioridades, a educação, como explicita Fernando de Azevedo na carta transcrita acima, ocupa o lugar central.

A série *Livros Didáticos* é não apenas a mais fundamental como deve servir de referência para todas as outras. E para viabilizá-las, diretor e editor lançam mão de uma iniciativa até então inédita no campo editorial brasileiro. Inauguram a prática de encomendar aos autores os livros específicos para as coleções.

Os educadores e os chamados pensadores conservadores são, nos anos 30, os dois grandes grupos de especialistas aptos a responderem a essa demanda editorial. E mais, a fixarem, através de complexas análises sobre a organização política e social brasileira, "o repertório de problemas que, sob roupagens lingüísticas as mais variadas, se vem transmitindo de geração em geração até hoje" (Santos, 1978: 39). Análises estas que foram difundidas sobretudo pela *Brasiliana* e pela *Documentos Brasileiros*.

* * *

Os livros da *Brasiliana*, editados em formato pequeno (13 de largura por 18,5 cm de altura), possuem uma capa padronizada: um contorno do mapa do Brasil, pontilhado de estrelas. O que muda de título para título são as suas cores. As orelhas também são padronizadas. No verso, indicações das futuras publicações, na frente, uma apresentação da coleção, feita invariavelmente nos seguintes termos:

“A 5.^a série, que figura na B.P.B., com o título de *Brasiliana*, é a mais vasta e completa coleção e sistematização que se tentou, até hoje, de estudos brasileiros. Esta série compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos etc.), de reedição de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros.

Todos os que se dedicavam a estudos sobre o Brasil eram unânimes em reconhe-

cer as grandes dificuldades criadas para as suas investigações, pela raridade de informações e de consulta, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase todas dispersas. A Companhia Editora Nacional propôs-se a coligir estas obras, reeditá-las e a promover e estimular a produção deste gênero, reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documentário. A aceitação que granjeou desde logo a *Brasiliana* veio provar a utilidade e o alcance desta iniciativa de coordenação e de sistematização de estudos e de pesquisas sobre assuntos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos”.

A *Brasiliana* editou, entre 1931 e 1960, 211 autores e publicou 307 títulos,⁴² classificados em 18 gêneros distintos, conforme revela o quadro de assuntos que construímos, indicado a seguir:

QUADRO N. 1
GÊNEROS EDITADOS PELA BRASILIANA ENTRE 1931-1960

Assunto	1931-40	1941-50	1951-60	1931-60	
História	49 (25,0%)	20 (37,0%)	5 (13,5%)	74 (24,1%)	
Biografia e Memória	40 (19,3%)	14 (18,8%)	8 (21,6%)	60 (19,5%)	
Viajantes e Cronistas	24 (12,2%)	18 (24,3%)	3 (8,1%)	45 (14,6%)	
Ensaio de Interpretação sobre o Brasil	25 (12,7%)	4 (5,4%)	2 (5,4%)	31 (10,0%)	
Geografia	19 (9,6%)	4 (5,4%)	3 (8,1%)	26 (8,4%)	
Antropologia e Etnologia	14 (7,1%)	5 (6,7%)	5 (13,5%)	24 (7,8%)	
Sociologia e Estudos de Comunidade	1 (0,5%)	3 (4,0%)	7 (18,9%)	11 (3,5%)	
Educação	5 (2,5%)	1 (1,3%)	—	6 (1,9%)	
Medicina e Saúde	3 (1,5%)	1 (1,3%)	1 (2,7%)	5 (1,6%)	
Língua Brasileira e Línguas Indígenas	4 (2,0%)	—	—	4 (1,3%)	
Correspondência	3 (1,5%)	—	1 (2,7%)	4 (1,3%)	
Economia	3 (1,5%)	—	—	3 (0,9%)	
Folclore	2 (1,0%)	—	1 (2,7%)	3 (0,9%)	
Arqueologia	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)	
Botânica	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)	
Biologia	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)	
Outros	2 (2,0%)	1 (1,3%)	1 (2,7%)	4 (1,3%)	
TOTAL	17	196 (100%) Títulos	74 (100%) Títulos	37 (100%) Títulos	307 (100%) Títulos

Entre os gêneros mais editados no período (1931/60), destacam-se por ordem de importância: história (24,1%), biografia e memória (19,5%), viajantes e cronistas (14,6%), ensaios de interpretação sobre o Brasil (10%), geografia (8,4%), antropologia (7,8%), que, somados, detêm 83,1% dos gêneros publicados, equivalentes a 256 livros.

As análises de tipo historiográfico ocupam o lugar central da coleção. São uma espécie de paradigma no qual se move o pensamento social da época, refratando-se de maneiras distintas nos demais gêneros, particularmente nos trabalhos de cunho biográfico (dedicados à apresentação de alguma personalidade da nossa história social, política, ou literária) e nos ensaios de interpretação sobre o Brasil (escritos por pensadores polivalentes que transitam por áreas diversificadas do conhecimento, como Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Alberto Torres, para citar apenas os mais conhecidos).

A preocupação em desvendar aspectos variados da história do Brasil (inclusive de sua literatura) é constante, aparecendo porém com ênfases variadas ao longo da trajetória editorial da *Brasiliana*. As análises historiográficas, nas décadas de 30 e 40, ocupam uma posição destacada, perfazendo respectivamente 25% e 27% dos livros editados no período. O que se explica pelo movimento de "redescoberta" do país, produzido em grande parte pelo pensamento social da época que reintroduziu, a partir de novas chaves analíticas e políticas, o debate sobre a questão da cultura e da identidade nacional.

É, pois, no interior desse contexto mais amplo que se deve buscar as razões tanto para a produção de ensaios não especializados de interpretação sobre o Brasil, de cunho "sociológico" (e que, no caso da *Brasiliana*, contribuem com 12,2% e 54% dos títulos editados respectivamente nas décadas de 30 e 40), como para reedição de cronistas e de viajantes, sobretudo daqueles que, através de expedições científicas, percorreram o país ao longo do século XIX.

Matizando a filosofia racionalista do século XVIII e as reflexões de natureza detratadora para pensar e explicar a América (exemplarmente formuladas por Buffon),⁴⁴ os viajantes, como Saint Hilaire, Karl Martius, Johann Spix, Louis Agassiz, Louis Couty,⁴⁵ entre outros, produziram uma nova visão do Brasil, expressa por meio

de um conhecimento diversificado e sólido de múltiplos aspectos de sua realidade.

O que explica a importância que seus relatos de viagem adquirem para o pensamento social e para o sistema editorial dos anos 30 e 40. Décênios de intensa pesquisa e interpretação do país e de sua história. Nesse contexto, os viajantes, por oferecerem um conhecimento seguro sobre a flora, a fauna, os costumes e a geografia física e humana do Brasil no século passado, tornam-se uma fonte obrigatória de consulta para todos os que se propunham a interpretá-lo. Na *Brasiliana*, seus relatos perfazem, na década de 30, 12,2% do total de títulos editados. Na década de 40, alcançam o montante de 24,3%. Nesse decênio, a editora Martins cria a *Biblioteca Histórica Brasileira*, dedicada especificamente à reedição de alguns dos viajantes mais importantes. Esta coleção existiu até 1952, tendo publicado ao todo 19 títulos. Mas seu momento de glória situa-se entre 1940/45, período em que foram publicados 78,9% dos seus títulos (equivalentes a 15 livros), sob a direção editorial de Rubens Borba de Moraes.

Na década de 50, porém, esse tipo de literatura sofre uma queda. Na *Brasiliana*, atinge apenas 8,1% dos títulos editados. Os trabalhos historiográficos e biográficos acompanham este movimento de refluxo, embora mantenham uma posição importante no interior da coleção (13,5% e 21,6%). Outros gêneros ganham destaque, como a antropologia e a etnologia (13,5%), e a sociologia e os estudos de comunidade (18,9%), que juntamente com os ensaios biográficos, disputam o primeiro lugar no elenco dos títulos publicados.

As análises de cunho sociológico, nas décadas de 30 e 40, representam uma parcela ínfima dos títulos da *Brasiliana* (0,5% e 4%). O primeiro livro de sociologia, no sentido estrito da palavra, foi por ela publicado em 1939: *Assimilação e Populações Marginais*, de Emílio Willems.⁴⁶ Antes, de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia, nas palavras de Antonio Candido, "aparecia mais como um 'ponto de vista' do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil (Candido, 1976: 130).

As análises sociológicas e os estudos de comunidade começam a ser produzidos nos anos 40, devido à criação de cursos superiores de graduação em ciências sociais (como os da Faculdade de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo e os da Universidade do Brasil) e da articulação dessas instituições de ensino com pesquisadores estrangeiros, particularmente americanos e franceses. Data desse período a criação da *Biblioteca de Ciências Sociais*, dirigida por Donald Pierson⁴⁷ e editada, entre 1943/50, pela Martins. Durante os 7 anos de sua existência foram publicados 11 títulos de autores estrangeiros: — antropólogos e sociólogos —: 3 entre 1943/45 (27,2%), e 8 entre 1945/50 (72,7%).

O fato, porém, desses estudos só ganharem destaque, na *Brasiliana*, na década de 50, deve-se fundamentalmente a que esta coleção (assim como a *Documentos Brasileiros*, que trataremos depois) expressar e refletir o universo intelectual dos anos 30 e 40, que encontra no ensaio a sua forma privilegiada de expressão. Esta tradição

ensaística, rompida em parte na década de 50, dará lugar a emergência de um novo sistema intelectual — constituído no interior da produção científica-universitária — que sinalizará a partir de então o pensamento social brasileiro.

Nesse contexto mais geral de formação e consolidação de uma nova matriz disciplinar, recoberta pelas ciências sociais em sua vertente institucional, a *Brasiliana* perde a importância que adquirira nos anos de 30 e 40. O que pode ser averiguado através do montante de títulos publicados no decorrer de sua trajetória. Entre 1931 e 1960, como vimos, foram editados 307 livros, alocados da seguinte forma: 196, entre 1931/40; 74, entre 1941/50; e apenas 37, entre 1951/60. Esses números correspondem, respectivamente, a 63%, 24% e 12% do total de títulos.

A *Brasiliana* editou, entre 1931 e 1960, 211 autores. Desse total, 162 publicaram apenas 1 livro. O restante, correspondente a 145 títulos foram escritos por 49 autores, distribuídos da seguinte maneira:

QUADRO N. 2
DISTRIBUIÇÃO DOS AUTORES E DOS TÍTULOS EDITADOS
PELA BRASILIANA ENTRE 1931-1960

Total de Títulos	307	100% dos Títulos
Total de autores	211 (100% dos autores)	
Número de autores com 9 títulos	1 (0,4% dos autores)	2,9% dos títulos
Número de autores com 8 títulos	1 (0,4% dos autores)	2,6% dos títulos
Número de autores com 6 títulos	3 (1,2% dos autores)	5,8% dos títulos
Número de autores com 5 títulos	1 (0,4% dos autores)	1,6% dos títulos
Número de autores com 4 títulos	4 (1,6% dos autores)	5,2% dos títulos
Número de autores com 3 títulos	11 (5,2% dos autores)	10,7% dos títulos
Número de autores com 2 títulos	28 (13,2% dos autores)	18,2% dos títulos
Número de autores com 1 título	162 (76,7% dos autores)	52,7% dos títulos

Entre os autores mais editados,⁴⁸ encontram-se: Pedro Calmon (1902-1985), com 9 títulos, e Saint-Hilaire (1779-1853), com 8 livros. De um lado, um viajante, natura-

lista francês, que aqui esteve na primeira metade do século XIX, deixando juntamente com seus trabalhos de botânica, relatos minuciosos de suas viagens pelo interior

do país.⁴⁹ De outro, um advogado baiano, formado em 1924 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que paralelamente à atividade de professor catedrático de história e de direito público em várias instituições de ensino da antiga capital federal (Colégio Pedro II, Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, Universidade Santa Ursula, PUC e Museu Nacional), trabalhou também na imprensa como redator dos jornais *O Imparcial*, da *Gazeta de Notícias* (RJ) e da *A Tarde* (Bahia). Em 1948, tornou-se reitor da Universidade do Brasil e, em 1950, Ministro da Educação e Saúde. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras (em 1936 ocupou a cadeira n. 16). Além dessas atividades, Calmon foi candidato derrotado ao governo da Bahia (em 1954 pela legenda do PSD) e deputado estadual e federal pelo mesmo estado (em 1927 pelo PR, quando seu tio Francisco G. Calmon era governador; em 1934 na legenda da Concentração autonomista).⁵⁰

No primeiro caso, um representante exemplar da ciência que se produzia no século XIX (naturalista, classificatória, que toma a flora, a fauna, o clima, as gentes e os costumes, como objetos de sua investigação). No segundo, um autor "polivalente", portador de uma vasta obra historiográfica de cunho tradicional mas de curto alcance intelectual, quando comparada com a produção teórica veiculada pelos "interpretativistas" (como Oliveira Viana e Gilberto Freyre, por exemplo), que transitava pelas esferas da política e da academia.

Abaixo de Saint-Hilaire, na ordem de classificação dos autores mais editados pela *Brasiliana*, situam-se: Francisco de Oliveira, Alfredo Ellis Júnior e Pandiá Calógeras, cada qual com 6 livros editados. Cabe enfatizar que todos eles foram publicados no decênio de 30 e primeira metade da década de 40.

Oliveira Viana (1883-1951), o mais conhecido de todos, e um dos mais destacados ensaístas, dedicou-se à interpretação e análise do país, feitas por meio de uma perspectiva teórica que visa "a percepção de contrastes, oposições e polarizações" (Santos, W.G. 1978: 45). Crítico enfático da 1.ª República e de sua constituição, oponente do liberalismo, defensor de um Estado forte para "organizar a nação", Oliveira Viana foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Instituto Internacional de Antropologia.⁵¹

Alfredo Ellis Júnior (1896—), paulista, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1917, integrou o Movimento Literário Verde Amarelo — que se pautava por um nacionalismo extremado — e colaborou em vários órgãos da imprensa paulista e brasileira. Advogado, romancista, contista e historiador, ocupou a cátedra de História da Civilização da Faculdade de Filosofia da USP, tendo se tornado seu diretor entre 1939-1941. Foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, além de deputado estadual em 1925 e novamente em 1934.⁵²

Por fim, Pandiá Calógeras (1870-1934), engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1890, cinco vezes deputado federal pelo PR de Minas, ministro da guerra entre 1918-1922, e o deputado mais votado em 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, pelo PP. Foi também escritor, jornalista e conferencista, tendo publicado 68 títulos sobre diferentes temas, nas áreas de História, Psicologia, Finanças, Indústria, Administração, Política e Pedagogia.⁵³

Autores estes que, em comum, apresentam, de um lado uma trajetória fortemente marcada pela inserção na vida política do país. De outro, uma produção teórica de tipo ensaístico, construída na confluência da história com a economia, a política e o jornalismo, cujos parâmetros balizadores são dados pelas instituições do tipo academias de letras,⁵⁴ faculdades de direito, institutos históricos e geográficos, e não pelas ciências sociais, em sua vertente institucional.

* * *

A Documentos Brasileiros

Esta coleção, criada em 1936 pela editora José Olympio, teve até 1959, dois diretores: Gilberto Freyre entre 1936/39, e Otávio Tarquínio de Souza entre 1939/59. Após a morte de Tarquínio, ocorrida em final de 1959, o cargo de diretor permaneceu vago por quase dois anos. Em 1962, passou a ser ocupado por Afonso Arinos de Mello Franco.

Os livros da *Documentos Brasileiros*, editados em formato grande (14,5 de largura por 23 cm de altura), possuem uma capa mais austera, também padronizada (criada pelo artista gráfico e colaborador

da editora, Tomás Santa Rosa), na qual consta a palmeira, símbolo da coleção. Os livros, graficamente mais bem cuidados do que os da *Brasília*, trazem quase sempre prefácios, além das orelhas e, eventualmente, ilustrações de renomados artistas, como Portinari, Clóvis Graciano, entre outros.

O título inaugural da coleção, o clássico *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, traz a seguinte apresentação do diretor, Gilberto Freyre:

“A série que hoje se inicia (...) vem trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio. O característico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta coleção será a objetividade. Animando-a o jovem editor José Olympio mais uma vez se revela bem de sua geração e do seu tempo.

(...) O editor já tem em mãos um grupo de estudos e de inéditos interessantíssimos, que vão aparecer nesta série. *Não se trata de uma aventura editorial, mas de uma coleção planejada e organizada com o maior escriptulo e com todo o vagar*, visando corresponder não só às necessidades do estudioso como à curiosidade intelectual de todo brasileiro culto pelas coisas e pelo passado do seu país.

(...) Serão (também) incluídos estudos documentados sobre as nossas populações atuais. Quer do ponto de vista antropológico e etnográfico, quer do ponto de vista sociológico, econômico, pedagógico. Inquéritos, pesquisas, sondagens, investigações, mapas, perfis sociais que sirvam de documentação exata à técnica de trabalho, ao gênero de habitação, à dieta, aos estilos de vida, ao modo de falar, ao desenvolvimento físico e mental do brasileiro de hoje — o das cidades, o das praias, o dos sertões, o caboclo do extremo norte, o mestiço, o paulista, o adulto, o escolar, a criança. Para a apresentação de material dessa natureza contamos com a boa vontade e a colaboração dos nossos pesquisadores mais capazes, todos interessados na maior divulgação de dados colhidos em regiões diversas do Brasil, e sob critérios diferentes, mas que esclareçam ou fixem proble-

mas de interesse geral para o nosso país e para o nosso tempo. (...) É com o fim de revelar material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos mais significativos, que aparece esta coleção”. (grifos meus).

A proposta da *Documentos Brasileiros* não difere em termos gerais da *Brasília*, apesar da ênfase de Gilberto Freyre em demarcar a sua singularidade, seja através da menção ao fato de que “não se trata de uma aventura editorial mas de uma coleção planejada e organizada”, seja pela ausência explícita de qualquer referência ao empreendimento da Nacional.

Não se trata, no entanto, de uma simples questão de cópia, pois, ainda que a *Brasília* seja a matriz desse tipo de projeto editorial, ambas se articulam em torno de um mesmo sistema de produção intelectual, constituído no cruzamento das instituições de “saber” reconhecidas da época com o jornalismo e a crítica literária. Isto explica o motivo de apresentarem um modelo parecido de análise e leitura da realidade. Explica também o fato de serem concorrentes e de “disputarem” os autores mais representativos desse sistema, e o público que os lêem. Daí a referência de Gilberto Freyre tanto ao estudioso e ao “brasileiro culto” (vulgo leitor), como à “colaboração dos nossos pesquisadores mais capazes”.

Os gêneros privilegiados pela *Documentos Brasileiros* (memórias e biografias, ensaios “sociológicos” e historiográficos, etc.) são semelhantes aos da *Brasília*, embora em número menor e com pesos distintos. A diferença entre elas é sobretudo regional, enquanto a primeira é mais ligada ao campo intelectual carioca e nordestino — que parece atribuir maior distinção ao exercício da literatura e de sua crítica —; a segunda acompanha mais de perto o movimento intelectual e cultural de São Paulo, o que explica o aumento do peso dos trabalhos sociológicos, estrito senso, ao longo de sua trajetória.

* * *

Entre 1936 e 1960, a *Documentos Brasileiros* publicou 107 títulos,⁵⁵ classificados em 9 gêneros, conforme indica o quadro abaixo:

QUADRO N. 3
GÊNEROS EDITADOS PELA DOCUMENTOS BRASILEIROS ENTRE 1936-1960

Assunto	1936-40	1941-50	1951-60	1936-60
Biografia e Memória	9 (34,6%)	15 (38,1%)	16 (38%)	40 (37,3%)
História	8 (30,7%)	10 (25,6%)	10 (23,8%)	28 (26,1%)
Ensaio e interpretação sobre o Brasil	9 (34,6%)	7 (17,9%)	9 (21,4%)	25 (23,3%)
Antropologia e Etnologia	—	7 (7,6%)	2 (4,7%)	5 (4,6%)
Cronistas e Viajantes	—	2 (5,1%)	2 (4,7%)	4 (3,7%)
Folclore	—	1 (2,5%)	2 (4,7%)	3 (2,8%)
Geografia	—	1 (2,5%)	—	1 (0,9%)
Outros	—	—	1 (2,3%)	1 (0,9%)
TOTAL	8 26 (100%) Títulos	39 (100%) Títulos	42 (100%) Títulos	107 (100%) Títulos

Entre os gêneros mais editados no período (1936/60), destacam-se, por ordem de importância: biografias e memórias (37,3%), história (26,1%), e ensaios de interpretação sobre o Brasil (23,3%), que somados detêm 86,7% dos gêneros publicados, equivalentes a 94 livros.

As biografias e as memórias ocupam, portanto, o lugar central da coleção. Referem-se a alguma personalidade importante da vida política, social, cultural e, sobretudo, literária do país. Seguem o modelo mais geral dos trabalhos historiográficos, que aparecem em segundo lugar no elenco dos títulos, seguidos pelos ensaios de interpretação sobre o Brasil — uma marca da *Documentos Brasileiros*, dada a sua constância no decorrer de sua trajetória editorial.

Para que possamos compreender o peso relativo desses gêneros é necessário situá-los nos períodos em que foram publicados. Entre 1936/40, os ensaios de interpretação sobre o país conhecem o seu ápice (34,6%), disputando com os trabalhos biográficos e memorialísticos (34,6%) o 1.º lugar no conjunto de títulos. Na década de 40, porém, os ensaios de interpretação sofrem uma queda, preenchendo o 3.º lugar, logo após os trabalhos historiográficos (25,6%). As biografias mantêm a posição de destaque, enquanto os trabalhos antropológicos e etnológicos (7,6%), assim como os relatos de viagem (5,1%) ganham uma certa projeção. Vale a pena lembrar que nessa década, os viajantes e cronistas foram largamente

“consumidos”, como atestam a sua situação na *Brasiliiana* — 2.º lugar — e a criação da *Biblioteca Histórica Brasileira*, especializada na sua divulgação.

Por fim, na década de 50, os ensaios de interpretação sobre o país, embora permaneçam em 3.º lugar, contribuem com uma parcela importante dos títulos (21,4%). Este dado aparece como a primeira diferença significativa em relação ao que ocorre na *Brasiliiana*, onde desde a década de 40 totalizam apenas 5,4% dos livros publicados. A segunda diferença expressiva refere-se à ausência das análises sociológicas, estrito senso, e dos estudos de comunidade. Na *Brasiliiana*, ao contrário, esse tipo de literatura ganha, no decorrer de sua trajetória, um destaque cada vez maior (9,5% na década de 40, e 18,9% na década de 50, quando, juntamente com os livros biográficos e de memórias, disputam o 1.º lugar no conjunto dos títulos).

Estas diferenças, entretanto, não repercutem negativamente na coleção da José Olympio. Diferentemente do que ocorre com a *Brasiliiana*, em termos da diminuição de sua importância no cenário intelectual paulista (devida em grande parte à consolidação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas FFLCH da USP e à ascensão da sociologia como disciplina científica que irá produzir novos modelos explicativos da realidade e deflagrar a criação de novos projetos editoriais, como atesta a coleção *Biblioteca de Ciências Sociais* da Editora Martins), o mesmo não se verifica

com a *Documentos Brasileiros*. O que talvez possa ser explicado pela configuração específica do campo intelectual carioca, e pelo processo particular de institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro.

A *Documentos Brasileiros* editou, entre 1936 e 1960, 107 títulos, distribuídos da seguinte maneira: 26 (24,2%) entre 1936/40; 39 (36,4%) entre 1941/50; 42 (39,2%) entre 1951/60. O que indica a estabilidade da sua trajetória editorial (situação bem distinta daquela que se verifica, a partir do final dos anos 40, com a *Brasiliiana*). Vale ressaltar também que o momento de maior importância da coleção, verificado pelo montante de títulos publicados, corres-

ponde ao período de vigência do Estado Novo: entre 1937/45 foram editados 50 títulos, equivalente a 46,7% do total dos livros. O que se explica se levarmos em consideração o fato de que o *staff* de colaboradores da José Olympio abrangia vários intelectuais ligados ao regime, como o próprio diretor da coleção, Otávio Tarquínio de Souza.

Os 107 títulos editados, entre 1936/60, foram escritos por 66 autores. Desse total, 50 publicaram apenas 1 livro. O restante, correspondente a 57 títulos, foram redigidos por 16 autores, conforme revela o quadro abaixo:

QUADRO N. 4
DISTRIBUIÇÃO DOS AUTORES E DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELA
DOCUMENTOS BRASILEIROS ENTRE 1936-1960

Total de Títulos	107	100% dos Títulos
Número de autores publicados	66 (100% dos autores)	
Número de autores com 13 títulos	1 (1,6% dos autores)	12,1% dos títulos
Número de autores com 6 títulos	1 (1,6% dos autores)	5,6% dos títulos
Número de autores com 4 títulos	3 (4,8% dos autores)	11,1% dos títulos
Número de autores com 3 títulos	4 (6,4% dos autores)	11,2% dos títulos
Número de autores com 2 títulos	7 (11,2% dos autores)	13,0% dos títulos
Número de autores com 1 título	50 (75,7% dos autores)	46,7% dos títulos

O quadro transcrito acima fornece uma visão do modelo de publicação da *Documentos Brasileiros*, onde uma parcela pequena de autores (16) detém mais da metade dos livros publicados (57 títulos equivalentes a 53,2% do total).

Diferentemente do que ocorre com a coleção da Nacional, a *Documentos Brasileiros* publica principalmente obras de autores contemporâneos a sua trajetória editorial, sobretudo de seus próprios diretores (Gilberto Freyre e Otávio Tarquínio de Souza, com respectivamente 13 e 6 livros, tendo sido editados também pela *Brasiliiana*) e de autores a eles ligados afetiva e intelectualmente. Situação bem distinta da que

se verifica na *Brasiliiana* que, além de editar um número expressivo de autores do passado, publicou apenas um livro de seu diretor, Fernando de Azevedo.

Por outro lado, o fato de editar um conjunto mais restrito de autores, parece conferir à coleção uma importância maior que a desfrutada pela *Brasiliiana*. Raridade e distinção parecem caminhar juntas; isto vale inclusive para o setor editorial, ao menos no período coberto por este trabalho. Assim, se a *Biblioteca Pedagógica*, na qual se inclui a *Brasiliiana*, pode ser apontada como "o mais notável projeto editorial que o país conheceu até hoje", segundo Antonio Candido, é certo também que o seu

prestígio jamais se igualou ao da *Documentos Brasileiros*. Esta parece ser o local de máxima consagração para os autores, na medida em que apresenta um perfil de publicação mais colado à produção intelectual do período, sobretudo carioca e nordestina.

Os autores mais editados,⁵⁶ entre 1936 e 1960, são, por ordem de importância: Gilberto Freyre e Otávio Tarquínio de Souza. Em terceiro lugar, Luís Viana Filho, Nelson Werneck Sodré, Luís da Câmara Cascudo. Por fim, em quarto lugar, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Lima, Elói Pontes Lúcia Miguel Pereira (esposa de Otávio Tarquínio de Souza).

Estes nomes são representativos do sistema de produção intelectual do período, que é fortemente marcado pela *tensão* entre os interpretativistas (como por exemplo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Viana) e os pensadores mais tradicionais (como Otávio Tarquínio de Souza, Luís Viana Filho, Pedro Calmon, entre outros) que, se não possuem o “cacife” intelectual dos primeiros, “controlam” os locais institucionais de consagração dos intelectuais da época (como as academias de letras, as cátedras das faculdades de direito, os espaços dos jornais destinados à crítica literária, etc.). Senão vejamos:

Gilberto Freyre (1900-1987), o mais conhecido ensaísta brasileiro, após concluir os estudos secundários no colégio americano de Recife, partiu em 1918 para os EUA, onde permaneceu cinco anos. Inicialmente foi aluno de Baylor — uma universidade metodista de pouca repercussão intelectual — tendo aí se bacharelado em Artes Liberais, com especialização em Ciências Políticas e Sociais. Em seguida, graças à influência de Oliveira Lima, fez estudos de pós-graduação na renomada Universidade de Colúmbia, onde obteve o mestrado e doutorado em Ciências Políticas, Jurídicas e Liberais. Ali foi aluno de Boas, o principal responsável por seu futuro veio teórico, pautado no relativismo cultural e na recusa dos determinismos raciais e geográficos. Em 1923, após uma viagem prolongada pela Europa, Gilberto volta ao Brasil, instalando-se novamente em Recife. Nesta cidade, exerce uma atividade constante na imprensa, inclusive como crítico de literatura, e atua junto ao grupo que integrará o movimento regionalista e tradicionalista, que abriu caminho para o advento do ro-

mance nordestino. Em 1930, se auto-exila: parte primeiro para a Europa e depois, em 1931, para os Estados Unidos a convite da Universidade de Stanford, na condição de professor visitante. Em 1932, volta a Recife e no ano seguinte entrega ao editor Augusto Schmidt os originais de *Casa Grande & Senzala*. Entre a publicação deste livro e a criação do Instituto Joaquim Nabuco (seu grande projeto institucional, viabilizado na sua gestão enquanto deputado federal pela UDN, em 1945), “a fama de Gilberto Freyre se alastra pelo mundo. Suas obras começam a ser estudadas em universidades estrangeiras, e *Casa Grande & Senzala* é traduzida para o espanhol (1942) e o inglês (1946)” (Freston, 1987: 43). Apesar disso, recusou sistematicamente os convites para cátedras em universidades estrangeiras (Yale e Harvard) e brasileiras, exceção feita ao período em que ensinou Sociologia e Antropologia Cultural na Universidade do Distrito Federal (1935/37), a convite de Anísio Teixeira.⁵⁷

Otávio Tarquínio de Souza (1889-1959) o segundo diretor da *Documentos Brasileiros* e o segundo autor mais editado por ela, iniciou ainda estudante a carreira de crítico literário. Após concluir a Faculdade de Direito, em 1917, no Rio de Janeiro, trabalhou na administração dos Correios e Telégrafos, onde chegou a ser diretor. De 1928 a 1932 foi procurador do Tribunal de Contas da União. Colaborou em vários jornais cariocas como *A Noite*, *O País*, *O Jornal* e os *Diários Associados* (nos dois últimos exercia a crítica literária). Dirigiu a *Revista do Brasil* na sua terceira fase (1938/43), bem como a *Revista do Comércio* (entre 1946/48) com Afonso Arinos de Melo Franco (que se tornaria, em 1962, o terceiro diretor da *Documentos Brasileiros*). Romancista de um único livro, foi prolixo em outras áreas, como historiador da vida política brasileira e como biógrafo.⁵⁸

Luís Viana Filho (1898-), formou-se em 1929 na Faculdade de Direito da Bahia, iniciando, ainda no tempo de estudante, sua atividade jornalística como redator do jornal *A Tarde* (Salvador). Em 1940, conquistou as cátedras de direito internacional privado da Faculdade de Direito da Bahia, e de história do Brasil da Faculdade de Filosofia do mesmo estado. Em 1954, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de n. 22. No plano acadêmico, dedicou-se ao direito e

à história, escrevendo também biografias de autores consagrados da vida literária e política do país (como Rui Barbosa, Machado de Assis, Barão do Rio Branco etc.). No plano político, construiu sua carreira inicialmente como candidato opositorista aos governos de Vargas, elegendo-se deputado federal pela Bahia, em 1933, 1945 e 1950 (nas duas últimas pela legenda da UDN). Em 1962, tornou a ser eleito deputado federal pela UDN, apoiando dois anos depois o movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart. Chefe do Gabinete da Casa Civil da Presidência entre 1964/66, desincompatibilizou-se desse cargo para assumir o governo da Bahia. Em 1974 foi eleito senador pela Arena.⁵⁹

Luís da Câmara Cascudo (1898-), estreou no jornalismo, em Natal (cidade em que nasceu), aos 20 anos, publicando artigos no periódico de seu pai, *A Imprensa*. Nesse período, iniciou a Faculdade de Medicina da Bahia, mas não a concluiu, tendo bacharelado-se em direito, em Recife, oito anos depois. Diferentemente da maioria dos jovens intelectuais nordestinos que migravam para o Rio (como Pedro Calmon, Luís Viana Filho, entre outros), Câmara Cascudo (assim como Gilberto Freyre), após concluir os seus "estudos superiores", retornou a sua cidade natal. Ali exerceu a atividade de jornalista (colaborando em jornais locais e também em *O Estado de São Paulo*) e de professor de direito e de etnologia, respectivamente nas Faculdades de Direito e de Filosofia da Universidade do estado. Lecionou ainda no Colégio Estadual. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia de Letras do estado (fundada por ele, em 1936). Notabilizou-se como folclorista.

Nelson Werneck Sodré (1911-), cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro (cidade em que nasceu) e, posteriormente, a Escola do Estado-Maior do Exército, entre 1948/50. Chefiou o curso de História Militar na instituição em que se formou, e dirigiu o curso de Formação Histórica do Brasil no Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB. Ao lado da atividade de historiador do país, dedicou-se também à crítica e história da literatura brasileira.⁶⁰

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), o quarto escritor mais publicado pela *Documentos Brasileiros*, autor do consagrado ensaio histórico-sociológico, *Raízes do Brasil*, fez as primeiras contribuições literárias e jornalísticas para o *Correio Paulistano*, *A Cigarra* e a *Revista do Brasil*, ainda

em seus tempos de estudante, em São Paulo. Aí participou da Semana de Arte Moderna de 1922, tendo integrado o grupo da revista *Klaxon* e fundado a revista *Estética*. Em 1925, no Rio de Janeiro, formou-se na Faculdade de Direito, mas jamais exerceu a profissão. Trabalhou nesse período como jornalista para periódicos nacionais e como correspondente da United Press, na Alemanha (onde enfrontou-se nas tendências do pensamento historicista). De volta à antiga capital federal, em 1930, lecionou História Econômica Contemporânea e Literatura Comparada na Faculdade de Filosofia da Universidade do Distrito Federal até a sua extinção em 1939. Trabalhou no Instituto Nacional do Livro e na Biblioteca Nacional, colaborando também como crítico literário para o *Diário de Notícias*. Em 1946, mudou-se para São Paulo e, embora continuasse a escrever para o *Diário Carioca* e para a *Folha de S. Paulo*, dedicou-se principalmente às pesquisas históricas. Membro da Academia Paulista de Letras, diretor do Museu Paulista (1946/56), foi ainda professor de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia da USP, onde lecionou até 1964, ano em que se aposentou em protesto contra o decreto do governo militar que punia vários professores de diversas universidades do país. No decorrer de sua vida, fez inúmeras viagens ao exterior, tanto para lecionar em universidades como professor-visitante (na Itália, no Chile e nos EUA), como em missão cultural. No plano político, fez-se reconhecido como democrata de tendência socialista, ajudando a fundar, em 1947, o Partido Socialista e, em 1980, o Partido dos Trabalhadores.⁶¹

Elói Pontes (1888-), construiu sua carreira como jornalista da imprensa carioca, estreando no jornal *A Tribuna*. Trabalhou também na revista *Ilustração Brasileira* e manteve por um longo tempo uma seção de crítica literária no jornal *O Globo*, onde era seu principal redator. Publicou romances e livros biográficos de escritores renomados como Euclides da Cunha, Raul Pompéia, Machado de Assis e Olavo Bilac.

Por fim, Oliveira Lima e Lúcia Miguel Pereira, as duas exceções no quadro dos autores mais editados pela coleção José Olympio. O primeiro por não ser contemporâneo a sua trajetória editorial; a segunda por ser a única mulher a alcançar, no interior de um sistema de produção intelectual marcadamente masculino, a prestigiada condição de escritora mais publicada. O

que, para além das suas qualidades intelectuais, explica-se pelo fato de ser casada com Otávio Tarquínio de Souza, no período em que este dirigia a coleção.

Oliveira Lima (1867-1928), nasceu em Recife, mas passou praticamente a sua infância e juventude em Lisboa, onde bacharelou-se no Curso Superior de Letras, seguindo a carreira diplomática. Dedicou-se também ao trabalho de historiador do Brasil — particularmente de Pernambuco — e de sua literatura. Visitava com frequência o país de origem, tendo participado juntamente com José Veríssimo, Graça Aranha, entre outros, da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896 (cujo projeto foi idealizado na sala de redação da famosa *Revista Brasileira*). Em 1903, ocupou a cadeira n. 39 dessa academia, dela se desligando em 1917 por discordar frontalmente do pagamento de jetons para os acadêmicos que comparecessem às suas sessões. Oliveira Lima fez, enquanto diplomata, inúmeras viagens e mudanças, fixando residência em Washington, no final de sua vida. Nos Estados Unidos, deu curso nas universidades de Harvard e Williamstown, tendo doado a sua valiosa biblioteca à Universidade Católica da capital americana. É considerado, ao lado de Boas, como a grande influência na formação intelectual de Gilberto Freyre, que costumava frequentar a sua residência no período em que realizava os seus estudos graduados e pós-graduados nos EUA.

Lúcia Miguel Pereira (1903-1959), nasceu em Minas Gerais, mas morou no Rio de Janeiro junto com a família (seu pai, Miguel Pereira era um médico-cientista de projeção nacional) e posteriormente com o marido. Iniciou a sua carreira literária aos 28 anos, colaborando no prestigiado *Boletim Ariel*, dirigido por Agripino Grieco e Gastão Cruls. Colaborou ativamente na imprensa carioca (*Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *Revista do Brasil*, na sua terceira fase) escrevendo também para *O Estado de São Paulo*. Foi romancista, escritora de literatura infantil, crítica e historiadora da literatura brasileira (fez um estudo sobre Machado de Assis e sua obra, e uma biografia sobre Gonçalves Dias).⁶²

Estas informações, embora restritas, são suficientes para detectar não só o perfil dos autores mais editados pela *Documentos Brasileiros*, como o modelo de produção intelectual do período — de caráter ensaís-

tico e marcado pela tensão entre os interpretativistas e os escritores tradicionais. Enquanto os primeiros produzem uma leitura renovada do país, de sua realidade, e de sua história; os segundos dedicam-se sobretudo ao trabalho de historiar e biografar personalidades políticas e literárias, o que era feito em profusão. Os biografados, por sua vez, parecem ser escolhidos em função do capital de relações sociais, políticas e institucionais mobilizado por seus biógrafos (vide os casos de Otávio Tarquínio de Souza, de Lúcia Miguel Pereira, Luiz Viana Filho, Elói Pontes).

Por outro lado, o exame destas biografias permite apreender o padrão das carreiras intelectuais da época. Os autores mencionados, apesar das particularidades biográficas, apresentam trajetórias semelhantes, construídas na intersecção do jornalismo e da crítica literária com as instituições prestigiadas da época (museus, academias de letras, faculdades de direito e em menor número de filosofia, institutos históricos e geográficos), aliadas à inserção na vida política do país. Nesse contexto, a literatura parece ser simultaneamente a grande matriz do pensamento e a condição para o reconhecimento dos autores.

A articulação das trajetórias desses autores e de sua produção permite, portanto, visualizar o campo intelectual no qual se movem tanto os “grandes” como os “pequenos” escritores do período. Campo este, vale lembrar, moldado também pelas “coleções brasileiras”.

Por fim, gostaria de sublinhar que a produção dessas coleções, por referir-se a esse sistema intelectual, perderá nos anos 60, devido ao movimento de institucionalização e consolidação das ciências sociais,⁶³ a supremacia que desfrutou nos decênios de 30 e 40, especialmente. A década de 60, no plano acadêmico, assistirá a criação de novos paradigmas explicativos da realidade e de novos projetos editoriais. Prova disso é a coleção *Corpo e Alma do Brasil*⁶⁴ dirigida pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso e dedicada principalmente à divulgação da produção científica feita sob a forma de dissertações e teses em ciências sociais. O Brasil continuará a ser o palco privilegiado de interesse e de investigações, feitas, no entanto, a partir de novos termos. As análises sociológicas ganharão primazia, desfocando a literatura, e ocupando assim o lugar da produção ensaística de cunho histórico-biográfico e social.

ANEXO 1
 COLEÇÃO BRASILIANA
 CLASSIFICAÇÃO DOS AUTORES MAIS PUBLICADOS ENTRE 1931-1960

Autores mais editados	1931-35	1936-40	1941-45	1946-50	1951-55	1956-60	Total 1931-60
Pedro Calmon	2	4	3	—	—	—	9
Saint-Hilaire	2	5	1	—	—	—	8
F. de Oliveira Viana	3	1	1	1	—	—	6
Alfredo Ellis Júnior	2	2	1	1	—	—	6
J. Pandiá Calógeras	3	3	—	—	—	—	6
Cândido de Melo Leitão	1	3	1	—	—	—	5
J. F. de Almeida Prado	1	1	1	—	—	1	4
A. Batista Pereira	4	—	—	—	—	—	4
A. C. Tavares Bastos	—	4	—	—	—	—	4
Estevão Pinto	1	—	1	—	—	2	4
Anibal Matos	—	2	1	—	—	—	3
Gustavo Barroso	1	1	1	—	—	—	3
Primitivo Moacir	—	2	1	—	—	—	3
Afonso de Taunay	1	1	1	—	—	—	3
Edgard Roquete Pinto	1	2	—	—	—	—	3
R. Nina Rodrigues	1	2	—	—	—	—	3
João Dornas Filho	—	2	—	—	—	1	3
Ennes Ernesto	—	1	1	1	—	—	3
Afrânio Peixoto	—	1	1	1	—	—	3
Artur Ramos	—	1	1	1	—	—	3
J. Antonio Soares Souza	—	1	1	1	—	—	3

Obs.: Incluídos apenas os autores com três ou mais títulos editados.

ANEXO 2
 COLEÇÃO DOCUMENTOS BRASILEIROS: CLASSIFICAÇÃO DOS
 AUTORES MAIS PUBLICADOS ENTRE 1936-1960

Autores	1936-40	1941-45	1946-50	1951-55	1956-60	Total 1936-60
Gilberto Freyre	3	5	2	3	—	13
Otávio Tarquínio de Souza	2	2	—	1	1	6
Luis Viana Filho	1	—	2	—	1	4
Nelson Werneck Sodré	1	2	—	—	1	4
Luis da Câmara Cascudo	—	—	2	2	—	4
Sérgio Buarque de Holanda	1	—	—	—	2	3
Oliveira Lima	1	1	—	1	—	3
Elói Pontes	2	1	—	—	—	3
Lúcia Miguel Pereira	—	1	1	1	—	3
Afonso Arinos Melo Franco	1	—	—	1	—	2
Euclides da Cunha	2	—	—	—	—	2
Pedro Calmon	1	—	1	—	—	2
Sílvia Rabelo	—	2	—	—	—	2
Vivaldo Coaracy	—	1	—	1	—	2
Sílvio Romero	—	1	—	1	—	2
Gastão Cruls	—	—	1	—	1	2

Notas

1. De fato tal posição cabe a Paula Brito, primeiro editor brasileiro, que exerceu esta atividade em meados do século XIX. Mas foi Monteiro Lobato quem renovou e consolidou a atividade editorial brasileira, conforme procurarei mostrar no decorrer do texto. (Sobre Paula Brito ver Broca) (1979).
2. Segundo Antonio Candido, "diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito" (1980: 130).
3. Esta tensão não é específica apenas da literatura brasileira, conforme revela, entre outros, Otávio Paz. Diz o mexicano: "Em fins do século XIX, a literatura hispano-americana deixa de ser um reflexo da espanhola. Os poetas "modernistas" rompem bruscamente com o modelo peninsular. Mas não voltam os seus olhos em direção à sua terra e sim em direção a Paris. Partem em busca do presente. Os primeiros escritores hispano-americanos que tiveram consciência de si mesmos e de sua singularidade histórica formaram uma geração de desterrados. (...) O caminho para Palenque ou para Buenos Aires passava quase sempre por Paris. A experiência destes poetas e escritores confirma que para voltar à nossa casa é necessário arriscar-nos primeiro a abandoná-la. Só o filho pródigo é quem regressa. Censurar à literatura hispano-americana o seu desenvolvimento é ignorar que só o desenraizamento permitiu-nos recobrar nossa porção da realidade. *A distância foi a condição da descoberta*". Paz (1976: 128/9).
4. As pesquisas, ainda que incipientes e em alguns casos equivocadas, se avaliadas a partir dos critérios legitimadores da produção científica atual, desenvolviam-se principalmente nos Museus, nos Institutos Históricos e nas Faculdades de Medicina, conforme mostra Schwarcz (1988). Ver também Azevedo (1956).
5. Ver, entre outros, os seguintes trabalhos: Corrêa (1983); Schwarcz (1987); Sevcenko (1983).
6. Essa busca será realizada principalmente pelo modernismo, movimento de renovação e contestação cultural, ao mesmo tempo estético e ideológico. (Ver Lafetá, 1974). A sua originalidade e fecundidade reside justamente na tensão entre o particular e o geral, ou para usar de novo a expressão de Antonio Candido, na "dialética do localismo e do cosmopolitismo" (*op. cit.*).
7. É neste sentido que *Macunaíma* deve ser lido, como uma espécie de paradigma das preocupações dos intelectuais dos anos 20-30. Diz Mário (1978) em um dos prefácios inéditos do livro (de 1926), a respeito de sua obra: "O que me interessou por *Macunaíma* foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que me parece certa: o brasileiro não tem caráter. E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na ação exterior, no sentimento, na língua, na História, tanto no bem como no mal. O brasileiro não tem caráter porque não possui *civilização própria*, nem consciência tradicional. Os franceses têm caráter e assim os mexicanos. Seja porque *civilização própria*, perigo iminente, ou consciência de séculos tenham auxiliado, o certo é que esses uns têm caráter. Brasileiro não tem. Está que nem o rapaz de 20 anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma. (...) Pois quando matutava nessas coisas topei com *Macunaíma* no alemão Koch-Grumberg. Vivi de perto o ciclo de façanhas dele. (...) Um dos meus interesses (ao escrever *Macunaíma*) foi o de desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim *desregionalizava* o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de *conceber literariamente* o Brasil como *entidade homogênea* — um conceito nacional e geográfico". (grifos meus). Livro típico de épocas de transição social ("que não desejam a volta ao passado, não sabem o que tem de vir, e sentem o presente como uma neblina vasta"), *Macunaíma* não deve ser tomado como uma fábula normativa. "Ele é antes o campo aberto e nevoento de um debate", afirma Gilda de Mello e Souza (1979), "do que o marco definitivo de uma certeza".

-
8. Para uma análise do contexto social e político dos anos 20 e da Revolução de 30, ver os seguintes trabalhos de Fausto (1978; 1983).
 9. Sobre a criação das universidades e a institucionalização das ciências sociais no Brasil ver Massi (1988); Limongi (1988) e Almeida (1987).
 10. Frase dita por Antonio Candido, numa entrevista realizada no IDESP, em 19 de agosto de 1987, ao se referir ao clima intelectual dos anos 30.
 11. De fato, afirma Martins (1979: 1) “nunca se falou tanto em realidade brasileira como nessa época”.
 12. “Em Dez Curtos Anos”. In: *Anuário Brasileiro de Literatura*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1937, n. 1. Esta revista traz em seu primeiro editorial, a seguinte proposta: “ser um órgão de coordenação e de aproximação que faltava para completar este surto admirável da indústria do livro”. Fundada pelos irmãos Pongetti foi transferida depois para a Livraria Editora Zélio Valverde.
 13. Sobre a situação das editoras e do mercado editorial nos anos 20, consultar Fiorentino (1982) e Lima (1985).
 14. Sérgio Miceli (1979) analisa tanto as condições de produção desse novo grupo de romancistas profissionais como o perfil, os recursos simbólicos e materiais, as estratégias e a situação familiar e social mais ampla de seus integrantes. Consultar especialmente o 2.º capítulo.
 15. É preciso, no entanto, não superestimar o grau e o alcance dessa ampliação da educação elementar. Ela é significativa quando comparada com a situação do ensino nas décadas anteriores, mas permanece restrita se pensarmos que uma parcela da população brasileira ficou à margem dos seus efeitos. Basta lembrar que, na década de 1940, “os dois estados de maior índice de escolarização primária, Santa Catarina e São Paulo, não ultrapassavam respectivamente 42% e 40%”. (Candido, 1984: 28).
 16. Segundo Miceli, “dentre todos os gêneros editados de 1938 a 1943, a literatura de ficção ocupava o primeiro posto em virtude dos elevados índices de venda que alcançavam os chamados gêneros ‘menores’, isto é, os romances das coleções ‘menina-moça’, os policiais e os livros de aventura, aos quais se pode acrescentar as biografias romaneadas e mais uma parcela de obras infantis” (1979: 85).
 17. A não inclusão da Martins (a mais prestigiada editora de São Paulo nos anos 40/50) deve-se ao fato de ter iniciado as suas atividades no início de 1940. No período coberto pelo levantamento de Miceli (*op. cit.*) a produção editorial da Martins ainda era pequena.
 18. Sobre a *Coleção Azul* consultar Carone (1969).
 19. Essas duas coleções constituíram-se como espaço de propaganda integralista, sendo Plínio Salgado o autor mais publicado. Schmidt era abertamente simpatizante do integralismo, mas isso dificilmente seria a explicação para o caso de José Olympio, um adepto do getulismo. Sobre a opção política do editor ver Hallewell (1985).
 20. Sobre a cidade de São Paulo na época do auge da livraria Garraux, ver Schwarcz (1987).
 21. Para maiores informações sobre José Olympio consultar Hallewell (*op. cit.*).
 22. Sobre a atuação de Monteiro Lobato como editor e empresário cultural consultar Koshiyama (1982).
 23. A *Revista do Brasil*, criada em 1916, pretendia, segundo Miceli (1979: 3/4) restaurar a tradição inaugurada pela *Revista Brasileira*, porta-voz estético e principal instância de difusão e consagração da geração de 1870. A *Revista do Brasil* se propunha a suscitar uma tomada de consciência por parte da nova geração de intelectuais e políticos da oligarquia. (...) Além das grandes figuras da geração de 1870 (Machado de Assis, José de Alencar), de inúmeros escritores pertencentes à Academia Brasileira de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Basílio de Magalhães, Capistrano de Abreu, Hélio Lobo) dos anatolianos de maior êxito mundano e artístico (Olegário

Mariano, Afrânio Peixoto, Paulo Setúbal etc.) A *Revista do Brasil* também acolheu os pensadores autoritários que então estreavam (Oliveira Viana, José Maria Bello), os intelectuais do renascimento católico (Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo), os primeiros educadores profissionais (Sampaio Dória, Mário Pinto Serva) e outros valores jovens que logo em seguida iriam se filiar às correntes da vanguarda modernista (Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Plínio Salgado, Mário de Andrade)” (Miceli, 1979: 3/4).

24. Depoimento de Monteiro Lobato transcrito por Cavalheiro (1962).

25. Uma grande parte do equipamento gráfico montado por Monteiro Lobato, entre 1924 e 1925, foi adquirida por Noé Azevedo, proprietário da *Revista dos Tribunais*. A partir dessa aquisição, ele fundou a Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, que passou a ser dirigida por Nelson Travassos. Esta empresa tornou-se a maior impressora de livros do país, nos anos 30 e 40, respondendo por 60% de sua impressão. Hallewell (*op cit.*).

26. É interessante notar que enquanto Octalles lança como seu primeiro título, o primeiro de todos os livros sobre o Brasil, o relato de Hans Staden, José Olympio (que se tornaria o editor literário mais prestigiado do país, em função sobretudo da quantidade e da qualidade dos escritores brasileiros que editou) escolhe justamente um livro americano de popularização da psicanálise para estreiar no mercado editorial.

27. Porém, logo após o término do *boom*, provocado pela guerra (que implicou um acelerado processo de substituição de importação), vieram as falências, ainda que muitas dessas novas editoras tenham lutado para sobreviver até o fim da década de 40. Mas a limpeza final foi extremamente drástica para o mercado de livros brasileiros. Segundo Hallewell (*op. cit.*: 408), “em 1953, o Brasil viu-se, no total, com menos editoras que em 1936”.

28. Como Pedro Calmon, Josué de Castro e Menotti del Picchia, por exemplo.

29. A Editora Melhoramentos de São Paulo é a melhor prova do que pode significar a falta de prestígio para uma editora. A sexta mais bem sucedida editora no período de 1938-43 (especializada em livros didáticos e na literatura infantil, respectivamente 28% e 38% de suas publicações), é mencionada, na bibliografia que consultei até o momento, apenas por esta razão. Os nomes dos seus editores, quando indicados, não merecem nenhuma consideração. Poderosa do ponto de vista empresarial, a Melhoramentos, no entanto, parece não ter nenhuma repercussão no universo intelectual e cultural mais amplo. Principalmente hoje quando se transformou em um enorme conglomerado, além de ser uma das maiores indústrias de papel do país. Fugindo, portanto, ao modelo editorial brasileiro, centrado sobretudo na figura e na administração do próprio editor.

30. Em 1966, a Livraria Martins Editora já havia publicado 1.100 títulos, sendo que 90% de suas edições eram de autores nacionais, conforme revela o livro comemorativo *Martins, Trinta Anos*, editado por ela em 1967. Esses 1.100 títulos, que perfazem o trabalho de 30 anos da editora, somaram 5 milhões de exemplares. Número este inferior ao que a Editora Nacional vendia quase todos os anos, desde o início da década de 50.

31. Segundo Mário da Silva Brito (1967: XXIII), no tempo em que Martins dirigiu o Departamento de Cultura, ele “procurou seguir o mesmo roteiro traçado por Mário de Andrade. Promove cursos nos bairros, estimula a instalação de bibliotecas nos pontos distantes do centro, leva música e balé às fábricas, aos grandes conglomerados que beiram a Capital. Na Biblioteca da Consolação, organiza conferências, convidando para proferi-las Érico Veríssimo, José Lins do Rego, Moisés Vellinho, Franklin de Oliveira, além de muitos outros intelectuais paulistas e de diferentes procedências”.

32. Trata-se dos seguintes livros: *Dez Anos de Atividades Editoriais e Martins, Trinta Anos*, editados respectivamente em 1950 e em 1967.

33. Sobre esta questão ver o magnífico ensaio de Mauss (1984). Sobre a questão da ordem simbólica nas sociedades capitalistas ver Sahlins (1979).

34. Rever nota n. 30, em caso de dúvida.

35. Antes da consolidação da Civilização Brasileira, a literatura estrangeira de maior expressão havia sido editada principalmente pela Editora Globo, de Porto Alegre, que por um longo tempo contou com a supervisão editorial de Érico Veríssimo. As traduções da Globo se notabilizaram em função da qualidade do trabalho de seus tradutores, entre eles alguns dos mais renomados escritores brasileiros, como Manuel Bandeira, Mário Quintana, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles, por exemplo. Apesar da Globo ter sido, na década de 30 e meados dos anos 40, a segunda maior editora do país, ela não foi incluída neste trabalho pelo fato de não editar nenhuma coleção específica de assuntos brasileiros nos moldes das “brasilianas”.

36. Sobre as implicações desse trânsito para a produção cultural brasileira, ver por exemplo, Broca (1956); Sussekind (1987) e Bosi (1974).

37. Sobre a relação mais geral dos intelectuais com a política, ver Martins (1987). Sobre a relação específica dos intelectuais com o Estado Novo, ver Schwartzman *et alii* (1984), Dagnino (1985) e Miceli (*op. cit.*). Consultar também Veloso (1982; 1987). Como mostram Veloso e Dagnino, há uma coincidência de interesses dos intelectuais com as proposições ideológicas do Estado Novo, conforme se pode depreender pela análise que as autoras realizam sobre as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Miceli, por sua vez, ao opor a análise dos investimentos nas carreiras intelectuais ao conteúdo temático de suas obras (por considerar o segundo procedimento como uma reificação produzida pela história das idéias), parece não levar em consideração na sua análise essa dimensão ideológica mais geral que se verifica na relação dos intelectuais com o Estado. Sua análise ancora-se sobretudo no conceito de cooptação, que, se explica o processo geral, tende a homogeneizar as particularidades, diferenças, nuances e ambigüidades presentes no campo intelectual do período.

38. Segundo Miceli (1979: 89) “o plantel da José Olympio abrangia tanto o grupo de intelectuais orgânicos do regime (do Estado Novo), recém cooptado pelo governo central (Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima, Pontes Miranda, Oliveira Viana, Otávio Tarquínio de Souza), como as figuras de maior prestígio literário da leva de romancistas (Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Rachel de Queiróz, Octávio de Faria, Cyro dos Anjos, Lúcio Cardoso, João Alphonsus), sem esquecer toda uma categoria de escritores que obtinham a chancela da casa pelo fato de pertencerem aos anéis burocráticos em operação junto aos aparelhos do Estado. Não custa lembrar que os discursos e escritos de Getúlio Vargas, sob o título *A Nova Política do Brasil*, foram publicados por essa mesma editora”.

39. Fernando de Azevedo (1894-1974) formou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, em 117, mas jamais advogou. Nesse mesmo ano mudou-se para São Paulo, onde passou a lecionar Latim e literatura, na Escola Normal. Posteriormente ingressou no jornalismo, dedicando-se à crítica literária, primeiro no *Correio Paulistano* e depois em *O Estado de São Paulo*. No último, levantou grande inquérito (1926) sobre a instrução pública — discutindo a necessidade da criação da universidade — e que alcançou enorme repercussão em todo o país. Foi um dos principais integrantes do movimento pela reforma do ensino, conhecido por movimento pela Escola Nova, tendo participado do processo de fundação da Universidade de São Paulo (1934), da qual foi um dos planejadores. Primeiro diretor da FFLCH, aí ocupou a cadeira de sociologia. Foi ainda Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1945), e Secretário da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, no mesmo ano em que se tornou professor emérito da USP. Em 1968, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Dados obtidos in Penna (1987). Para maiores informações sobre a atuação de Fernando de Azevedo no movimento pela reforma de ensino e no projeto de fundação da USP, consultar Limongi (1988).

40. Venâncio Filho (1894-1946), apesar de formado em engenharia civil, não exerceu a profissão, dedicando-se ao magistério e aos problemas da educação. Foi professor do Colégio Pedro II (RJ), e diversas vezes presidente da Associação Brasileira de Educação. Além disso, foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-46) e um dos líderes do Movimento Euclídiano, tendo publicado dois livros sobre este escritor. Escreveu também sobre educação.

41. Esta carta encontra-se transcrita no livro de Penna (*op. cit.*: 110).
42. O índice completo da *Brasiliana* foi organizado por Fonseca (1969).
43. A classificação dos títulos publicados, por assunto, foi feita a partir de uma reelaboração da classificação utilizada pela *Brasiliana*, e extraída do vol. 169, *O Pan-Americanismo*, de Hélio Lobo, publicado em novembro de 1939. Nela, os títulos também são ordenados em função dos assuntos. A diferença, entretanto, é que um autor como Oliveira Viana é classificado em três gêneros distintos, ou seja, em antropologia e demografia, história, e política. Alberto Torres, por sua vez, aparece no gênero política, enquanto Saboia Lima, autor de *Alberto Torres e sua obra*, é classificado em *ensaios* e não em *biografia*, por exemplo. Nina Rodrigues e Alfredo Ellis Júnior são agrupados tanto em antropologia e demografia, direito, como em história. Os exemplos poderiam se multiplicar, pois dizem respeito ao sistema intelectual da época. Período no qual as fronteiras entre as disciplinas são ainda muito tênues. Os autores, polivalentes, transitam com frequência por várias delas. Para efeito deste trabalho, cujo objetivo é realizar uma análise comparativa das coleções, organizei e classifiquei os gêneros de uma maneira distinta. Utilizei, por exemplo, o gênero ensaios de interpretação sobre o Brasil para agrupar todos os livros que versam sobre este tema. Dessa maneira, Oliveira Viana, Alberto Torres, Gilberto Freyre, entre outros, embora tratando de aspectos distintos da realidade brasileira, foram agrupados e classificados nesse gênero. Por fim, quero deixar indicado que esta é uma das classificações possíveis. Sua validade refere-se mais a sua pertinência para os objetivos deste trabalho, do que a uma verdade intrínseca. Pois, como se sabe, qualquer classificação, por responder aos "imperativos" mais amplos do sistema cultural e simbólico no qual é produzida, é no limite arbitrária, leia-se, datada e contingente. (Para uma bela discussão sobre esta questão ver Lévi-Strauss (1976).
44. Para maiores informações a respeito de Buffon e de sua visão detratora, consultar Holanda (1969); Souza (1986) e Duchet (1971).
45. Sobre a presença dos viajantes no Brasil, no século XIX, ver Stepan (1981).
46. Sobre a trajetória intelectual de Emilio Willems no Brasil, consultar Corrêa (1987).
47. Sobre a trajetória de Donald Pierson no Brasil, consultar Corrêa, (*op. cit.*).
48. Para maiores informações sobre os autores mais publicados e sobre o período em que seus livros foram editados, consultar anexo n. 1.
49. Sobre Saint-Hilaire ver Moraes (1940).
50. Informações obtidas in Coutinho (1961) e Menezes (1978).
51. Sobre Oliveira Viana consultar Holanda (1979) e Dinis (1971).
52. As informações sobre Alfredo Ellis Júnior encontram-se in Coutinho (*op. cit.*) e Menezes (*op. cit.*).
53. Os dados sobre Pandiá Calógeras foram obtidos in Block e Abreu (1984) e Menezes, R. (*op. cit.*).
54. Sobre a importância da Academia Brasileira de Letras no cenário intelectual brasileiro, consultar Broca (1956).
55. O índice da *Documentos Brasileiros* utilizado para compor os dados apresentados no decorrer desse segmento foi retirado do volume 200 da coleção, *Afonso Pena e sua Época*, de Américo Jacobina Lacombe, editado em 1968.
56. Para maiores informações sobre os períodos em que foram publicados, vide Anexo n. 2.
57. Sobre a trajetória de Gilberto Freyre consultar Freston (1987).
58. Dados obtidos in Menezes (*op. cit.*).
59. Informações retiradas in Block e Abreu (*op. cit.*).
60. Dados obtidos in Menezes (*op. cit.*).

61. Para maiores informações sobre a trajetória biográfica e intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, consultar Holanda (1979), Odila (1985) e *Revista do Brasil* (1987).
62. Dados obtidos in Menezes (*op. cit.*).
63. Para maiores informações sobre o desenvolvimento das ciências sociais no país, ver Miceli (1987. Consultar também o 1.º, 2.º e 3.º relatórios parciais de pesquisa em andamento, *História das Ciências Sociais no Brasil (1900-1985)*, São Paulo, Idesp, 1986/87/88.
64. O nome desta coleção, editada pela DIFEL, é o mesmo de um artigo de Sérgio Buarque de Holanda, "Corpo e Alma do Brasil", publicado em 1935, na Revista *Espelho*. A escolha desse título pelos organizadores da coleção foi proposital. Informação obtida no artigo de Iglesias (1987).

Bibliografia

- Almeida, Maria H. Tavares de
1987. "Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 41-60.
- Andrade, Mário de
1978. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Ed. crítica; Telê Porto Lopes (org.). São Paulo, Livros Técnicos/Secretaria da Cultura e Tecnologia de São Paulo.
- Azevedo, Fernando de
1956. "A Antropologia e a Sociologia no Brasil". *As Ciências no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, vol. 2.
- Barbosa, Francisco de Assis
1962. "Alguns Aspectos da Influência Francesa no Brasil". Anatole L. Garraux, *Bibliographie Brésilienne*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Beloch, Israel e Abreu, Alzira (oord.)
1984. *Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, vol. 1.
- Bosi, Alfredo
1974. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2. ed., São Paulo, Cultrix.
- Brito, Mário da Silva
1967. "Breve História de uma Editora, ou Memórias de um Amigo do, da e dos Martins". *Martins 30 Anos*. São Paulo, Martins (edição comemorativa do trigésimo aniversário de fundação da Livraria Editora Martins, fora de circulação comercial).
- Broca, Brito
1956. *A Vida Literária no Brasil — 1900*. Rio de Janeiro, Departamento da Imprensa Nacional.
1979. "Paula Brito, Mecenas Pobre". *Românticos, Pré-Românticos, Ultra Românticos*. São Paulo, Polis.
- Candido, Antonio
1980. *Literatura e Sociedade*. 6 ed., São Paulo, Nacional
1984. "A Revolução de 1930 e a Cultura". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, vol. 2, n. 4, pp. 27-32.
- Carone, Edgard
1968. "Coleção Azul, Crítica Pequeno Burguesa à Crise Brasileira de 1930". *Revista de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, n. 26/26.

- Cavalleiro, Edgard
1962. *Monteiro Lobato. Vida e Obra*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense.
- Corrêa, Mariza
1983. *As Ilusões da Liberdade. A Escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Tese de doutoramento apresentada na USP.
1988. (org.) *História da Antropologia no Brasil: 1930-1960*. São Paulo, Vértice; Campinas, Editora da UNICAMP.
- Coutinho, Afrânio
1961. (org.) *Brasil e Brasileiros de Hoje*. Rio de Janeiro, Editorial Sul América.
- Dagnino, Evelina
1985. *State and Ideology: Nationalism in Brazil — 1930-1945*. Tese de doutoramento apresentada em Stanford University.
- Diniz, Eli e Lima Maria Regina
1971. "O modelo político de Oliveira Viana". *Revista de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, UFMG, n. 30.
- Duchet, Michéle
1971. *Antropologie et Histoire au Siecle des Lumieres*. Paris, Maspero.
- Fausto, Boris
1978. "As Crises dos Anos Vinte e a Revolução de 30". *O Brasil Republicano*. São Paulo, DIFEL, vol. 2, pp. 401-426.
1983. *A Revolução de 1930*. 9 ed., São Paulo, Brasiliense.
- Fiorentino, Terezinha A. del.
1982. *Prosa de Ficção em São Paulo: Produção e Consumo (1900-1922)*. São Paulo, HUCITEC/Secretaria de Estado da Cultura.
- Fonseca, Edson Nery da
1969. "Índice da Coleção Brasileira". *Revista do Livro*. Rio de Janeiro, MEC/INL, pp. 123-166.
- Freston, Paul
1987. *A Carreira de Gilberto Freyre*. São Paulo, Cadernos IDESP, série História das Ciências Sociais, n. 3.
- Fusco, Rosário
1940. *Política e Letras*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Hallewell, Laurence
1985. *O Livro no Brasil: sua História*. São Paulo, T. A. Queirós/EDUSP.
- Holanda, Sérgio Buarque de
1969. *Visão do Paraíso*. 2. ed. São Paulo, Nacional/EDUSP.
1979. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo, Perspectiva.
- Iglesias, Francisco
1987. "Evocação de Sérgio Buarque de Holanda". *Revista do Brasil* (número especial dedicado a Sérgio B. de Holanda). Rio de Janeiro, Rio Arte/Fundação Rio, n. 6.
- Koshiyama, Alice M.
1982. *Monteiro Lobato: Intelectual. Empresário. Editor*. São Paulo, T. A. Queirós.
- Lafetá, Luiz
1974. *1930: a Crítica e o Modernismo*. São Paulo, Duas Cidades.
- Lévi-Strauss, Claude
1976. *O Pensamento Selvagem*. 2 ed. São Paulo, Nacional.
- Lima, Yone Soares
1985. *A Ilustração na Produção Literária. Década de Vinte*. São Paulo, IEB/USP.

- Limongi, Fernando P.
 1986. *A Escola Livre de Sociologia e Política e o Desenvolvimento da Sociologia em São Paulo*. São Paulo, Cadernos, IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 1.
 1988. *Educadores e Empresários Culturais na Fundação da USP*. Tese de mestrado apresentada na UNICAMP.
- Lobato, Monteiro
 1959. *Prefácio e Entrevistas*. São Paulo, Brasiliense.
- Martins, José de Barros
 1950. *Dez Anos de Atividades Editoriais — 1940-1950*. São Paulo, Martins (edição comemorativa, fora de circulação comercial).
- Martins, Luciano
 1987. "A Gênese de uma Intelligentsia: os Intelectuais e a Política no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, vol. 2, n. 5, pp. 65-87.
- Martins, Wilson
 1979. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix, vol. VII.
- Massi, Fernanda P.
 1988. *As Presenças Estrangeiras nas Ciências Sociais Brasileiras*. São Paulo, Cadernos IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 5.
- Mauss, Marcel
 1984. "Ensaio sobre a Dádiva, Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas". *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP.
- Menezes, Raimundo
 1978. *Dicionário Literário Brasileiro*. 2 ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- Miceli, Sérgio
 1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1940)*. São Paulo, DIFEL.
 1987. "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, n. 5, vol. 2, pp. 5-26.
- Moraes, Rubens Borba de
 1940. "Prefácio". Saint-Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo, Martins.
- Odila, Maria L. S. (org.)
 1985. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Ática.
- Ortiz, Renato
 1988. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo, Brasiliense.
- Paz, Otávio
 1976. *Signos em Rotação*. São Paulo, Perspectiva.
- Penna, Maria Luíza
 1987. *Fernando de Azevedo: Educação e Transformação*. São Paulo, Perspectiva.
- Revista do Brasil
 1987. Número Especial Dedicado a Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Rio Arte/Fundação Rio, n. 6, julho.
- Sahlins, Marshall
 1979. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Santos, Wanderley Guilherme dos
1978. "Paradigma e História". *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo, Duas Cidades, pp. 15-63.
- Schwarcz, Lília M.
1987. *Retrato em Branco e Negro*. São Paulo, Companhia das Letras.
1988. *O Nascimento dos Museus no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, Cadernos IDESP, Série História das Ciências Sociais, n. 5.
- Schwartzman, Simon *et alii*
1984. *Tempos de Capanema*. São Paulo, EDUSP; Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Sevcenko, Nicolau
1983. *Literatura como Missão: Tensões e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.
- Souza, Gilda de Mello e
1979. *O Tupi e o Alaúde*. São Paulo, Duas Cidades.
- Souza, Laura de Mello e
1986. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Stepan, Nancy
1981. *Beginnings of Brazilian Science*. New York, Science History Publications.
- Sussekind, Flora
1987. *Cinematógrafo de Letras*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Veloso, Mônica Pimenta
1982. "Cultura e Poder Político: uma Configuração do Campo Intelectual". *Estado Novo, Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 71-108.
1987. *Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, CPDOC.

... do Brasil...
... da sociedade...

A ideia de um campo de ação cultural...
... da sociedade...
... da sociedade...

A ideia de um campo de ação cultural...
... da sociedade...
... da sociedade...

A ideia de um campo de ação cultural...
... da sociedade...
... da sociedade...

Teses e Dissertações *

Barretto, Maria Amália Pereira

A Casa de Fanti-Ashanti, em São Luiz do Maranhão. Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, 369 pp. Orientador: Giralda Seyferth.

A tese é um estudo de caso, realizado em São Luiz do Maranhão, no terreiro que se intitula Casa de Fanti-Ashanti. Foram pesquisados, inicialmente, através de um levantamento histórico, os fatores de legitimação da Casa (*herança africana e genealogia do santo do chefe*). Em seguida, foram analisados os elementos, que são comuns à ordem social brasileira (*hierarquia e igualdade*), que organizam a Casa; na terceira etapa, através do estudo das categorias, procurou-se demonstrar que a Casa constitui-se num *grupo étnico*, porta-

dor de uma *ideologia étnica*, que é um dos elementos constituintes da identidade.

Bicalho, Maria Fernanda Baptista

“O Bello Sexo” — Imprensa e Identidade Feminina no Rio de Janeiro em fins do Século XIX e início do Século XX. Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988, 269 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Essa dissertação tem como objetivo investigar a construção de uma nova identidade da mulher urbana e educada a partir da análise do discurso da imprensa feminina do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX, num momento de profunda regeneração física e social do espaço urbano que incidiu sobre os padrões

* Esta seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país, ou pelos seus membros. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do *BIB*. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor; título e subtítulo do trabalho; grau obtido; área de estudo; instituição; ano; número de páginas; nome do orientador; e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.

de sociabilidade da nova burguesia e principalmente sobre a estrutura de organização familiar. Nesse novo contexto a identidade feminina deixou de ser definida em função da inserção da mulher na estrutura encompassadora da família extensa, passando a incorporar as noções de biografia e projeto individuais. O discurso dos jornais femininos, ao defender a educação e a emancipação da mulher, deixa transparecer uma visão de mundo baseada nos valores do individualismo moderno.

Brito, Maria Noemi Castilhos

Sindicato no Feminino: uma luta de formação. Mestrado em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, 1985, 192 pp. Orientador: Antonio Augusto Arantes Neto.

Esta dissertação resultou de pesquisa desenvolvida no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre, de 1978 a 1982, com objetivo de analisar a participação sindical feminina, recusando o molde da passividade como explicador do comportamento da operária. São apresentadas as práticas de luta da categoria, relacionando-as com a caracterização da indústria do vestuário de Porto Alegre e com o movimento sócio-político da época. A busca de compreensão do envolvimento de mulheres na atividade sindical, através de suas histórias de vida, levou a estabelecer o processo de construção da militante operária, em uma trajetória, da fábrica ao sindicato, mostrando a vinculação existente entre o trabalho, as condições em que se desenvolve e o surgimento de reivindicações. Concluindo, é colocada a importância do sindicato como um espaço social, possível de ser conquistado pelas mulheres, com um significado específico.

Garcia, Marlene T.

Um Saber sem Escrita — Visão de Mundo do Analfabeto. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987, 227 pp. Orientador: Robert W. Shirley.

O propósito deste trabalho foi estudar a participação do analfabeto na sociedade complexa, através de sua visão de mundo. O estudo envolveu um grupo restrito de analfabetos, situados em diferentes espaços

sociais onde a escrita é relevante. Os dados foram obtidos através de técnicas individuais, incluindo histórias de vida, entrevistas pessoais e observação participante. O estudo conclui que o analfabeto integra a sociedade complexa como membro da cultura da oralidade.

Giroletti, Domingos Antonio

A Modernização Capitalista em Minas Gerais — A Formação do Operariado Industrial e de uma Nova Cosmovisão. Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, 510 pp. Orientador: Luiz de Castro Faria.

Este trabalho é um estudo da formação do operariado industrial, tendo como referência o trabalhador nacional (camponês, escravo, ex-escravo, artesão, meninos, órfãos, mulheres) recrutado pelas fábricas de tecidos do centro e do norte de Minas, nas três últimas décadas do século XIX. A fábrica, com os mecanismos de poder que lhe são inerentes, associada aos procedimentos e instituições introduzidas na vila operária será a principal agência de formação do operariado em termos técnicos, disciplinar e ideológico. Os agentes deste processo foram os industriais e os técnicos estrangeiros. Para reconstruir o processo de formação do operariado foram utilizadas informações primárias constantes em cartas e outros documentos de época e entrevistas com ex-operários e ex-diretores da fábrica.

Lima, Marcelo Ayres Camurça

A Comunidade do Juazeiro na Guerra dos Coronéis. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1987, 273 pp. Orientador: Eduardo Diatary Bezerra de Menezes.

Esta tese procurou fazer uma história política da Região no começo do século, estabelecendo um painel onde figuravam diversas forças sociais (classes e frações de classes) emergentes e decadentes numa tensão latente que culmina com a Guerra Civil na Região. Procurou-se traçar uma conexão entre a Região e o Estado Central, da realidade local com o quadro nacional da "Política dos Governadores" e "Política das Salvações". Estudou-se a gênese da comunidade do Juazeiro nos marcos da reli-

giosidade popular e sua posterior captura pelas oligarquias, a ponto de torná-la seu braço armado. Recorreu-se a uma extensa revisão bibliográfica de todas as publicações referentes a época e ao evento, assim como um levantamento criterioso de periódicos da época, dos arquivos de Pe. Cícero, do Mal. Setembrino de Carvalho, das Mensagens à Assembléia Legislativa, dos anais da Câmara Federal. Fez-se uma desmontagem da Historiografia Tradicional que colocava uma contradição estrutural entre as oligarquias agrárias e setores comerciais, provando-se que houve acordos e composições entre essas frações, cisões também, porém que as mutações sempre ocorreram por acomodação.

Maués, Raymundo Heraído

A Tensão Constitutiva do Catolicismo: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico (Estudo Antropológico numa Microrregião da Amazônia). Doutorado em Antropologia do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, 507 pp. Orientador: Rubem César Fernandes.

Estudo do catolicismo, com suas especificidades locais, numa área do interior da Amazônia (a região do Salgado), enfatizando as crenças, representações e práticas religiosas das populações rurais ou de origem rural. O trabalho de campo antropológico, com observação direta, aliou-se à pesquisa em bibliotecas e arquivos, com consulta a fontes primárias e secundárias, que permitisse uma abordagem diacrônica. Propõe-se um modelo de catolicismo, que busca relativizar a distinção usualmente aceita entre catolicismo "oficial" e "popular", onde a tensão permanente entre essas duas instâncias é vista como constitutiva/constituente.

Motta, Maria Inez Fernandes

Bandeirantismo no Brasil. Um Estudo de Caso sobre Mulher e Modernidade. Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação de Antropologia do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988, 208 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

O objetivo deste trabalho é perceber a influência exercida pelo bandeirantismo na formação de um grupo de mulheres, então adolescentes, e que foram bandeirantes no

Rio de Janeiro no período entre 1945 e 1960. O bandeirantismo chegou ao Brasil em 1919 como um movimento de educação informal voltado para as mulheres pertencentes à elite carioca, e logo ligou-se estreitamente à Igreja católica. O período escolhido corresponde a uma grande expansão do bandeirantismo no Brasil (a partir de 1945) e a uma reformulação significativa desse movimento ocorrida na década de 60. A pesquisa baseou-se em entrevistas com mulheres que foram bandeirantes nas décadas de 40 e 50 e na bibliografia produzida pelo bandeirantismo nesse período. A principal característica do bandeirantismo desse período é o fato de apresentar traços inovadores em sua proposta da educação feminina, sem romper, no entanto, com as bases conservadoras de sua educação tradicional.

Neves, Delma Pessanha

Engenho e Arte — Estudo do processo de subordinação da agricultura à indústria na Região Açucareira de Campos (RJ). Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988, 653 pp. Orientador: Otávio Guilherme Alves Velho.

O processo de subordinação das atividades agrícolas às industriais supõe transformação nas relações de produção e de trabalho pela imposição de um padrão tecnológico e formas diversas de participação e integração sociais de seus agentes. As mudanças não se limitam a alterações econômicas. Expressam efeitos de atendimento de expectativas e reivindicações criadas por certos segmentos de produtores que controlam maior volume de produção e formas específicas de organização política. Externalizam diferenciações, deslocamentos de papéis, mudanças de comportamento e de sentido das racionalidades sociais, criação de novos parâmetros (formais e informais) para orientação das relações entre os agentes envolvidos.

Oliveira, José Mendes de

Da Consciência Comportada à Dialética da Existência um Confronto de Durkheim e Freud. Mestrado em Sociologia; Universidade de Brasília, 1988, 318 pp. Orientador: Carlos Benedito de Campos Martins.

No presente ensaio pretende-se refletir sobre a relação indivíduo/sociedade, pro-

blematizando-a através do confronto da ontologia do social formulada por Emile Durkheim com a Teoria Psicanalítica. O ângulo através do qual almeja-se circunscrever e aprofundar a relação em questão é o da consciência em sua expressão coletiva e individual, ressaltando-se especificamente os aspectos concernentes às representações e ao conhecimento. A partir da obra de Freud, repassa-se os conceitos básicos da Sociologia Positivista, e procura-se trazer alguns elementos à teoria que nos conduza a uma melhor compreensão da dimensão subjetiva na análise sociológica.

Peixoto, Clarice Ghlgrs

Fernando de Noronha: Ilha de Sonho e Assombração. Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988, 273 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

Neste estudo, sobre a organização social em Fernando de Noronha, analiso as relações que se estabeleceram entre militares e civis desde a implantação do governo militar de 1947. Trata-se do exame de uma situação bastante particular, de uma ilha-presídio transformada em ilha-quartel congregando, por isso, elementos de ambas as situações. Preocupada em reconstruir esse sistema de dominação, pautado na disciplina e hierarquia, a partir de seus planos de organização social e de sua interiorização por aqueles que a viveram, procurei fazê-lo através, mas não exclusivamente, das informações e representações dos moradores da ilha.

Pérez, Reginaldo Teixeira

Veja: Um Veículo da Transição — Análise da Construção de um Projeto Político. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988, 217 pp. Orientador: Céli Regina Jardim Pinto.

O objetivo deste trabalho é a identificação do posicionamento político do semanário VEJA no período de maio/84 a janeiro/85 (disputa indireta para a presidência da República). A partir de uma análise do discurso de VEJA, isto é, analisados seus textos e imagens relacionados com política, foram identificados alguns mecanismos de construção de figuras políticas. Dentre eles destacou-se a vinculação do nome dos can-

didatos a sentido positivo (Tancredo Neves) e sentido negativo (Paulo Maluf). Resultado: a posição da VEJA neste período foi de apoio ao candidato das oposições e, conseqüentemente, de crítica ao candidato do governo.

Rech, Hildemar Luiz

“Novo Sindicalismo”: Características, Problemas e Desafios. (Um Estudo na Região Metropolitana de Porto Alegre). Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987, 385 pp. Orientador: Renato Paulo Saul.

No trabalho teve-se o propósito de fazer um estudo comparativo do “novo sindicalismo” e do seu contexto histórico com o sindicalismo populista e seu contexto; por outro lado, fez-se um estudo específico das experiências concretas de luta e do próprio movimento efetivo do “novo sindicalismo” metalúrgico da região metropolitana de Porto Alegre entre 1978-85 e também um estudo dos problemas e desafios do “novo sindicalismo”. Para tal realizou-se dezessete entrevistas com ativistas sindicais. — Conclui-se que o “novo sindicalismo” em geral se distingue pelo seu caráter de autonomia; pelo seu enraizamento fabril e pelo tipo de suas reivindicações. Também concluiu-se que o “novo sindicalismo” metalúrgico gaúcho se afirmou através da luta em algumas fábricas por melhores condições de trabalho e salariais e pela sua atuação nas massivas assembléias salariais desde 1979. Ainda concluiu-se que o “novo sindicalismo” para obter pleno sucesso depende da conquista duma nova estrutura sindical autônoma e independente do Estado; da conquista de formas de contrato coletivo de trabalho; da capacidade de articular a luta fabril com a luta sindical e político-partidária.

Silva, Gláucia Oliveira de

Tudo o que Tem na Terra tem no Mar. A Classificação dos Seres Vivos entre Trabalhadores da Pesca em Piratininga, RJ. Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988, 206 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Trata-se de um trabalho sobre as classificações naturais mais especificamente, os

seres vivos, elaboradas por trabalhadores da atividade da pesca na localidade de Piratininga, praia do Município de Niterói. Mantive contato com o grupo durante um ano e meio sendo que no decurso de dois meses me fixei no local. Compreende a análise das concepções correlatas à idéia de natureza, bem como a de vida, além da discussão sobre como as classes ordenadoras existentes na visão dos pescadores se articulam e a partir de quais critérios são estabelecidas. Tal discussão foi seguida de uma comparação entre as peculiaridades da classificação nativa e aqueles inerentes às formulações eruditas das Ciências Biológicas.

Souza, José Otávio Catafesto de

Uma Introdução ao Sistema Técnico-Econômico Guarani. Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, 584 pp. Orientador: Arno Alvarez Kern.

O trabalho esclarece o sistema técnico-econômico das sociedades guarani pré-coloniais, e sua relação com a totalidade sócio-cultural. Analisa-se as sociedades horticulturas guarani na bacia platina no momento imediatamente anterior à chegada das frentes de colonização ibéricas. Para tanto, utilizou-se uma metodologia interdisciplinar, justapondo e complementando os dados advindos das pesquisas arqueológicas, etnográficas e das informações disponíveis em documentos coloniais. O sistema econômico guarani pode ser compreendido como sistema doméstico de produção e consumo, a circulação econômica ocorria pela lógica do "dom" e pela reciprocidade, e a sociedade condicionava para que o arranjo econômico não ocasionasse uma destruição excessiva no meio ambiente natural.

Stamatto, Maria Inês Sucupira

A Reestruturação da Ordem Jurídica: — Em Busca da Legitimidade Perdida — Governo de Figueiredo. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1986, 207 pp. Orientador: Helga I. L. Piccolo.

O regime instalado em 1964, no Brasil, elaborou sua institucionalização através da reestruturação da instituição jurídica, iniciada pelos Atos Institucionais. Tentou-se demonstrar que no período de Figueiredo a ordem jurídica brasileira já havia sido reestruturada de tal forma que permitisse o uso de poderes arbitrários, concentrados no Poder Executivo, sem a necessidade de se recorrer a instrumentos jurídicos de exceção, como os Atos Institucionais. A fórmula encontrada foi o uso dos Decretos-Leis e Salvaguardas Nacionais, previstos na Constituição, bem como dos chamados "casuismos".

Torresini, Elizabeth Wendhausen Rochadel

Editora Globo: Uma Aventura Editorial nos Anos 30 e 40. Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1988, 169 pp. Orientador: René E. Gertz.

Partindo da idéia de indústria cultural, o trabalho mostra que a partir da década de 1930 vários setores desta indústria apresentam condições favoráveis à expansão no Brasil, mas pergunta como num Estado periférico como o Rio Grande do Sul pôde desenvolver-se uma indústria de livros. A partir deste questionamento a autora procura desenvolver a história da Editora Globo no contexto do processo de industrialização no Estado. Analisa os primórdios com Mansueto Bernardi e a expansão em busca do mercado nacional na "fase Érico Veríssimo" até 1948.

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

BIB 1, *Eli Diniz Cerqueira* e *Renato Raul Boschi*, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”. **BIB 2**, *Anthony Seeger* e *Eduardo Viveiros de Castro*, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”. **BIB 3**, *Luiz Werneck Vianna*, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”. **BIB 4**, *Lucia Lippi Oliveira*, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”, **BIB 5**, *Bolívar Lamounier* e *Maria D’Alva Gil Kinzo*, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”. **BIB 6**, *Alba Zaluar Guimarães*, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”. **BIB 7**, *Roque de Barros Laraia*, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”. **BIB 8**, *Amaury de Souza*, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”. **BIB 9**, *Maria Valéria Junho Pena*, “A Mulher na Força de Trabalho” e *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos”. **BIB 10**, *Lia F. G. Fukui*, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”. **BIB 11**, *Luiz Antonio Cunha*, “Educação e Sociedade no Brasil” e *Licia do Prado Valladares* e *Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”. **BIB 12**, *Maria Tereza Sadek de Souza*, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro” e *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”. **BIB 13**, *Gerson Moura* e *Maria Regina Soares de Lima*, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”. **BIB 14**, *Licia Valladares* e *Magda Prates Coelho*, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”. **BIB 15**, *José Cesar Gnacarini* e *Margarida Moura*, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”. **BIB 16**, *Aspásia Camargo*, *Lucia Hippolito* e *Valentina da Rocha Lima*, “Histórias de Vida na América Latina” e *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”. **BIB 17**, *Julio Cesar Melatti*, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”. **BIB 18**, *Rubem Cesar Fernandes*, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente” e *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”. **BIB 19**, *Edmundo Campos Coelho*, “A Instituição Militar no Brasil”. **BIB 20**, *Maria Alice Rezende de Carvalho*, “Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro”. **BIB 21**, *Sonia Nahas de Carvalho*, “Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas” e *Tania Salem*, “Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”. **BIB 22**, *Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”. **BIB 23**, *Roque de Barros Laraia*, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”. **BIB 24**, *Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”. **BIB 25**, *Giralda Seyferth*, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia” e *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”. **BIB 26**, *Maria Rosilene Barbosa Alvim* e *Licia do Prado Valladares*, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais**
Editoria do **BIB**
Rua da Matriz, 82 — Botafogo
22.260 — Rio de Janeiro — RJ